



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA

CLAYTON ROBSON MOREIRA DA SILVA

**GOVERNANÇA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO EM GOVERNOS LOCAIS:
O PERFIL DO GESTOR IMPORTA?**

FORTALEZA

2022

CLAYTON ROBSON MOREIRA DA SILVA

GOVERNANÇA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO EM GOVERNOS LOCAIS:
O PERFIL DO GESTOR IMPORTA?

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Administração e Controladoria.

Área de Concentração: Gestão Organizacional.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Lima Crisóstomo.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S579g Silva, Clayton Robson Moreira da.
Governança Pública e Desenvolvimento em Governos Locais : o perfil do gestor importa? / Clayton Robson Moreira da Silva. – 2022.
102 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Vicente Lima Crisóstomo.
1. Perfil do Gestor. 2. Governança Pública. 3. Desenvolvimento. 4. Governos Locais. I. Título.
CDD 658
-

CLAYTON ROBSON MOREIRA DA SILVA

GOVERNANÇA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO EM GOVERNOS LOCAIS:
O PERFIL DO GESTOR IMPORTA?

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Administração e Controladoria.

Área de Concentração: Gestão Organizacional.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Lima Crisóstomo.

Aprovada em: 20/05/2022

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Vicente Lima Crisóstomo (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Alessandra Carvalho de Vasconcelos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Raimundo Eduardo Silveira Fontenele
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Ademir Clemente
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Profa. Dra. Fátima de Souza Freire
Universidade de Brasília (UnB)

Profa. Dra. Maria Antónia Jorge de Jesus
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Aos meus pais, Antonieta e José Gomes.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me proporcionar ânimo e perseverança para que eu pudesse trilhar esse caminho e chegar até aqui.

Aos meus pais, Antonieta e José Gomes, meus maiores exemplos, pelo apoio dado durante toda a minha vida e por me ensinar, desde cedo, que a educação é transformadora.

Ao Prof. Vicente Crisóstomo, pelas valiosas orientações e pelos inúmeros ensinamentos que vão além desta tese.

Aos estimados membros da banca examinadora, Profa. Alessandra Vasconcelos, Prof. Eduardo Fontenele, Prof. Ademir Clemente, Profa. Fátima Freire e Profa. Maria Antónia de Jesus, pelas ricas contribuições, que foram fundamentais para o avanço desta pesquisa. Em especial, agradeço à Profa. Maria Antónia de Jesus, por ter me acolhido de forma tão generosa e amigável em Portugal, durante o período em que estive no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

Ao Bruno, por todo o companheirismo e por estar sempre ao meu lado, incentivando e dando forças quando eu mais preciso. Aos meus irmãos, Cláudia e Cláudio, e aos meus sobrinhos, Rayssa e Pedro Igor, pelo apoio constante e por tornar minha vida mais feliz. Às minhas amigas queridas, Liliam, Laís, Cíntia, Mônica, Érica, Joelma, Alexandra, Jislene e Nayana, pelo carinho e por torcerem sempre por mim.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), por ter me concedido o afastamento para cursar o doutorado. Ao Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), por ter me recebido como investigador visitante no período em que realizei o doutorado sanduíche.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Economic growth without investment in human development is unsustainable – and unethical”. – Amartya Sen

RESUMO

Nesta tese, defende-se que o perfil do gestor público pode ser determinante para que a economia avance de forma sustentável e gere mais desenvolvimento, sendo a governança pública uma aliada nesse processo, uma vez que mecanismos de governança eficazes podem reduzir conflitos de interesse e mitigar distorções entre o que o cidadão espera do governo e suas reais ações. Desse modo, defende-se, à luz da Teoria dos Altos Escalões, que o perfil do gestor está associado à governança pública e ao desenvolvimento em governos locais. Nesse sentido, desenvolve-se um estudo com o objetivo de analisar as relações entre perfil do gestor, governança pública e desenvolvimento em governos locais. Como contexto de pesquisa, são analisados os 184 municípios cearenses, tendo em vista que os governos locais desempenham um papel importante nas questões políticas, econômicas e sociais, que levam uma nação ao desenvolvimento. O período investigado compreende os anos de 2009 a 2016, isto é, dois mandatos de governos municipais. A governança pública foi mensurada a partir de três dimensões: *accountability*, eficiência e legalidade. O desenvolvimento foi investigado sob uma perspectiva multidimensional, em que são considerados aspectos econômicos, sociais e ambientais. Em relação ao perfil do gestor, foram consideradas as seguintes características: gênero, idade, *status* socioeconômico, experiência, escolaridade e orientação política. Para testar as hipóteses da pesquisa, foram estimados modelos econométricos pelos métodos de Mínimos Quadrados Ordinários (*Ordinary Least Squares* – OLS) e Mínimos Quadrados Generalizados Viáveis (*Feasible Generalized Least Squares* – FGLS) com dados em painel. Os resultados mostram que a governança pública influencia positivamente o desenvolvimento em governos locais. Além disso, o desenvolvimento é influenciado pelas seguintes características do gestor: gênero, idade, *status* socioeconômico, experiência, escolaridade e orientação política. Já a governança pública é influenciada pela idade, *status* socioeconômico, experiência e escolaridade. Os achados desta pesquisa reforçam a ideia de que governos com estruturas e mecanismos de governança mais robustos tendem a entregar melhores resultados à sociedade, gerando mais desenvolvimento e melhorando a qualidade de vida da população. Do ponto de vista teórico, o estudo traz evidência de que a Teoria dos Altos Escalões apresenta consistência e aplicabilidade no contexto do setor público, além de expandir a teoria ao incluir características como a orientação política. Finalmente, a pesquisa contribui de forma social ao demonstrar que o perfil do gestor pode ser determinante para que os governos locais tenham resultados superiores, conduzindo os cidadãos à reflexão sobre a importância de levar certas características em consideração ao escolher seus governantes.

Palavras-chave: Perfil do Gestor. Governança Pública. Desenvolvimento. Governos Locais.

ABSTRACT

In this thesis, it is argued that the public manager's profile can be decisive for the economy to move forward in a sustainable way and generate more development, with public governance being an ally in this process, since effective governance mechanisms can reduce conflicts of interest and mitigate distortions between what the citizen expects from the government and its actual actions. In this way, it is argued, in the light of the Upper Echelons Theory, that the manager's profile is associated with public governance and development in local governments. In this sense, a study is developed with the objective to analyze the relationship between manager's profile, public governance, and development in local governments. As a research context, the 184 municipalities in Ceará are analyzed, considering that local governments play an important role in political, economic, and social issues that lead a nation to development. The period investigated comprises the years 2009 to 2016, that is, two terms of municipal governments. Public governance was measured from three dimensions: accountability, efficiency, and legality. The development was investigated from a multidimensional perspective, in which economic, social, and environmental aspects are considered. Regarding the manager's profile, the following characteristics were considered: gender, age, socioeconomic status, experience, education, and political orientation. To test the research hypotheses, econometric models were estimated by the methods of Ordinary Least Squares (OLS) and Feasible Generalized Least Squares (FGLS) with panel data. The results show that public governance positively influences development in local governments. In addition, development is influenced by the following characteristics of the manager: gender, age, socioeconomic status, experience, education, and political orientation. Public governance, on the other hand, is influenced by age, socioeconomic status, experience, and education. This research findings reinforce the idea that governments with more robust governance structures and mechanisms tend to deliver better results to society, generating more development and improving the population's quality of life. From a theoretical perspective, the study provides evidence that the Upper Echelons Theory has consistency and applicability in the context of the public sector, in addition to expanding the theory by including characteristics such as political orientation. Finally, the research contributes in a social way by demonstrating that the manager's profile can be decisive for local governments to have superior results, leading citizens to reflect on the importance of taking certain characteristics into account when choosing their governors.

Keywords: Manager's Profile. Public Governance. Development. Local Governments.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Modelo da Teoria dos Altos Escalões.	22
Figura 2 - Adaptação da Teoria dos Altos Escalões para o Estudo.....	24
Figura 3 - Modelo de Governança Pública Adotado no Estudo.....	34
Figura 4 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.	39
Figura 5 - <i>Framework</i> da Pesquisa.....	47
Quadro 1 - Dimensões referentes aos <i>Worldwide Governance Indicators</i>	30
Quadro 2 - Dimensões referentes ao <i>City Governance Index</i>	31
Quadro 3 - Dimensões referentes ao Índice de Avaliação da Governança Pública (IGovP). ..	32
Quadro 4 - Dimensões da governança pública com base em Buta e Teixeira (2020).....	32
Quadro 5 - Perspectivas da Governança Pública de acordo com o TCU.....	33
Quadro 6 - Medidas de Governança Pública: Dimensão <i>Accountability</i>	50
Quadro 7 - Medidas de Governança Pública: Dimensão Eficiência.	51
Quadro 8 - Medidas de Governança Pública: Dimensão Legalidade.....	52
Quadro 9 - Medidas de Desenvolvimento: Dimensão Econômica.	53
Quadro 10 - Medidas de Desenvolvimento: Dimensão Social.	54
Quadro 11 - Medidas de Desenvolvimento: Dimensão Ambiental.....	55
Quadro 12 - Variáveis relacionadas ao perfil do gestor público.	56
Quadro 13 - Síntese dos resultados da pesquisa.....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise descritiva da governança pública e suas dimensões.	61
Tabela 2 - Análise descritiva das variáveis de desenvolvimento.	63
Tabela 3 - Análise descritiva das variáveis idade, <i>status</i> socioeconômico (patrimônio) e orientação política.	64
Tabela 4 - Frequências das variáveis gênero, reeleição, exp. no legislativo e escolaridade. ...	65
Tabela 5 - Modelos governança pública, perfil do gestor e desenvolvimento (econômico)...	67
Tabela 6 - Modelos governança pública, perfil do gestor e desenvolvimento (social).	69
Tabela 7 - Modelos governança pública, perfil do gestor e desenvolvimento (ambiental).	72
Tabela 8 - Modelo perfil do gestor e governança pública.....	74

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Contextualização e Questão de Pesquisa.....	13
1.2 Objetivos	16
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	16
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	17
1.3 Declaração de Tese	17
1.4 Justificativa e Relevância do Estudo	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 Perfil do Gestor e Teoria dos Altos Escalões	20
2.2 Gestão no Setor Público: da Burocracia à Governança Pública	24
2.3 Governança Pública	26
2.4 Modelos e Medidas de Governança Pública	29
2.5 Desenvolvimento: do Crescimento Econômico ao Desenvolvimento Sustentável	36
2.6 Hipóteses da Pesquisa	40
2.7 <i>Framework</i> da Pesquisa	47
3 METODOLOGIA	49
3.1 Posicionamento Epistemológico e Tipologia da Pesquisa	49
3.2 População e Amostra	49
3.3 Coleta de Dados	49
3.4 Medidas	50
3.4.1 <i>Variáveis de Governança Pública</i>	50
3.4.2 <i>Variáveis de Desenvolvimento</i>	53
3.4.3 <i>Variáveis de Perfil do Gestor</i>	55
3.5 Procedimentos da Análise.....	57

4 RESULTADOS.....	60
4.1 Análise Descritiva da Governança Pública.....	60
4.2 Análise Descritiva do Desenvolvimento	62
4.3 Análise Descritiva do Perfil do Gestor	64
4.4 Influência da Governança Pública e do Perfil do Gestor no Desenvolvimento.....	65
<i>4.4.1 Modelos: Dimensão Econômica</i>	<i>66</i>
<i>4.4.2 Modelos: Dimensão Social.....</i>	<i>68</i>
<i>4.4.3 Modelos: Dimensão Ambiental.....</i>	<i>71</i>
4.5 Influência do Perfil do Gestor na Governança Pública.....	73
4.6 Síntese e Discussão dos Resultados	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	88

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e Questão de Pesquisa

A busca por meios que aprimorem a gestão pública é uma pauta frequente na literatura e no campo organizacional. A Administração Pública passou por diversas mudanças a fim de que melhores padrões de gestão fossem alcançados, com foco na qualidade dos governos, na otimização da utilização dos recursos públicos, na eficiência da gestão pública, na flexibilidade, na inovação, entre outros aspectos (OSEI-KOJO, 2016; SECCHI, 2009). Destaca-se que o modelo burocrático weberiano foi dominante durante um longo tempo na gestão pública; no entanto, o anseio por uma gestão mais eficiente e focada em resultados fez com que este modelo passasse a ser questionado e criticado (MANDELI, 2016).

Outros modelos de gestão pública passaram a emergir em meio às críticas ao modelo burocrático, com a proposta de aplicação de práticas de gestão com foco na eficiência e produtividade (LAMPPOULOU; OIKONOMOU, 2018; OSBORNE, 2006; SILVA; DE MATTIA, 2016). Dentre eles, destaca-se o surgimento do modelo gerencial, também conhecido como nova gestão pública, e do modelo denominado de governança pública (SECCHI, 2009). Alguns acadêmicos argumentam que a governança pública é uma evolução da nova gestão pública (KISSLER; HEIDEMANN, 2006; SECCHI, 2009).

De acordo com a Teoria da Agência (JENSEN; MECKLING, 1976), os mecanismos de governança têm potencial de mitigar possíveis conflitos de interesse entre o agente e o principal. Nesse sentido, a governança pública vem ganhando cada vez mais destaque no setor público, como uma proposta de modernização e melhoria da qualidade da gestão (LAMPPOULOU; OIKONOMOU, 2018). Destaca-se que a governança pública tem como objetivo o monitoramento e gerenciamento das ações do gestor, objetivando a implementação de políticas eficazes (FRENSCH, 2004). Desse modo, a governança pública emerge com a finalidade de melhorar o desempenho da gestão pública a partir da implementação de estruturas, normas, procedimentos e mecanismos de gestão (ALMQUIST et al., 2013).

Um bom desempenho da gestão pública deve estar relacionado ao atendimento das demandas sociais (SILVA; CRISÓSTOMO, 2019). De forma geral, espera-se que o governo atue de acordo com o interesse dos cidadãos, agindo com responsabilidade e com foco no interesse coletivo (MOTTA, 2013). Nesse contexto, compreende-se que a governança pública

é um mecanismo de melhoria da gestão pública (ALMQUIST et al., 2013) e vem ganhando destaque entre profissionais e no meio acadêmico, sendo constantemente associada a um fator propulsor do desenvolvimento (ALQOOTI, 2020; HWANG; AKDEDE, 2011; UDDIN; JOYA, 2007). Discute-se que a qualidade da governança pode estar associada a fatores sociais, econômicos e ambientais, sendo um possível preditor do desenvolvimento (GAYGISIZ; 2013; NOJA et al., 2019; TARVERDI; SAHA; CAMPBELL, 2019).

Nesta tese, o desenvolvimento é investigado sob uma perspectiva multidimensional, que engloba aspectos econômicos, sociais e ambientais. Portanto, o termo desenvolvimento é adotado nesta investigação como um termo global para as diferentes perspectivas deste constructo (econômica, social e ambiental). Sen (2010) discute o desenvolvimento sob uma perspectiva mais complexa e multidimensional, sugerindo que o desenvolvimento está relacionado às liberdades individuais e ao acesso a bens e serviços essenciais para a vida humana, como educação, saúde, renda, cultura, entre outros.

Compreende-se que o desenvolvimento pode estar diretamente associado ao modo como o governo age, assim como os mecanismos e práticas de gestão adotados podem interferir diretamente no desenvolvimento e no bem-estar da sociedade como um todo (GANI, 2011; OTT, 2011). Algumas relações positivas entre a qualidade da governança pública e o desenvolvimento têm sido observadas e documentadas pela literatura (GANI, 2011; GAYGISIZ, 2013; HELLIWELL et al., 2018; MARINO et al., 2016). Embora as evidências não apontem para uma única direção, parece haver um consenso de que melhorias na qualidade da governança pública podem promover o desenvolvimento (TARVERDI; SAHA; CAMPBELL, 2019).

Discute-se que a promoção do bem-estar coletivo deve ser o principal propósito da gestão pública, sendo o desenvolvimento um indicativo de bom desempenho governamental (SILVA; CRISÓSTOMO, 2019). Argumenta-se que o desenvolvimento era constantemente associado ao crescimento econômico e ao aumento da renda de determinado local (RODRÍGUEZ-POSE; PALAVICINI-CORONA, 2013). Entretanto, essa lógica passou a ser questionada uma vez que o crescimento econômico não parece ser um indicativo capaz de refletir o desenvolvimento de forma consistente, pois não considera aspectos sociais (ALIŃSKA; FILIPIAK; KOSZTOWNIAK, 2018). Desse modo, indicadores de desenvolvimento passaram a integrar componentes sociais (NATOLI; ZUHAIR, 2010), tais como renda, educação e expectativa de vida (ROEMER, 2013).

Mesmo com essa ampliação sobre o conceito de desenvolvimento, algumas críticas ainda surgiram sobre esse constructo, pois, apesar de alguns indicadores utilizarem uma abordagem multidimensional, ainda deixavam de contemplar alguns aspectos essenciais à vida humana, como o meio ambiente (KLUGMAN; RODRÍGUEZ; CHOI, 2011). Considerando essas críticas, o desenvolvimento passou a ter uma orientação para a sustentabilidade, com foco em questões econômicas, sociais e ambientais (CHOI, 2021). O termo desenvolvimento sustentável tem sido amplamente discutido e aceito pela comunidade acadêmica e por diversos outros grupos sociais, uma vez que integrar questões econômicas, sociais e ambientais parece ser um meio para melhorar a vida das pessoas (ALIŃSKA; FILIPIAK; KOSZTOWNIAK, 2018).

Diversas organizações passaram a discutir a sustentabilidade como uma pauta de interesse coletivo. Destacam-se como instrumentos importantes para o avanço dessa pauta o Relatório de Brundtland (1987), a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), a Declaração do Milênio (2000), a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (2012) e a Assembleia Geral das Nações Unidas (2015). No contexto brasileiro, do ponto de vista legal, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) prevê como atribuições do Poder Público a garantia à dignidade humana, o cuidado com o meio ambiente, dentre outras questões relacionadas ao bem-estar social.

Os governos e entes governamentais passaram a ocupar um lugar de destaque na busca por um desenvolvimento sustentável, sendo os principais responsáveis pela implementação de metas e estratégias a fim de alcançar o desenvolvimento econômico, social e ambiental (OMER; NOGUCHI, 2020). O papel do governo ganha ainda maior destaque em economias emergentes. Nestes ambientes, o governo cumpre um papel essencial na gestão dos recursos com foco no desenvolvimento (ANWAR et al., 2020).

Compreende-se que os governos devem buscar meios de aprimorar seus mecanismos de governança pública a fim de alcançar um maior desenvolvimento (JANOWSKI, 2016). Assim, o papel do governo é primordial no alcance do desenvolvimento, uma vez que é o responsável pelas escolhas estratégicas, tais como a aplicação de recursos financeiros e a formulação de políticas públicas (ALIŃSKA; FILIPIAK; KOSZTOWNIAK, 2018).

No Ceará, o governo vem se empenhando em delinear estratégias governamentais com foco no desenvolvimento. A exemplo disso, destaca-se a criação da Plataforma de

Desenvolvimento Ceará 2050, que tem como objetivo traçar estratégias para acelerar o desenvolvimento nas próximas três décadas, atendendo às expectativas da sociedade por meio da oferta de serviços essenciais (CEARÁ, 2022). Dentre as etapas do Ceará 2050, destaca-se consolidação e lançamento do plano estratégico de desenvolvimento de longo prazo, que contempla um modelo de gestão e governança (CEARÁ, 2019). Desse modo, este parece ser um contexto relevante para se investigar os constructos que compõem esta pesquisa.

Embora muito se discuta sobre o papel do governo, pouco se tem investigado sobre os indivíduos responsáveis pelas decisões no âmbito do setor público. De acordo com a Teoria dos Altos Escalões, o gestor do alto escalão é o responsável pelas escolhas estratégicas na organização, sendo suas estratégias influenciadas por sua base cognitiva e valores (HAMBRICK; MASON, 1984). Assim, para compreender o porquê ou como uma organização faz algo, parece importante que se investigue os atributos pessoais dos indivíduos que ocupam cargos de gestão no alto escalão (HAMBRICK, 2007).

A Teoria dos Altos Escalões sugere que a forma como o gestor compreende determinada situação impacta nas suas decisões estratégicas e, conseqüentemente, no desempenho da entidade (HAMBRICK, 2007; HAMBRICK; MASON, 1984). No contexto desta tese, argumenta-se que o perfil do gestor impacta suas decisões estratégicas (elementos relacionados aos mecanismos de governança pública) e o desempenho (representado pelo nível de desenvolvimento). Compreende-se o desenvolvimento como uma medida de desempenho no setor público, uma vez que o objetivo da gestão pública deve ser a promoção do bem-estar coletivo. Desse modo, delineou-se a seguinte questão que norteará esta pesquisa: quais as relações entre perfil do gestor, governança pública e desenvolvimento em governos locais?

1.2 Objetivos

A seguir são apresentados os objetivos da tese. Primeiramente, apresenta-se o objetivo geral que norteia a pesquisa. Posteriormente, são apresentados os objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Esta tese tem como objetivo geral analisar as relações entre perfil do gestor, governança pública e desenvolvimento em governos locais.

1.2.2 *Objetivos Específicos*

- i. Descrever o perfil dos gestores públicos;
- ii. Verificar a influência da governança pública no desenvolvimento;
- iii. Verificar a influência do perfil do gestor na governança pública;
- iv. Verificar a influência do perfil do gestor no desenvolvimento.

1.3 Declaração de Tese

Nesta pesquisa, defende-se a tese de que o perfil do gestor público pode ser determinante para que a economia avance de forma sustentável e gere mais desenvolvimento, sendo a governança pública uma aliada nesse processo, uma vez que mecanismos de governança eficazes podem reduzir conflitos de interesse e mitigar distorções entre o que o cidadão espera do governo e suas reais ações. Desse modo, defende-se, à luz da Teoria dos Altos Escalões, que o perfil do gestor está associado à governança pública e ao desenvolvimento em governos locais.

1.4 Justificativa e Relevância do Estudo

A literatura sobre governança pública é ampla e vem se desenvolvendo cada vez mais nos últimos tempos, mas várias questões ainda permeiam esse campo. Estudos passados sugerem a existência de relação entre a governança pública e o desenvolvimento (AL-NASER, 2019; GANI, 2011; GAYGISIZ, 2013; HELLIWELL et al., 2018; MANDELI, 2016; MARINO et al., 2016). Entretanto, grande parte da literatura aborda o desenvolvimento sob uma perspectiva econômica e/ou social, deixando de abordar questões como o meio ambiente. Assim, esta tese se diferencia de trabalhos anteriores à medida em que propõe investigar o desenvolvimento sob as óticas econômica, social e ambiental.

Destaca-se que analisar a governança pública em contextos específicos, como em governos locais, permite a identificação de fraquezas e limitações nas estruturas de governança investigadas, contribuindo para que os agentes públicos ajustem esses problemas (YONG;

WENHAO, 2012), melhorando a qualidade da governança. Destaca-se que os governos municipais desempenham um papel ativo na economia nacional e regional, principalmente em países em desenvolvimento, desempenhando um papel cada vez mais importante em questões políticas, econômicas e sociais (YONG; WENHAO, 2012). Ademais, argumenta-se que a governança no âmbito local, além de ser um fator determinante para a qualidade de vida dos cidadãos, também impacta na governança do país como um todo (YONG; WENHAO, 2012).

Argumenta-se que o governo é um agente-chave para que o desenvolvimento avance (ABHAYAWANSA; ADAMS; NEESHAM, 2021; McKEON, 2017), principalmente em economias emergentes (ANWAR et al., 2020). Outrossim, sugere-se que os governos locais cumprem um papel importante na promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento (ATISA; ZEMRANI; WEISS, 2021). Além disso, investigar a governança pública em municípios brasileiros é relevante, sendo importante relacionar esse constructo com outros fatores (AQUINO et al., 2021). Desse modo, discutir esses tópicos no âmbito municipal é pertinente.

A fim de investigar a dinâmica entre os constructos em um nível de governos locais, optou-se por delimitar o universo investigado, uma vez que a pesquisa exige um nível elevado de detalhamento das informações sobre o perfil dos gestores. Desse modo, os municípios cearenses compõem o contexto da pesquisa, uma vez que os entes governamentais cearenses parecem estar empenhados em delinear estratégias para fomentar o desenvolvimento no estado, a exemplo da Plataforma Ceará 2050 (CEARÁ, 2022). Nessa conjectura, esta tese apresenta potencial de contribuir para a análise e discussão da governança pública no âmbito municipal, relacionando-a com o desenvolvimento e contribuindo para o delineamento de estratégias governamentais e políticas públicas focadas no bem-estar social. Além disso, o estudo enfatiza a relevância de estruturas de governança pública robustas e com foco no desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Do ponto de vista teórico, esta tese é relevante por propor a aplicação da Teoria dos Altos Escalões (HAMBRICK; MASON, 1984) no setor público, com foco em governos locais, sugerindo que as características pessoais dos gestores públicos municipais impactam em suas escolhas estratégicas e no desempenho governamental. Ao transpor essa discussão ao setor público, este estudo amplia o campo de aplicação da teoria e elucida uma discussão sobre o perfil do gestor público enquanto tomador de decisões. Além disso, este estudo amplia o escopo da teoria ao incluir a orientação política como um elemento relacionado ao perfil do gestor,

uma vez que essa característica pode carregar aspectos como valores e crenças dos gestores. Destaca-se que investigar a aplicação dessa teoria na administração pública é pertinente, uma vez que as decisões dos gestores públicos reverberam na sociedade como um todo.

Do ponto de vista gerencial, os achados desta pesquisa podem levar gestores à reflexão sobre a importância da implementação de mecanismos de governança pública como meio para otimizar a gestão pública. Além disso, este estudo pode servir para que gestores públicos e formuladores de políticas públicas reflitam sobre a importância dos mecanismos de governança pública para que a gestão alcance seus objetivos. Do ponto de vista social, os resultados desta tese podem direcionar os cidadãos à reflexão e análise crítica sobre a escolha de seus governantes. Além disso, caso o perfil dos gestores mostre-se um fator que influencia a governança pública e o desenvolvimento, a sociedade poderá identificar quais características são importantes na escolha de gestores públicos.

Do ponto de vista metodológico, esta tese busca avaliar a governança pública a partir de uma perspectiva gerencial, relacionando a governança às escolhas estratégicas dos gestores. Além disso, o estudo mensura o desenvolvimento por meio de diferentes indicadores, alocados em três dimensões: econômica, social e ambiental. Em relação ao perfil do gestor, avaliar as características observáveis dos prefeitos dos 184 municípios cearenses durante dois mandatos (2009-2012 e 2013-2016) compõe um universo de análise relevante para o campo de pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta a base teórica e a revisão da literatura realizada sobre os constructos estudados, articulando possíveis relações entre eles. Além disso, são delineadas as hipóteses da tese e é apresentado um *framework* geral da pesquisa.

2.1 Perfil do Gestor e Teoria dos Altos Escalões

A Teoria dos Escalões Superiores (*Upper Echelons Theory*), ou Teoria dos Altos Escalões (HAMBRICK; MASON, 1984), apresenta uma perspectiva de que o perfil do gestor pode influenciar as estratégias e resultados organizacionais. Embora esta teoria tenha sido desenvolvida no contexto empresarial, discute-se que sua lógica também possa ser aplicada ao setor público, uma vez que os gestores públicos também são responsáveis por escolhas estratégicas. No caso do setor público, defende-se que, uma vez que esses gestores assumem o poder de tomada de decisões e de delineamento de estratégias governamentais, seu perfil (i.e., gênero, idade, *status* socioeconômico, experiência, escolaridade, orientação política) pode influenciar a adoção de mecanismos de governança, a implementação de políticas públicas, a aplicação dos recursos públicos e, conseqüentemente, o desenvolvimento.

Desse modo, a Teoria dos Altos Escalões (TAE) preconiza que os resultados organizacionais (i.e., escolhas estratégicas e desempenho) são parcialmente previstos pelas características dos gestores (HAMBRICK; MASON, 1984). Argumenta-se que, aspectos como base cognitiva, valores e características observáveis dos gestores influenciam suas interpretações sobre as situações que enfrentam e, por sua vez, contribuem para a forma como as escolhas estratégicas são realizadas, impactando também nos resultados organizacionais (HAMBRICK, 2007; HAMBRICK; MASON, 1984). Desse modo, argumenta-se que para compreender o porquê de uma organização fazer algo, ou a maneira como uma organização faz algo, faz-se necessário analisar os gestores do alto escalão (HAMBRICK, 2007).

Destaca-se que, embora Hambrick e Mason (1984) discutam a importância de fatores psicológicos para as escolhas estratégicas dos gestores, os autores argumentam que o foco nas características observáveis dos gestores parece ser essencial para o desenvolvimento de uma perspectiva dos altos escalões. Além disso, argumentam que as dimensões psicológicas (e.g., base cognitiva, valores e percepções) não são simples de serem mensuradas. Assim, enfatizam

a importância de características observáveis (e.g., idade, tempo na organização, histórico funcional, raízes socioeconômicas, educação, etc) para o avanço da teoria.

De acordo com Hambrick (2007), considerando a dificuldade de se obter dados psicométricos convencionais de gestores do alto escalão, os pesquisadores podem usar de forma confiável as características dos gestores para desenvolver previsões sobre ações estratégicas. Ainda, o autor relata que há evidências de que o perfil demográfico do gestor tem relação com a estratégia e o desempenho. Além disso, argumenta-se que o uso de características observáveis tem sido aplicado em outras áreas com a finalidade de prever o comportamento (HAMBRICK; MASON, 1984).

Embora seja reconhecido que indicadores demográficos podem conter mais ruído do que medidas psicológicas mais puras (HAMBRICK; MASON, 1984), características como idade, histórico funcional e experiências educacionais podem ser utilizadas como substitutos observáveis para os construtos psicológicos que moldam a interpretação e decisões estratégicas dos gestores (CARPENTER; GELETKANYCZ; SANDERS, 2004). Desse modo, destaca-se que as variáveis demográficas representam indicadores observáveis que podem refletir construtos não observáveis (i.e., valores, modelos cognitivos, traços de personalidade, entre outros fatores psicológicos) (ANESSI-PESSINA; SICILIA, 2020).

Carpenter, Geletkanycz e Sanders (2004) discutem que, em sua essência, a TAE foca nas cognições, valores e percepções dos gestores e sua influência no processo de escolha estratégica e no desempenho. De acordo com os autores, uma vez que valores e percepções de gestores são de difícil mensuração, a TAE sugere que as características gerenciais podem ser substitutos razoáveis para avaliar diferenças relacionadas às cognições, valores e percepções. A Figura 1 apresenta um modelo sobre a TAE.

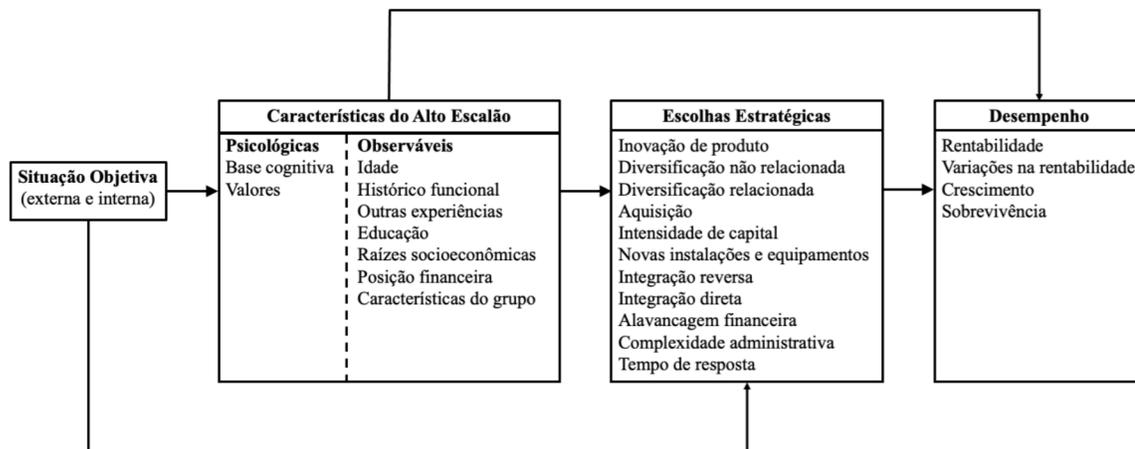


Figura 1 - Modelo da Teoria dos Altos Escalões.

Fonte: Elaborado de Hambrick e Mason (1984).

De acordo com Hambrick e Mason (1984), o cerne da teoria é que as características dos gestores do alto escalão são determinantes das escolhas estratégicas e, a partir dessas escolhas, do desempenho organizacional. Para os autores, a combinação entre a situação e as características dos gestores levam à decisão estratégica; enquanto a situação, as características e as escolhas estratégicas interagem para determinar os níveis de desempenho organizacional. Em síntese, a teoria versa que as características dos gestores influenciam a decisão estratégica e o desempenho, sendo que as decisões estratégicas refletem diretamente no desempenho.

Embora a TAE tenha sido desenvolvida com foco em empresas privadas, alguns estudos têm se dedicado a investigar a sua aplicação no setor público. No estudo de Esteve et al. (2012), os autores examinaram se as características da alta administração fazem diferença no contexto de colaboração interorganizacional no setor público. De acordo com os autores, o estudo segue a TAE e busca contribuir para a pesquisa sobre os determinantes da colaboração pública, examinando o papel das características dos gestores públicos. Para tanto, foram investigados 228 gestores da Catalunha. Os resultados do estudo sugerem que a colaboração no setor público é influenciada pelas características dos gestores, de modo que as qualificações educacionais e preocupação com o autodesenvolvimento influenciaram positivamente, enquanto a idade influenciou negativamente.

Ludin, Mohamed e Mohd-Saleh (2017) examinaram as relações entre as características do gestor e a implementação de gerenciamento de risco em organizações do setor público na Malásia. Os autores investigaram gestores de 55 dos 272 órgãos estatutários federais e estaduais

da Malásia. Os resultados indicam que apenas a propensão de assumir riscos do gestor está positivamente relacionada à implementação do gerenciamento de riscos, e que a qualidade da auditoria interna moderou o relacionamento entre o *locus* de controle do gestor e a implementação do gerenciamento de risco.

À luz da TAE, Anessi-Pessina e Sicilia (2020) investigaram o potencial impacto das características e dos traços de personalidade de gestores do alto escalão nas decisões organizacionais no setor público. Para tanto, os autores desenvolveram um estudo com diretores financeiros municipais na Itália. Os resultados da pesquisa demonstraram que as características e os traços de personalidade dos gestores influenciam as decisões organizacionais. Especificamente, os autores verificaram que a distorção da receita era menor na presença de gestores do sexo feminino, com formação em administração de empresas e que se autodescrevem como “conscientes”.

No Brasil, Ferreira e Carvalho (2019) verificaram se as características dos chefes do Poder Executivo Estadual estão relacionadas com a variação da renda *per capita* da respectiva unidade federativa. Segundo os autores, de acordo com a TAE, as características pessoais dos gestores influenciam nas escolhas estratégicas e resultado organizacional, fato que pode ser analisado para o cenário da administração pública e seus gestores. Os resultados da pesquisa indicam que os gestores com pós-graduação na área pública apresentaram relação positiva com maior variação na renda *per capita* do Estado.

Por sua vez, Donatella e Tagesson (2021) focaram no papel do diretor financeiro a fim de ampliar a perspectiva teórica e agregar poder explicativo no que diz respeito ao teste empírico de escolha oportunista de contabilidade em organizações do setor público. Os autores utilizaram da TAE para vincular conceitualmente as características do diretor financeiro com a escolha oportunista de contabilidade. Para tanto, os autores investigaram diretores financeiros municipais na Suécia. Os resultados da pesquisa indicam que a escolha oportunista de contabilidade diminui com a experiência anterior do diretor financeiro nos municípios.

Dessa forma, a aplicação da TAE no setor público tem se tornado uma pauta de interesse entre pesquisadores. Entretanto, compreende-se que existem algumas diferenças entre os contextos organizacionais público e privado. Assim, fazem-se necessárias adaptações da TAE para sua aplicação no setor público. Nesta tese, sugere-se que as escolhas estratégicas e o desempenho no setor público passam por perspectivas diferentes daquelas observadas pelos

gestores no setor privado. Assim, nesta tese, propõe-se uma adaptação da TAE, conforme apresentada na Figura 2.

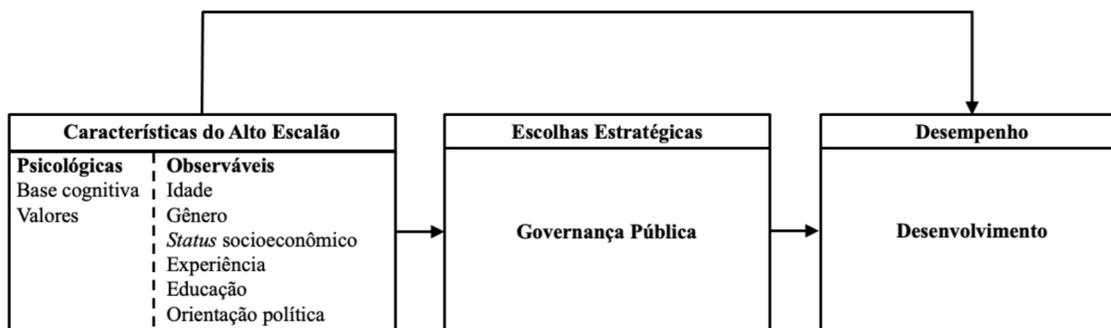


Figura 2 - Adaptação da Teoria dos Altos Escalões para o Estudo.

Fonte: Elaborado com base na Teoria dos Altos Escalões (HAMBRICK; MASON, 1984).

Discute-se que as características dos gestores públicos influenciam as escolhas estratégicas e o desempenho no setor público, sendo que o desempenho também é influenciado pelas escolhas estratégicas. As escolhas estratégicas, neste estudo, são analisadas sob o viés da governança pública. Já o desempenho é avaliado pela perspectiva do desenvolvimento, isto é, o objetivo do governo é aumentar o bem-estar social, priorizando aspectos econômicos, sociais e ambientais. Além disso, no tocante às características do alto escalão, foi inserida a orientação política do gestor. Discute-se que a orientação política do indivíduo pode refletir algumas crenças, preferências e aspectos relacionados à gestão (ASPELUND; LINDEMAN; VERKASALO, 2013; POTRAFKE, 2012; SANTIAGO, 2018; TAROUCO; MADEIRA, 2013; WENNSTRÖM, 2016). Desse modo, inserir essa variável no contexto investigado é apropriado, haja vista que as decisões políticas tendem a sofrer influência do viés ideológico do gestor.

2.2 Gestão no Setor Público: da Burocracia à Governança Pública

A administração pública vem passando por mudanças substanciais, apropriando-se de novos discursos e novas práticas gerenciais, a fim de desenvolver estratégias organizacionais que potencializem a qualidade da gestão pública (SECCHI, 2009). Destaca-se que esse processo de mudanças deriva de anos de evolução da administração pública, passando por diferentes teorias, práticas e ferramentas gerenciais (LAMPROPOULOU; OIKONOMOU, 2018), além

da forte influência da administração científica, focada na profissionalização e otimização na execução das tarefas (SILVA; DE MATTIA, 2016). Dentre os principais modelos de gestão pública, destacam-se a burocracia weberiana, a nova administração pública (ou gerencialismo) e a governança pública (LAMPROPOULOU; OIKONOMOU, 2018; MANDELI, 2016; SECCHI, 2009; OSBORNE, 2006).

Osborne (2006) argumenta que um primeiro modelo dominante de administração pública perdurou um longo período, tendo início no final do século XIX e indo até o final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Nesse sentido, Secchi (2008) discute que o modelo burocrático teve bastante destaque na gestão pública durante o século XX, sendo atribuído a Max Weber, uma vez que o sociólogo se empenhou em analisar as principais características desse modelo. Pela sua relevância e por sua longa trajetória, o modelo burocrático é reconhecido, por muitos, como modelo tradicional da administração pública.

Alinhado ao que foi discutido, Mandeli (2016) argumenta que o modelo tradicional da administração pública prevaleceu, desde a década de 1920 até o início da década de 1970, em países desenvolvidos, sendo moldado pela percepção de burocracia estabelecida por Max Weber, que advoga que o formato burocrático é a forma mais eficiente de controle gerencial para as economias modernas. No entanto, o modelo burocrático passou a sofrer duras críticas, sendo considerado inadequado para o atual contexto organizacional (SECCHI, 2008).

Considerando as crescentes críticas ao modelo tradicional burocrático, o modelo de nova administração pública é apresentado como uma alternativa focada em resultados, desempenho, eficiência e competitividade (SCHWARTZ, 2008; SECCHI, 2008). A partir dos anos de 1970, a nova administração pública passou a ser amplamente difundida entre os órgãos públicos com um discurso mais gerencial, o qual versava sobre a aplicação de técnicas do setor privado no setor público, com o apelo de que a aplicação dessas técnicas conduziria o serviço público à eficiência e efetividade (OSBORNE, 2006).

Destaca-se que, diante do cenário de escassez de recursos, a eficiência era uma das prioridades dos governos. Assim, a produtividade e os resultados passaram a ter grande importância nesse modelo de gestão (SILVA; DE MATTIA, 2016). Em síntese, a aplicação de técnicas inerentes ao setor privado na gestão pública passou a se popularizar por volta dos anos de 1980, aproximando a administração pública de ideias mais gerenciais (LAMPROPOULOU; OIKONOMOU, 2018).

Com o avanço da nova administração pública, nos anos 1980, práticas empresariais passaram a ser incorporadas no setor público; a exemplo disso, destaca-se a implementação de boas práticas de governança corporativa, que passaram a ser adotadas no serviço público como boas práticas de governança pública (SUKMADILAGA; PRATAMA; MULYANI, 2015). Destaca-se que essa ideia foi bem aceita, uma vez que é papel do governo a promoção de uma “boa governança” (SUKMADILAGA; PRATAMA; MULYANI, 2015).

A partir dos anos 1990, o conceito de “boa governança” passou a ser amplamente discutido e associado a assuntos de interesse coletivo, como desenvolvimento, políticas públicas e relações internacionais, tornando-se um termo bastante popular no âmbito do setor público (UDDIN; JOYA, 2007). Assim, o termo “governança pública” emerge como um conceito que envolve diversos aspectos da gestão, tais como: transparência, *accountability*, integridade, ética, honestidade, participação social, entre outros (MATEI; DRUMASU, 2015; OLIVEIRA; PISA, 2015).

Compreende-se que a burocracia weberiana, a nova administração pública e a governança pública são os modelos de gestão mais dominantes na seara da administração pública. Embora elencar os modelos de gestão pública em três possa soar simplista (OSBORNE, 2006), trata-se de uma tentativa de classificação e caracterização dos modelos de maior destaque na gestão pública. Apesar dessa “segregação” em três modelos, destaca-se que é reconhecida a existência de modelos de gestão pública híbridos, que agregam características desses diferentes modelos, além de integrarem práticas de gestão que são típicas dos setores privado e público (LAMPROPOULOU; OIKONOMOU, 2018; OSBORNE, 2006).

2.3 Governança Pública

O conceito de governança pública é abrangente e tem sido amplamente discutido na literatura. Alguns estudiosos argumentam que a governança pública deriva da governança corporativa, surgindo como uma alternativa para se criar parâmetros que buscam alcançar um melhor desempenho da administração pública por meio da implementação de estruturas, normas, procedimentos e mecanismos de gestão (ALMQUIST et al., 2013). A Teoria da Agência (JENSEN; MECKLING, 1976) versa sobre a relevância dos mecanismos de governança como forma de reduzir os conflitos entre o agente e o principal. No caso do setor público, o agente pode ser representado pela figura do gestor público, enquanto o principal é

representado pelos cidadãos. No entanto, a governança pública extrapola o viés gerencial, uma vez que incorpora diversos aspectos políticos, gerenciais, sociais e econômicos, fazendo com que ela ocupe lugar de destaque nos debates acadêmicos e em discussões que envolvem o binômio estado-sociedade (FREY, 2008).

Não há uma única definição ou um único modelo que contemple a governança pública em sua essência. Diversas discussões são levantadas em torno da governança pública. Alguns afirmam que ela é uma evolução do modelo gerencial de gestão pública (KISSLER; HEIDEMANN, 2006; SECCHI, 2009), outros que ela é a aplicação da governança corporativa no setor público (YAPA, 2014), outros apontam para uma possível associação com a inovação no setor público (SCUPOLA; ZANFEI, 2016). Apesar de existir diversos contextos e significados para a governança no setor público, compreende-se que ela precede a governabilidade (BENEDICTO et al., 2013), uma vez que a segunda consiste na capacidade geral de governança de qualquer entidade ou sistema social (KOOIMAN, 2008).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2019) define governança como uma série de arranjos formais e informais que delineiam a forma como as decisões públicas são tomadas, além de sugerir a forma como as ações públicas devem ser executadas, com o objetivo de preservar os valores constitucionais de uma nação frente aos vários problemas, atores e ambientes. Buta e Teixeira (2020, p. 389), por sua vez, definem governança pública como “arranjos de natureza pública que permitem a participação de todos os interessados, sob a coordenação do Estado, na solução dos problemas comuns, possibilitando assim a entrega de serviços públicos de qualidade, bem como o controle social”.

Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2008) definem governança como um conjunto das tradições e instituições por meio das quais um país exerce sua autoridade. De acordo com os autores, isso inclui o processo de seleção e substituição dos governos, além do seu monitoramento, assim como a capacidade que o governo tem de formular e implementar políticas sólidas de forma eficaz. Além disso, os autores advogam que a governança é responsável por promover o respeito dos cidadãos e do Estado pelas instituições que governam as interações econômicas e sociais entre eles.

Alinhado a isso, argumenta-se que o governo tem um papel importante na promoção da boa governança (SUKMADILAGA; PRATAMA; MULYANI, 2015), que por sua vez exerce o papel de regular e monitorar o gerenciamento dos recursos públicos, com foco na eficiência e na formulação, implementação e aplicação de políticas (FRENSCH, 2004). Tais atribuições

fizeram com que o conceito de boa governança ganhasse espaço no debate sobre o desenvolvimento (UDDIN; JOYA, 2007). Além disso, Sukmadilaga, Pratama e Mulyani (2015) sugerem que a boa governança tem potencial de promover uma boa imagem do governo.

Nesse contexto, Sukmadilaga, Pratama e Mulyani (2015) discutem que a boa governança pública está relacionada à aplicação de boas práticas de governança corporativa no setor público, como uma forma de melhoria do desempenho governamental. Os autores asseveram que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) aponta nove critérios para a boa governança pública, são eles: participação; estado de direito; transparência; capacidade de resposta; orientação de consenso; equidade; eficiência e eficácia; *accountability*; e visão estratégica (SUKMADILAGA; PRATAMA; MULYANI, 2015). Além desses fatores, alguns aspectos específicos relacionados à governança pública têm ganhado destaque especial na literatura, tais como a democracia e a corrupção (OTT, 2010).

No Brasil, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira (BRASIL, 2013). Esta lei, também conhecida como Lei Anticorrupção, constitui um instrumento legal inovador, que fortalece mecanismos de apuração administrativa, cumprindo um papel importante no combate à corrupção, uma vez que possibilita punir a prática de atos ilícitos por parte de pessoas jurídicas, que acarretam prejuízos de ordem social (BLANCHET; MARIN, 2018).

Ainda no contexto brasileiro, dispositivos legais têm surgido com o intuito de consolidar a governança no setor público brasileiro. O Decreto Nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 2017). Nele, define-se governança pública como um “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (BRASIL, 2017). Ainda, apresentam-se como princípios da governança pública, os seguintes: capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; melhoria regulatória; prestação de contas e responsabilidade; e transparência (BRASIL, 2017).

Com o avanço da governança pública no Brasil, outros elementos emergem no âmbito do setor público a fim de garantir o bom funcionamento dos órgãos, possibilitando um melhor desempenho governamental. Dentre esses elementos destaca-se a *compliance*, também denominada integridade, que busca garantir a conformidade das ações, prezando pela ética e

pela observância às normas legais (VIEIRA; BARRETO, 2019). Desse modo, compreende-se que a *compliance* configura-se uma ferramenta de controle e governança capaz de reduzir práticas ilegais nas organizações, reduzindo riscos e potencializando os resultados (GONÇALVES JÚNIOR; MIRANDA, 2019).

Nesse contexto, algumas unidades da federação brasileira desenvolveram suas próprias legislações para tratar da governança e *compliance* no setor público, como é o caso do Distrito Federal. O Decreto N° 39.736, de 28 de março de 2019, dispõe sobre a Política de Governança Pública e *Compliance* no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal, e define *compliance* público como o “alinhamento e adesão a valores, princípios e normas para sustentar e priorizar o interesse público em relação ao interesse privado no setor público (DISTRITO FEDERAL, 2019).

No Estado do Ceará, a Lei N.º 16.717, de 21 de dezembro de 2018, institui o Programa de Integridade do Poder Executivo do Estado do Ceará, que consiste na “integração de mecanismos organizacionais, com foco na gestão de riscos e nos controles internos, objetivando fortalecer e direcionar as instituições públicas para o alcance dos seus objetivos estratégicos e a entrega dos resultados esperados pela população, de forma regular, eficiente, transparente e proba” (CEARÁ, 2018a). Além disso, no âmbito da Plataforma Ceará 2050, o programa propõe, em uma de suas etapas, a consolidação e lançamento do plano estratégico de desenvolvimento de longo prazo, que contempla um modelo de gestão e governança (CEARÁ, 2019).

Ainda no contexto cearense, a Lei Complementar N.º 180, de 18 de julho de 2018, dispõe sobre o Programa de Governança Interfederativa do Estado do Ceará, denominado “Ceará um Só”, que tem como princípio “a ação coletiva institucional para apoiar o planejamento, a gestão, execução e monitoramento das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelo Estado do Ceará” (CEARÁ, 2018b). No âmbito desta lei, considera-se governança interfederativa o compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum.

2.4 Modelos e Medidas de Governança Pública

Medir a governança pública é uma tarefa complexa e diversos estudiosos têm buscado meios para interpretá-la a partir de aspectos fundamentais (SU; BUI, 2017). De acordo com

Buta e Teixeira (2020), há um vasto contingente de conceitos e instrumentos de mensuração desse constructo. Nesse contexto, destaca-se que diversos autores e organizações têm se empenhado em delinear modelos capazes de representar a governança pública.

O Banco Mundial (*World Bank*) desenvolveu os indicadores mundiais de governança (*Worldwide Governance Indicators – WGI*), que são elaborados com base em centenas de variáveis que mensuram percepções sobre governança, com base em diferentes fontes de dados de diversas organizações de todo o mundo (KAUFMANN; KRAAY; MASTRUZZI, 2008). Ainda, Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2008) asseveram que os WGI são compostos por seis dimensões: (i) voz e responsabilização; (ii) estabilidade política e ausência de violência/terrorismo; (iii) eficácia do governo; (iv) qualidade regulatória; (v) estado de direito; e (vi) controle de corrupção. As descrições de cada uma das dimensões dos WGI são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Dimensões referentes aos *Worldwide Governance Indicators*.

Dimensão	Descrição
Voz e Responsabilização	Mede a percepção de até que ponto os cidadãos de um país podem participar na seleção de seu governo, bem como liberdade de expressão, liberdade de associação e mídia livre.
Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo	Mede as percepções da probabilidade de o governo ser desestabilizado ou derrubado por meios inconstitucionais ou violentos, incluindo violência e terrorismo com motivação política.
Eficácia do Governo	Mede as percepções da qualidade dos serviços públicos, a qualidade do serviço civil e o grau de sua independência das pressões políticas, a qualidade da formulação e implementação de políticas e a credibilidade do compromisso do governo com tais políticas.
Qualidade Regulatória	Mede a percepção da capacidade do governo de formular e implementar políticas e regulamentos sólidos que permitam e promovam o desenvolvimento do setor privado.
Estado de Direito	Mede as percepções de até que ponto os agentes confiam e cumprem as regras da sociedade e, em particular, a qualidade da execução de contratos, direitos de propriedade, polícia e tribunais, bem como a probabilidade de crime e violência
Controle de Corrupção	Mede as percepções de até que ponto o poder público é exercido para ganhos privados, incluindo tanto pequenas como grandes formas de corrupção, bem como a "captura" do Estado por elites e interesses privados.

Fonte: Elaborado com base em Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2008).

Por sua vez, Yong e Wenhao (2012) desenvolveram um indicador de governança da cidade (*City Governance Index – CGI*), dividido em sete dimensões: (i) participação; (ii) legitimidade e igualdade; (iii) eficiência; (iv) regulamentação; (v) estado de direito; (vi)

integridade; e (vii) transparência. De acordo com os autores, a aplicação do seu modelo permitiu medir o nível de governança das cidades e diagnosticar seus problemas, possibilitando que os governos municipais possam corrigir seus problemas relacionados à governança. No Quadro 2, são apresentadas as dimensões do indicador elaborado por Yong e Wenhao (2012) e suas descrições.

Quadro 2 - Dimensões referentes ao *City Governance Index*.

Dimensão	Descrição
Participação	Participação dos cidadãos, da sociedade civil e do setor privado nos assuntos públicos.
Legitimidade e Igualdade	Estabilidade do governo e segurança da sociedade.
Eficiência	Eficiência do governo no fornecimento de bens e serviços públicos.
Regulamentação	Eficiência da regulamentação governamental; o governo deve reduzir a carga regulatória desnecessária.
Estado de Direito	Tanto o governo quanto a sociedade respeitam as leis.
Integridade	O governo deve ser honesto e comprometido com a luta contra a corrupção.
Transparência	As decisões e operações do governo são abertas e transparentes para o público.

Fonte: Elaborado com base em Yong e Wenhao (2012).

No contexto brasileiro, Oliveira e Pisa (2015) desenvolveram um Índice de Avaliação da Governança Pública (IGovP). Para os autores, o conceito de governança pública envolve aspectos como transparência, prestação de contas (*accountability*), ética, integridade, legalidade e participação social nas decisões. Desse modo, os autores desenvolveram seu indicador a partir da seleção de variáveis alocadas em cinco dimensões: (i) efetividade; (ii) transparência e *accountability*; (iii) participação; (vi) equidade; e (v) legalidade, ética e integridade. O estudo de Aquino et al. (2021) fez uma adaptação do IGovP a fim de mensurar a governança pública em municípios, utilizando as mesmas dimensões propostas por Oliveira e Pisa (2015), mas com algumas adaptações nas variáveis. As descrições de cada uma das dimensões do IGovP são apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Dimensões referentes ao Índice de Avaliação da Governança Pública (IGovP).

Dimensão	Descrição
Efetividade	Diz respeito à averiguação da real necessidade e oportunidade de determinadas ações governamentais e refere-se aos impactos por ela gerados.
Transparência e <i>Accountability</i>	Apresentação dos dados de forma compreensível para fins de controle social.
Participação	Participação dos cidadãos nas eleições para escolha dos representantes do povo no âmbito dos entes federados. Participação nas organizações da sociedade civil.
Equidade	Igualdade de oportunidades entre os cidadãos e o acesso a saúde, educação e renda.
Legalidade, Ética e Integridade	Cumprir as leis, agir com integridade e promover aspectos éticos como os direitos humanos.

Fonte: Elaborado com base em Oliveira e Pisa (2015).

Buta e Teixeira (2020) realizaram uma metanálise a fim de identificar e avaliar comparativamente iniciativas de definição e mensuração de governança pública. Os autores argumentam que há uma grande variedade de conceitos e de instrumentos de mensuração da governança pública. Com base na análise feita, os autores classificaram as definições de governança e os indicadores utilizados em cinco categorias: (i) coordenação de *stakeholders*; (ii) participação; (iii) capacidade governamental; (iv) monitoramento e controle; e (v) condições de governança. No Quadro 4, são apresentadas as dimensões categorizadas por Buta e Teixeira (2020) juntamente a descrição de cada dimensão.

Quadro 4 - Dimensões da governança pública com base em Buta e Teixeira (2020).

Dimensão	Descrição
Coordenação de <i>Stakeholders</i>	Capacidade de conjugar os interesses dos diversos atores, que cooperam entre si para a formulação e implementação das políticas públicas.
Participação	Participação social na tomada de decisões do governo.
Capacidade Governamental	Preocupação com a efetividade governamental.
Monitoramento e Controle	Preocupação com o controle social sobre a ação pública.
Condições de Governança	Condições essenciais para que os mecanismos de governança possam prosperar.

Fonte: Elaborado com base em Buta e Teixeira (2020).

Recentemente, o Tribunal de Contas da União (TCU, 2021), considerando as diferentes perspectivas e conceitos sobre a governança pública, adota três diferentes perspectivas sobre o tema: (i) perspectiva organizacional (ou corporativa); (ii) perspectiva de políticas públicas; e (iii) perspectiva de centro de governos. Considerando as perspectivas da Governança Pública do TCU, pode-se dizer que esta tese dá destaque à perspectiva organizacional (ou corporativa), uma vez que foco na governança pública a partir de elementos gerenciais que podem ser

definidos a partir da estratégia adotada pelo gestor público. No Quadro 5, apresentam-se as definições dadas pelo órgão para cada uma das perspectivas da Governança Pública.

Quadro 5 - Perspectivas da Governança Pública de acordo com o TCU.

Perspectiva	Descrição
Perspectiva Organizacional (ou Corporativa)	Trata das condições para que cada órgão ou entidade cumpra seu papel, alinhe seus objetivos ao interesse público, gerencie riscos e entregue o valor esperado de forma íntegra, transparente e responsável.
Perspectiva de Políticas Públicas	Trata do desempenho dos programas e políticas públicas, levando em conta a extensa rede de interações entre estruturas e setores, incluindo diferentes esferas, poderes, níveis de governo e representantes da sociedade civil organizada.
Perspectiva de Centro de Governo	Trata do direcionamento que o governo é capaz de dar à nação e da sua legitimidade perante as partes interessadas, criando as condições estruturais de administração e controle do Estado.

Fonte: Elaborado com base em TCU (2021).

Com base no que foi discutido, percebe-se que a governança pública é uma seara bastante explorada, porém ainda heterogênea no que diz respeito a conceitos e definições. Observa-se que algumas das dimensões exploradas pelos autores tratam da governança pública a partir de uma perspectiva gerencial, isto é, avaliam a governança pública com base em critérios estratégicos e relacionados ao desempenho governamental, considerando aspectos como: *accountability*; eficiência; cumprimento das leis; transparência; integridade; ética; etc. Por outro lado, observa-se um outro leque de dimensões que tratam da governança pública a partir de uma perspectiva situacional, isto é, levam em consideração aspectos externos da governança pública e o contexto em que o governo atua, tais como: participação dos cidadãos; equidade; estado de direito; etc.

Essa primeira perspectiva da governança (gerencial) se assemelha a alguns elementos presentes nas categorias “capacidade governamental” e “monitoramento e controle”, propostas por Buta e Teixeira (2020), e à perspectiva de “governança pública organizacional”, apresentada pelo TCU (2021). Já essa segunda perspectiva da governança pública (situacional) compreende critérios presentes nas categorias “coordenação de *stakeholders*”, “participação” e “condições de governança”, propostas por Buta e Teixeira (2020).

Assim, compreende-se que a governança pública pode ser observada a partir de duas perspectivas amplas, uma focada nas estratégias governamentais (perspectiva gerencial) e outra focada no ambiente externo (perspectiva situacional). Essa primeira perspectiva compreende

aspectos de governança que estão diretamente associados à tomada de decisão do gestor público (e.g., eficiência, *accountability*, legalidade). Já a segunda perspectiva reúne aspectos que não dependem diretamente das decisões do gestor público, mas que são reflexo do ambiente em que aquele governo atua (e.g., participação, equidade). A Figura 3 sintetiza as ideias discutidas nesse parágrafo.

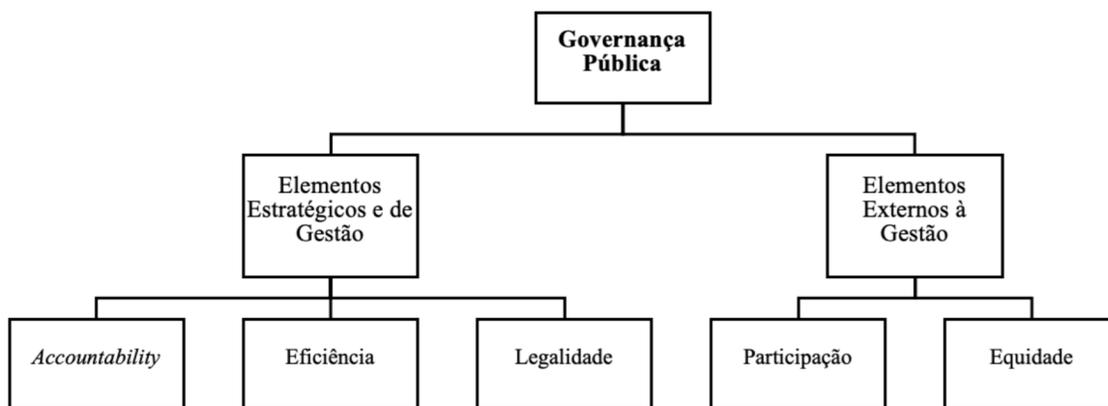


Figura 3 - Modelo de Governança Pública Adotado no Estudo.

Fonte: Autoria própria.

Sugere-se que a mensuração da governança pública seja realizada a partir de duas perspectivas: a perspectiva gerencial, que considera elementos estratégicos relacionados à tomada de decisão dos gestores públicos; e a perspectiva situacional, que considera elementos externos à gestão, mas que podem influenciar as decisões dos gestores e que são relevantes para que os mecanismos de governança se estabeleçam. A primeira perspectiva leva em consideração três dimensões: (i) *accountability*; (ii) eficiência; e (iii) legalidade. A segunda perspectiva considera aspectos como: (i) participação; e (ii) equidade.

Em relação à “*accountability*”, Sarker (2009) argumenta que este termo consiste em uma relação social em que um determinado ator sente a obrigação de explicar e justificar suas ações a um outro. No contexto governamental, pode-se dizer que a *accountability* é a prática em que o agente público presta conta aos cidadãos por seus atos (MALBON; CAREY; REEDERS, 2019; STEFFEK, 2010), sendo um elemento essencial para a boa governança (SARKER, 2009). Entende-se que o governo tem o dever de prestar contas aos seus cidadãos a fim de que possa haver um maior controle social, garantindo que os interesses coletivos sejam priorizados. Com base na literatura, sugere-se que a *accountability* é um mecanismo

fundamental para a boa governança, sendo, portanto, percebida com uma dimensão da governança pública.

No que tange à dimensão “eficiência”, discute-se que a emergência da governança pública advém do anseio pela profissionalização da gestão pública, com foco no desempenho e na eficiência (SCHWARTZ, 2008; SECCHI, 2008; OSBORNE, 2006). De acordo com a *International Federation of Accountants* (IFAC, 2014), a boa governança no setor público promove o uso eficiente dos recursos, que pode melhorar o desempenho no setor público e, conseqüentemente, a vida das pessoas. Dessa forma, sugere-se que a eficiência está diretamente relacionada à governança pública (HWANG; AKDEDE, 2011). Do ponto de vista legal, a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) apresenta a eficiência como um dos princípios que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá obedecer. Sendo assim, os governos brasileiros devem observar esse elemento a fim de garantir uma boa governança.

No tocante ao cumprimento das leis, ou “legalidade”, argumenta-se que a implementação de mecanismos legais é algo fundamental para que haja controle sobre as ações dos gestores públicos (SILVA; CRISÓSTOMO, 2019). Mecanismos como a Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000) possibilitam uma fiscalização mais efetiva das contas públicas e das ações administrativas dos gestores (CORREIO; CORREIO, 2019), configurando-se um importante instrumento para a governança pública. Assim, analisar a governança pública sob a égide do cumprimento às normas e leis (legalidade) é um ponto importante, uma vez que esses mecanismos contribuem para a efetividade das boas práticas de governança no setor público, de modo que direcionam as ações dos gestores e podem reduzir possíveis conflitos de interesse entre a sociedade e o gestor público.

Sobre a “participação”, argumenta-se que vários modelos de governança pública contemplam aspectos relacionados à participação dos cidadãos nas decisões públicas ou na escolha dos seus governantes. De acordo com Falanga e Ferrão (2021), estudos apontam para a necessidade de tornar a participação cidadã um meio para mudanças estruturais nos sistemas de governança. Matias-Pereira (2010), por sua vez, destaca que a participação da sociedade civil é um fator relevante para a governança pública. Fung (2015) argumenta que aumentar a participação do cidadão pode ser vista como uma forma de elevar a qualidade da regulamentação, melhorar o fornecimento de bens e serviços públicos e impulsionar os resultados em áreas como saúde e educação. De acordo com Bingham, Nabatchi e O’Leary (2005), os cidadãos têm potencial para desempenhar um papel relevante nas políticas públicas

e na tomada de decisões no setor público, ajudando a decidir sobre o que é importante para eles. Desse modo, sugere-se que uma maior participação do cidadão pode aprimorar os mecanismos de governança e gerar impactos na implementação de políticas públicas mais eficazes que atendam de forma mais satisfatória os interesses coletivos.

Em relação à “equidade”, esta dimensão não se trata de um elemento diretamente relacionado às ações governamentais, mas é uma característica capaz de promover um ambiente mais propício à governança pública. Atualmente, discute-se que aspectos como equidade, inclusão e direitos humanos são pontos que integram a boa governança (BUTA; TEIXEIRA, 2020; GRINDLE, 2017). Destaca-se que a equidade é uma questão que merece atenção quando se discute governança (ASHTA, 2006). Assim, entende-se que os governos que atuam em um ambiente com menor desigualdade tende a desenvolver maior capacidade de governança pública.

Esta tese avaliará a governança pública a partir da perspectiva gerencial. Destaca-se que esta perspectiva está alinhada ao que o TCU (2020) denomina “governança pública organizacional”. De acordo com o TCU (2020), a governança pública organizacional abrange mecanismos capazes de avaliar, direcionar e monitorar as ações da gestão pública, com foco em políticas públicas e na oferta de serviços de interesse coletivo. Assim, esta tese investigará a governança considerando três constructos (i.e., *accountability*, eficiência e legalidade) capazes de orientar a atuação adequada da gestão pública com foco nas demandas sociais.

2.5 Desenvolvimento: do Crescimento Econômico ao Desenvolvimento Sustentável

Muito se discute sobre o desenvolvimento sustentável como uma pauta de interesse global, levando o tema a ocupar um lugar de destaque no debate acadêmico (ANWAR et al., 2020). Argumenta-se que, nos últimos tempos, a concepção sobre desenvolvimento vem sendo mais bem compreendida e especialistas passaram a perceber que o crescimento econômico, sozinho, não é capaz de expressar o desenvolvimento em sua complexidade, pois deixa de contemplar, muitas vezes, aspectos essenciais como o bem-estar social (ALIŃSKA; FILIPIAK; KOSZTOWNIAK, 2018).

Uma forma recorrente de medir o desenvolvimento tem sido por meio do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), usado na literatura como uma métrica para medir o desenvolvimento econômico (RODRÍGUEZ-POSE; PALAVICINI-CORONA, 2013). Roemer

(2013) destaca que o PIB *per capita*, como medida de desenvolvimento, é baseado na ética utilitarista, que calcula o nível de bem-estar social levando em consideração a renda proporcional. Sen (2010), ao discutir sobre o desenvolvimento como liberdade, argumenta que o crescimento do produto nacional bruto e das rendas, por exemplo, pode ser um meio importante para expandir as liberdades dos indivíduos de uma sociedade, mas outros aspectos de ordem econômica e social, tais como educação e saúde, são determinantes para as liberdades.

Para Shome e Tondon (2010), o crescimento econômico está relacionado a um aumento na produção, já o desenvolvimento econômico é um conceito mais amplo e reflete o progresso social e tecnológico da economia, tratando-se de um indicador da qualidade de vida dos cidadãos. Desse modo, destaca-se que medir o desenvolvimento econômico a partir do PIB tem sofrido críticas nos últimos tempos, levando ao apelo pela elaboração de indicadores alternativos para medir o desenvolvimento (RODRÍGUEZ-POSE; PALAVICINI-CORONA, 2013).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) emerge como uma resposta ao uso do PIB como uma medida padrão do desenvolvimento (KLUGMAN; RODRÍGUEZ; CHOI, 2011), objetivando ser uma medida mais realista do que o PIB em termos de desenvolvimento (MONTEIRO; PEREIRA; COSTA, 2017). Assim, desde sua criação, o IDH tem ganhado destaque e talvez seja um dos indicadores de bem-estar mais populares (DECANCQ; LUGO, 2009), que contempla noções de progresso social e econômico (NATOLI; ZUHAIR, 2010), compreendendo aspectos como renda, educação e expectativa de vida (ROEMER, 2013).

De acordo com as Nações Unidas (*United Nations* – UN, 2021), o IDH foi criado com o intuito de destacar que as pessoas e suas capacidades devem estar inseridas na avaliação do desenvolvimento e não apenas aspectos econômicos. Ainda, destaca-se que o IDH pode contribuir para as reflexões sobre o papel das políticas governamentais no desenvolvimento, uma vez que permite questionar, por exemplo, como dois países com o mesmo nível de renda nacional bruta *per capita* podem ter resultados de desenvolvimento humano diferentes (UN, 2021), sugerindo que as ações do governo podem ter reflexo no desenvolvimento.

Embora o IDH tenha cumprido um papel importante como medida de desenvolvimento, algumas críticas têm sido endereçadas a ele no decorrer do tempo. Stewart (2019) discute sobre algumas das críticas feitas em relação ao IDH, dentre as quais se destaca o fato de o indicador utilizar apenas três elementos (educação, saúde e renda), mesmo havendo outras dimensões importantes do desenvolvimento humano. Nesse contexto, Klugman, Rodríguez e Choi (2011)

mencionam que o IDH sofre críticas em relação a escolha das variáveis, uma vez que não contempla alguns aspectos do bem-estar como equidade, direitos humanos, felicidade, liberdades políticas e sustentabilidade. Assim, compreende-se que o desenvolvimento passa a demandar um olhar mais amplo, envolvendo aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento sustentável emerge como uma abordagem integrada com foco em três valores fundamentais: economia, sociedade e meio ambiente (CHOI, 2021). O primeiro está relacionado a fatores como emprego, melhoria do PIB e avanço da economia; o segundo compreende aspectos voltados à saúde, bem-estar e qualidade de vida da população; o último contempla metas que buscam um ambiente mais limpo, com menos poluição e mais práticas ecologicamente corretas (ANWAR et al., 2020). Assim, passou-se a compreender que o desenvolvimento sustentável, fruto do equilíbrio entre aspectos sociais, econômicos e ambientais, tem maior potencial de melhorar a economia, trazendo benefícios a um vasto contingente de agentes interessados (ALIŃSKA; FILIPIAK; KOSZTOWNIAK, 2018).

Organizações internacionais têm enfatizado a importância dos governos divulgarem informações sobre questões relacionadas à sustentabilidade (GUERRERO-GÓMEZ; NAVARRO-GALERA; ORTIZ-RODRÍGUEZ, 2021). Na seara do desenvolvimento sustentável, destaca-se a priorização de objetivos sociais, e não apenas econômicos, focando em questões como a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população (ALIŃSKA; FILIPIAK; KOSZTOWNIAK, 2018).

Um dos mais recentes e mais importantes marcos para a sustentabilidade global foi o delineamento de dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos na Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2015. Esses objetivos buscam transformar o mundo em um planeta sustentável, contemplando metas que focam na erradicação da pobreza, na preservação do meio ambiente, na promoção do bem-estar coletivo e na redução das desigualdades (ANWAR et al., 2020; JANOWSKI, 2016; MARTÍNEZ-CÓRDOBA et al., 2021; OMER; NOGUCHI, 2020).

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2021), os ODS foram desenvolvidos como um apelo global com foco na erradicação da pobreza, na preservação ambiental e climática e na promoção de uma vida mais próspera para todos. Desse modo, esses objetivos cumprem o papel de equilibrar os aspectos econômicos, sociais e ambientais, contribuindo para a formulação de políticas globais de desenvolvimento sustentável

(GUERRERO-GÓMEZ; NAVARRO-GALERA; ORTIZ-RODRÍGUEZ, 2021). A Figura 4 apresenta os dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável.



Figura 4 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
Fonte: Organizações das Nações Unidas (ONU) – Brasil (2021).

Espera-se que esses dezessete ODS tenham impactos globais até o ano de 2030. Omer e Noguchi (2020) destacam que diversas questões relacionadas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental foram inseridas na Agenda 30 das Nações Unidas, que, por sua vez, foi motivada por diversos outros relatórios de sustentabilidade, como: o Relatório de Brundtland (1987), a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), a Declaração do Milênio (2000), a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (2012) e a Assembleia Geral das Nações Unidas (2015).

Compreende-se que o conceito de desenvolvimento tem sido ressignificado no decorrer dos anos, passando a abranger cada vez mais tópicos de interesse coletivo como educação, saúde, renda, meio ambiente, entre outros. Nessa perspectiva, esta tese adota o conceito de desenvolvimento sustentável como forma de avaliar o desenvolvimento em governos locais a partir de uma perspectiva multidimensional, priorizando aspectos econômicos, sociais e ambientais.

2.6 Hipóteses da Pesquisa

O termo “boa governança” tem ganhado destaque nas últimas décadas e passou a ser amplamente abordado no campo da administração pública, tornando-se um conceito chave no debate sobre desenvolvimento (OTT, 2010; UDDIN; JOYA, 2007). Destaca-se que a qualidade da governança pública pode proporcionar melhorias no desenvolvimento, assim como apresenta potencial de maximização do bem-estar e da felicidade da população (GANI, 2011; OTT, 2011).

Gaygisiz (2013) argumenta que a literatura tem demonstrado o papel das instituições no desempenho econômico e no desenvolvimento. Segundo o autor, a governança pública tem potencial de explicar os diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico entre os países. De acordo com Rajkumar e Swaroop (2008), há uma vasta literatura empírica que aborda a relação entre diversos indicadores de governança e o desenvolvimento, sendo que a maioria desses estudos reforça a ideia de que uma melhor governança conduz a um maior nível de desenvolvimento. Alinhado a isto, Tarverdi, Saha e Campbell (2019) advogam que existe um consenso de que melhorias na governança podem melhorar o desenvolvimento econômico.

Além disso, desde o surgimento dos ODS, introduzidos pelas Nações Unidas, muito se discute sobre o papel da governança global em alcançar esses objetivos, tendo o governo uma função relevante nesse contexto (ABHAYAWANSA; ADAMS; NEESHAM, 2021; McKEON, 2017). Destaca-se que é fundamental que os governos nacionais estejam alinhados às propostas globais de desenvolvimento sustentável para que haja um resultado eficaz (ABHAYAWANSA; ADAMS; NEESHAM, 2021).

As intervenções governamentais cumprem um papel essencial no avanço da pauta sustentável, principalmente em economias emergentes e países em desenvolvimento (ANWAR et al., 2020), como é o caso do Brasil. Assim como os governos nacionais, os governos locais são fundamentais para proporcionar um ambiente adequado e propício ao desenvolvimento (ATISA; ZEMRANI; WEISS, 2021). Os governos e entes governamentais são os principais responsáveis pela implementação e fiscalização desses objetivos em diferentes níveis (OMER; NOGUCHI, 2020).

Argumenta-se que o governo desempenha um papel chave no desenvolvimento, uma vez que, além de aplicar recursos financeiros e ofertar bens públicos, atua como formulador de políticas públicas e pode buscar meios para integrar outros agentes nas estratégias com foco no desenvolvimento (ALIŃSKA; FILIPIAK; KOSZTOWNIAK, 2018). Desse modo, ressalta-se

que os governos devem buscar meios de fortalecer a implementação dos ODS, aprimorando a governança pública como meio e fim para o desenvolvimento (JANOWSKI, 2016).

Frensch (2004) assevera que a qualidade da governança é definida como o grau em que o governo maximiza o bem-estar dos indivíduos. Além disso, destaca-se que há um consenso de que melhorias na governança pública tendem a melhorar o desenvolvimento (TARVERDI; SAHA; CAMPBELL, 2019). Assim, considerando o papel do governo e a importância dos mecanismos de governança pública para o bom desempenho no setor público, delineou-se a seguinte hipótese:

Hipótese 1: a governança pública influencia positivamente o desenvolvimento em governos locais.

Em relação às características observáveis, destaca-se que as características dos gestores podem afetar suas escolhas estratégicas e impactar no desempenho organizacional, isto porque essas características podem representar aspectos como valores, cognições e outros atributos psicológicos do gestor (HAMBRICK; MASON, 1984). Dessa forma, esta tese investiga algumas características observáveis dos gestores a fim de compreender sua relação com a governança pública (elementos estratégicos) e o desenvolvimento (desempenho). As características investigadas são: gênero, idade, *status* socioeconômico, experiência, escolaridade e orientação política.

No âmbito das características dos altos escalões, o gênero é uma característica que foi introduzida nas investigações posteriormente (ABATECOLA; CRISTOFARO, 2020; CARPENTER et al., 2004). Discute-se que homens e mulheres divergem na maneira como gerenciam organizações públicas (ESTEVE et al., 2012; MEIER; O'TOOLE; GOERDEL, 2006). Argumenta-se que as mulheres tendem a ser menos propensas a se envolver em comportamento antiético, bem como são mais avessas ao risco do que homens (ANESSI-PESSINA; SICILIA, 2020). Isso pode levá-las a cumprir de forma mais rígida a lei, reduzindo os riscos de suas ações e priorizando a governança pública como um meio de auxiliar na adequada gestão dos recursos públicos.

Além disso, discute-se que mulheres tendem a dar maior ênfase à comunicação no desempenho de suas funções e parecem ter maior probabilidade de envolver a sociedade em suas decisões no setor público (FOX; SCHUHMANN, 1999). Ainda, há evidência de que a presença de mulheres na gestão em governos locais influencia positivamente os sistemas de

controle interno, assim como promove a transparência e o combate mais efetivo à corrupção (GRAS-GIL; MORENO-ENGUIX; HENÁNDEZ-FERNÁNDEZ, 2020). Ainda no setor público, discute-se que mulheres gestoras são capazes de converter os impactos negativos da gestão para cima em resultados positivos em vários indicadores de desempenho organizacional (MEIER; O'TOOLE; GOERDEL, 2006). Tais fatos sugerem que mulheres na gestão pública podem priorizar mecanismos de governança focados na interação com o cidadão, aumentando a prestação de contas sobre seus atos gerenciais, assim como podem obter melhor desempenho.

Argumenta-se que mulheres são mais orientadas a questões socioambientais, enquanto homens são mais focados no desempenho econômico (JIANG; AKBAR, 2018). Contudo, há evidência de que organizações com um maior número de mulheres na alta gestão tendem a apresentar um melhor desempenho econômico (REGUERA-ALVARADO; DE FUENTES; LAFFARGA, 2017), social (CABEZA-GARCÍA; FERNÁNDEZ-GAGO; NIETO, 2018) e ambiental (KASSINIS et al., 2016). Assim, sugere-se que a presença de mulheres na alta gestão parece estar associada a um melhor desempenho organizacional, uma vez que as mulheres parecem ter uma visão mais holística sobre o contexto organizacional, o que serve como um arcabouço robusto para suas decisões estratégicas, impactando no desempenho. Com base nisso, foram delineadas as seguintes hipóteses:

Hipótese 2a: *o gênero do gestor influencia a governança pública, de modo que os municípios governados por mulheres tendem a apresentar melhor governança pública.*

Hipótese 2b: *o gênero do gestor influencia o desenvolvimento, de modo que os municípios governados por mulheres tendem a apresentar maior desenvolvimento.*

No que se refere à idade, de acordo com a TAE, gestores mais velhos podem ser mais resistentes à adoção de novos comportamentos, evitando realizar mudanças no contexto organizacional em que atuam (HAMBRICK; MASON, 1984), enquanto gestores mais jovens parecem ser mais propensos a implementar novas ideias (ANESSI-PESSINA; SICILIA, 2020) e a tomar decisões estratégicas mais arriscadas (HAMBRICK; MASON, 1984).

No setor público, a propensão ao risco refletida pela idade do gestor parece ser um fator cognitivo ambíguo, uma vez que pode beneficiar as escolhas estratégicas no sentido de implementar soluções mais inovadoras, como a colaboração interorganizacional (ESTEVE et al. 2012), mas também pode levar o gestor a práticas como a manipulação contábil (ANESSI-

PESSINA; SICILIA, 2020), que pode ter impactos negativos na aprovação das contas públicas, por exemplo.

Por outro lado, gestores mais jovens tendem a estar mais preocupados com o desenvolvimento de sua carreira (ESTEVE et al., 2012), o que pode fazer com que se envolvam em estratégias de gestão mais focadas em resultados, garantindo uma boa imagem como gestor e, conseqüentemente, sua continuidade no cargo. Desse modo, compreende-se que a idade é um fator que pode estar associado às decisões e ao desempenho no setor público. Assim, foram delineadas as seguintes hipóteses:

Hipótese 3a: *a idade do gestor influencia a governança pública, de modo que os municípios governados por gestores mais jovens e mais velhos tendem a apresentar resultados de governança pública diferentes.*

Hipótese 3b: *a idade do gestor influencia o desenvolvimento, de modo que os municípios governados por gestores mais jovens e mais velhos tendem a apresentar resultados de desenvolvimento diferentes.*

Em relação ao *status* socioeconômico dos gestores, destaca-se que, à época da formulação da TAE, não era tendência na literatura buscar relacionar a origem socioeconômica do gestor com suas estratégias e desempenho, uma vez que aparentemente havia alta homogeneidade entre as origens socioeconômicas dos gestores do alto escalão (HAMBRICK; MASON, 1984). No setor público brasileiro, essa realidade não parece ser diferente, uma vez que a literatura brasileira sugere que homens, com maior escolaridade e maior patrimônio apresentam maiores chances de serem eleitos (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009).

Entretanto, a TAE propõe que organizações cujos gestores do alto escalão vêm de grupos socioeconômicos mais baixos tendem a buscar estratégias de aquisição e diversificação não relacionada, apresentando maior crescimento e variabilidade de lucros do que as empresas cujos gestores vêm de grupos socioeconômicos mais elevados (HAMBRICK; MASON, 1984). Contudo, de acordo com os autores, não é possível concluir se, de fato, a origem humilde dos gestores é que foi determinante para estratégias empresariais.

Por outro lado, Shipilov e Danis (2006) argumentam que gestores com *status* socioeconômico elevado, além de terem laços sociais que favorecem o avanço na carreira, contam com uma rede de recursos externa mais poderosa. Desse modo, compreende-se que,

enquanto gestores de origem socioeconômica menos favorecida tendem a arriscar mais em busca de melhores resultados, gestores com maior *status* socioeconômico contam com uma rede de relacionamentos mais ampla, que pode resultar em parcerias e benefícios para os governos locais. Assim, foram delineadas as seguintes hipóteses:

Hipótese 4a: *o status socioeconômico do gestor influencia a governança pública, de modo que municípios governados por gestores com diferentes status socioeconômicos apresentam resultados de governança pública diferentes.*

Hipótese 4b: *o status socioeconômico do gestor influencia o desenvolvimento, de modo que municípios governados por gestores com diferentes status socioeconômicos apresentam resultados de desenvolvimento diferentes.*

Em relação à experiência do gestor, aborda-se duas diferentes perspectivas. A primeira está relacionada ao histórico funcional do gestor. O histórico funcional está associado à área principal de atuação daquele gestor, isto é, a área em que ele concentra sua atuação profissional e possui maior bagagem de estudo e treinamento (ESTEVE et al., 2012). Destaca-se que, embora seja esperado que um gestor do alto escalão tenha uma visão generalista sobre os processos de gestão, eles trazem consigo uma bagagem que desenvolveram a partir da experiência em alguma área funcional primária, que pode impactar nas suas decisões estratégicas (HAMBRICK; MASON, 1984).

Uma segunda perspectiva é que outras experiências em diferentes contextos organizacionais também influenciam as escolhas estratégicas do gestor (HAMBRICK; MASON, 1984). Sugere-se que experiências anteriores podem ser reconhecidas como fonte adicional de conhecimento e essas experiências em diferentes organizações ou funções influenciam a forma como os gestores percebem uma situação e, conseqüentemente, a forma como eles tomam suas decisões estratégicas (DONATELLA; TAGESSON, 2021; HAMBRICK; MASON, 1984). Assim, espera-se que, no setor público, aqueles gestores que têm experiência prévia em outros cargos eletivos possam tomar suas decisões estratégicas de forma mais consistentes e com foco no interesse coletivo. Dessa forma, foram delineadas as seguintes hipóteses:

Hipótese 5a: *a experiência do gestor público influencia a governança pública, de modo que os municípios governados por gestores que já exerceram outro cargo eletivo tendem a apresentar melhor governança pública.*

Hipótese 5b: *a experiência do gestor público influencia o desenvolvimento, de modo que os municípios governados por gestores que já exerceram outro cargo eletivo tendem a apresentar maior desenvolvimento.*

No tocante à escolaridade do gestor, argumenta-se que o nível de educação geralmente varia pouco entre os oficiais que ocupam cargos semelhantes (ANESSI-PESSINA; SICILIA, 2020). Entretanto, no contexto dos governos locais brasileiros, talvez haja uma maior variação na escolaridade dos gestores municipais. Destaca-se que a escolaridade dos prefeitos eleitos no Brasil tem crescido nos últimos anos. Em 2000, 38,7% dos prefeitos eleitos declaram possuir nível superior completo, já em 2016, esse percentual passou a ser de 52,5% (DUFLOTH et al., 2019). Embora tenha havido esse aumento na escolaridade dos gestores, quase metade dos gestores públicos municipais eleitos em 2016 não possuem nível superior, o que deixa margem para que essa característica seja explorada.

Discute-se que a educação do gestor é um indicativo de suas habilidades e de seu conhecimento, o que pode influenciar suas decisões estratégicas (ESTEVE et al., 2012; HAMBRICK; MASON, 1984). Com base nisso, compreende-se que os gestores com maior escolaridade contam com mais recursos cognitivos para interpretar determinada situação, tendo uma maior base para tomar suas decisões estratégicas, o que pode resultar em um melhor desempenho organizacional. Desse modo, espera-se que os gestores públicos com maior escolaridade tenham melhores resultados em relação às decisões estratégicas e ao desempenho. Assim, foram delineadas as seguintes hipóteses:

Hipótese 6a: *o nível de escolaridade do gestor influencia a governança pública, de modo que os municípios governados por gestores com maior nível de escolaridade tendem a apresentar melhor governança pública.*

Hipótese 6b: *o nível de escolaridade do gestor influencia o desenvolvimento, de modo que os municípios governados por gestores com maior nível de escolaridade tendem a apresentar maior desenvolvimento.*

No que se refere à orientação política do gestor, o impacto dos partidos políticos no desenvolvimento do estado de bem-estar social tem sido pauta de estudos anteriores, em especial no que se refere às políticas de bem-estar como saúde, educação, seguridade social, entre outras (IMBEAU; PÉTRY; LAMARI, 2001). Estudos sugerem que crenças conservadoras estão normalmente associadas à ideologia de direita; por outro lado, a orientação à esquerda está geralmente associada a uma mente mais aberta e à busca pela igualdade social e econômica (ASPELUND; LINDEMAN; VERKASALO, 2013).

Discute-se que as preferências políticas dos partidos são capazes de predizer aspectos como os gastos sociais dos governos, ou mesmo os resultados macroeconômicos (TAROUCO; MADEIRA, 2013). No Brasil, com a ascensão dos governos de esquerda, os investimentos em políticas sociais foram ampliados, o que resultou em um maior desenvolvimento (SILVA et al., 2019). Além disso, a agenda governamental passou a priorizar questões como a erradicação da pobreza e o acesso a direitos essenciais como educação, saúde e moradia (FAÉ; GOULART; ABDALA, 2016; SILVA et al. 2019).

Em outros contextos, como em Gana, a implementação de políticas neoliberais parece ter gerado crescimento econômico, mas não apresentou impactos significantes no desenvolvimento (AYELAZUNO, 2014). De forma geral, argumenta-se que governos de partidos de esquerda parecem priorizar os gastos sociais, (TAROUCO; MADEIRA, 2013), o que pode gerar mais desenvolvimento (SILVA et al. 2019).

Em relação à gestão pública, argumenta-se que ideias dos diferentes espectros políticos (esquerda-direita) estão presentes na lógica gerencial (WENNSTRÖM, 2016). Argumenta-se que diferenças ideológicas parecem ser capazes de explicar diversas questões no âmbito governamental (SANTIAGO, 2018). Assim, a orientação ideológica pode estar associada à estratégia de gestão e à governança pública. Desse modo, parece razoável sugerir que a orientação política influencia a forma como o governo atua (governança pública) e, conseqüentemente, os resultados alcançados por meio de sua atuação (desenvolvimento). Nesse contexto, foram delineadas as seguintes hipóteses:

Hipótese 7a: *a orientação política do gestor influencia a governança pública, de modo que os municípios governados por gestores de partidos de esquerda apresentam resultados diferentes dos municípios governados por gestores de direita.*

Hipótese 7b: a orientação política do gestor influencia o desenvolvimento, de modo que os municípios governados por gestores de partidos de esquerda apresentam resultados diferentes dos municípios governados por gestores de direita.

2.7 Framework da Pesquisa

Com base na literatura apresentada até aqui, foi possível articular sete hipóteses que nortearão esta pesquisa. As hipóteses desenvolvidas dizem respeito às relações entre os três constructos abordados neste trabalho: perfil do gestor, governança pública e desenvolvimento em governos locais. A Figura 5 apresenta um *framework* geral da pesquisa.

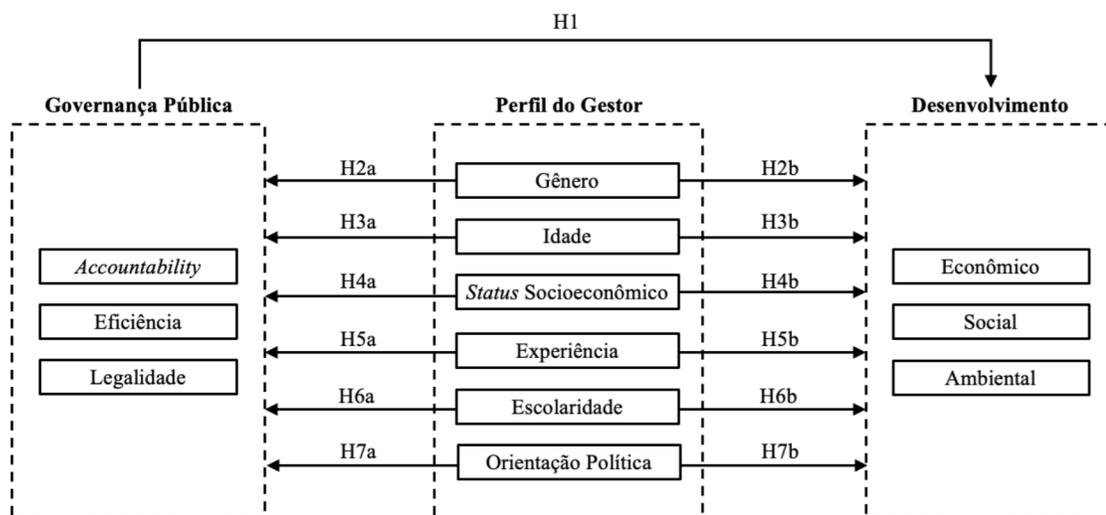


Figura 5 - *Framework* da Pesquisa.

Fonte: Autoria própria.

Com base na Figura 5, observa-se que o constructo governança pública é constituído por três elementos: *accountability*, eficiência e legalidade. O desenvolvimento compreende três dimensões: econômica, social e ambiental. O perfil do gestor compreende características observáveis (i.e., gênero, idade, status socioeconômico, experiência, escolaridade e orientação política). Sugere-se que a governança pública impacta no desenvolvimento, enquanto o perfil do gestor influencia tanto a governança pública quanto o desenvolvimento.

De forma geral, argumenta-se que os gestores públicos devem agir com *accountability*, prestando conta à sociedade sobre suas ações gerenciais. Além disso, a escassez de recursos faz com que os gestores busquem meios de otimizar o gasto público, aplicando os recursos de forma eficiente, a fim de fornecer um maior volume de bens e serviços públicos de qualidade para atender às demandas da sociedade. Ainda, os gestores devem estar atentos à legalidade de seus atos, isto é, as ações dos gestores públicos devem seguir critérios previstos em lei, evitando incorrer em práticas consideradas crimes de responsabilidade. O conjunto dessas práticas (i.e., *accountability*, eficiência e legalidade) forma a governança pública. Por fim, os gestores devem utilizar suas estratégias de governança pública como forma de viabilizar a promoção da qualidade de vida do cidadão, resultando em um maior desenvolvimento.

3 METODOLOGIA

3.1 Posicionamento Epistemológico e Tipologia da Pesquisa

Esta pesquisa emerge a partir do paradigma positivista, recorrendo a meios quantitativos para analisar relações entre as variáveis, testando hipóteses e buscando possíveis generalizações para o campo de estudo (MARTINS, 1997; MARTINS; THEÓPHILO, 2009; SOUSA, 1978). Desse modo, busca-se, por meio desta tese, compreender as relações entre perfil do gestor, governança pública e desenvolvimento em governos locais, investigando o papel do gestor e da governança pública na promoção do desenvolvimento.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória (COLLIS; HUSSEY, 2005), uma vez que busca analisar propriedades, bem como características relevantes acerca dos fenômenos analisados, ao passo que buscam explorar a aplicação de uma teoria em outro campo de pesquisa. Trata-se de um estudo com abordagem quantitativa, que busca mensurar e relacionar fenômenos, por meio da coleta e análise dos dados numéricos, fazendo uso de métodos estatísticos capazes de testar as hipóteses levantadas na pesquisa de forma objetiva (COLLIS; HUSSEY, 2005; GRAY, 2012).

3.2 População e Amostra

A população da pesquisa é composta pelos 184 municípios cearenses. O período analisado compreende os anos de 2009 a 2016, sendo dois mandatos municipais: 2009-2012 e 2013-2016. O período foi definido tendo em vista a disponibilidade dos dados durante o período de coleta. Os dados são secundários e foram coletados por meio dos *websites* de bases públicas. Procedimentos semelhantes foram adotados nos estudos de Crisóstomo e Silva (2020), Sell, Beuren e Lavarda (2020) e Silva e Crisóstomo (2019).

3.3 Coleta de Dados

Quanto aos procedimentos de coleta de dados adotados, a pesquisa é documental, pois foram coletados dados de bases específicas, que receberam tratamento e análise a fim de se

extrair informações deles (MARTINS; THEÓPHILO, 2008). Os dados foram coletados das seguintes bases de dados públicas: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE); Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE); Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMA-CE); Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN); Secretaria do Tesouro Nacional (STN); Tribuna de Contas do Estado do Ceará (TCE); e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3.4 Medidas

Foram selecionadas variáveis com o intuito de mensurar os construtos investigados nesta tese. Portanto, foram definidas métricas de governança pública, desenvolvimento e perfil do gestor. As métricas são calculadas a partir de variáveis que são detalhadas nos próximos tópicos.

3.4.1 Variáveis de Governança Pública

Conforme discutido no referencial teórico, a literatura propõe diversas formas de medir a governança pública. Nesta tese, a governança pública foi medida a partir de uma perspectiva de elementos estratégicos e de gestão, isto é, elementos que estão diretamente associados à tomada de decisão do gestor público. Desse modo, não foram considerados aspectos situacionais, como a participação popular e a equidade. Assim, foram definidas três dimensões que compõem a governança pública: *accountability*, eficiência e legalidade. O Quadro 6 detalha a dimensão *accountability*.

Quadro 6 - Medidas de Governança Pública: Dimensão *Accountability*.

Dimensão	Variável	Fonte de Coleta	Base Teórica
<i>Accountability</i>	Percentual de prestações de contas realizadas dentro do prazo estabelecido pelo TCE no ano.	TCE	Aquino et al. (2021); Oliveira e Pisa (2015).

Fonte: Elaboração própria.

Com base no Quadro 6, a dimensão *accountability* foi mensurada por meio de uma variável calculada com base no percentual de prestações de contas realizadas pelo município dentro do prazo estabelecido pelo TCE no ano. Essa variável reflete o nível de prestação de contas do gestor público sobre suas ações junto aos cidadãos, sendo uma característica de governança pública. Compreende-se que a prestação de contas realizada dentro do prazo estipulado pode não refletir a *accountability* em sua essência. Contudo, considerando a escassez de outras medidas para esta dimensão, optou-se por adotar esta medida, mesmo reconhecendo suas limitações. A segunda dimensão investigada no âmbito da governança pública é a eficiência, o Quadro 7 apresenta as variáveis que compõem essa medida.

Quadro 7 - Medidas de Governança Pública: Dimensão Eficiência.

Dimensão	Área	Variáveis	Fonte	Utilização no Modelo	Base Teórica
Eficiência	Educação	Gasto <i>per capita</i> com a função Educação.	STN	Input	Crisóstomo e Silva (2020); Crisóstomo, Martins e Silva (2019); Silva e Crisóstomo (2019); Costa et al. (2015); Macêdo et al. (2015); Diel et al. (2014); Scarpin et al. (2012); Trompieri Neto et al. (2008).
		Número de estabelecimentos de ensino.	IPECE	Outputs	
		Número de professores.	IPECE		
		Número de alunos matriculados.	IPECE		
		Rendimento dos alunos.	SEDUC-CE		
	Saúde	Gasto <i>per capita</i> com a função Saúde.	STN	Input	Crisóstomo e Silva (2020); Silva e Crisóstomo (2019); Costa et al. (2015); Braga, Ferreira e Braga (2015); Schulz et al. (2014); Souza e Barros (2013); Gonçalves et al. (2012); Varela e Pacheco (2012); Varela, Martins e Fávero (2012); Trompieri Neto et al. (2008).
		Famílias cadastradas pelo Programa Saúde da Família (PSF).	IPECE	Outputs	
		Pessoas cadastradas pelo PSF.	IPECE		
		Profissionais de saúde ligados ao SUS.	IPECE		
		Unidades de Saúde ligadas ao SUS.	IPECE		
		Número de Imunizações.	IPECE		
	Emprego & Renda	Gasto <i>per capita</i> com funções de governo que fomentam Emprego e Renda (Trabalho; Agricultura; Indústria; e Comércio e Serviços).	STN	Input	Crisóstomo e Silva (2020); Silva e Crisóstomo (2019); Costa et al. (2015); Beuren, Moura e Kloepfel (2013).
		PIB per capita	IPECE	Outputs	
		Número de empregos no Setor Formal.	IPECE		

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 7 apresenta as variáveis relacionadas à dimensão eficiência. A eficiência foi medida com base na aplicação dos recursos públicos em três áreas prioritárias da gestão pública: educação, saúde, e emprego e renda. Utiliza-se o método de Análise Envoltória de Dados (*Data Envelopment Analysis – DEA*) para calcular os escores de eficiência em cada uma das dimensões. Este método foi desenvolvido por Charnes, Cooper e Rhodes (1978) e ampliado por Banker, Charnes e Cooper (1984) com a finalidade de calcular a eficiência de unidades tomadoras de decisões (*Decision Making Units – DMUs*). Nesta tese, cada município cearense representa uma DMU.

A eficiência representa um mecanismo de governança focado em resultados, uma vez que mensura a capacidade que o município tem de aplicar o dinheiro público na obtenção de bens e serviços públicos em áreas prioritárias para a sociedade. Para a obtenção de um único indicador de eficiência, foi calculada uma média ponderada dos escores obtidos em cada área com base no volume de gasto por área. O Quadro 8 apresenta a medida da última dimensão da governança pública: a legalidade.

Quadro 8 - Medidas de Governança Pública: Dimensão Legalidade.

Dimensão	Variável	Fonte de Coleta	Base Teórica
Legalidade	Índice FIRJAN de Gestão Fiscal.	FIRJAN	Bartoluzzio e Anjos (2020); Silva et al. (2020); Medeiros, Oliveira e Caminha (2019); Silva e Crisóstomo (2019); Louzano et al. (2019); Bernardo, Lima e Farinha (2018); Leite Filho e Fialho (2015); Silva et al. (2013).

Fonte: Elaboração própria.

A dimensão legalidade foi mensurada com base no Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF). Este indicador representa o grau de aderência do município a boas práticas fiscais, levando em consideração aspectos legais como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Assim, este indicador representa a capacidade dos municípios de cumprir as normas fiscais, com foco na legislação vigente. Destaca-se que o IFGF passou por uma reformulação em 2019, passando a ser composto por quatro dimensões: autonomia; gasto com pessoal; liquidez; e investimentos (FIRJAN, 2019). Entretanto, os dados divulgados a partir dessa nova metodologia compreende apenas os anos de 2013 a 2018, não cobrindo, portanto, o período de análise deste estudo. Assim, optou-se por utilizar o IFGF com base na metodologia anterior, que é composto por cinco dimensões: receita própria; gasto com pessoal; investimentos; liquidez; e custo da dívida

(FIRJAN, 2017). Essa versão do indicador conta com dados referentes aos anos de 2006 a 2016, viabilizando a análise do período proposto nesta tese.

Por fim, a variável de governança pública foi calculada pela média entre as três dimensões propostas: *accountability*, eficiência e legalidade. A equação a seguir demonstra o cálculo da variável governança pública (GOV_P).

$$GOV_P = \frac{Accountability+Eficiência+Legalidade}{3} \quad [1]$$

3.4.2 Variáveis de Desenvolvimento

Conforme discutido anteriormente, esta tese aborda o desenvolvido numa perspectiva multidimensional, contemplando as seguintes dimensões: econômica, social e ambiental. A dimensão econômica busca avaliar o desenvolvimento sob o viés da produção e da renda local. Assim, o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Interno Bruto *per capita* (PIB_PC) foram adotados como medidas de desenvolvimento econômico municipal, conforme apresentado no Quadro 9.

Quadro 9 - Medidas de Desenvolvimento: Dimensão Econômica.

Dimensão	Variável	Código	Fonte de Coleta	Base Teórica
Econômica	Logaritmo Natural do PIB.	PIB	IPECE	Vasylieva et al. (2019); Silva et al. (2019); Fernandes e Fernandes (2017); Neduziak e Correia (2017); Gaiieski et al. (2017); Santos et al. (2017); Massardi e Abrantes (2015).
	Logaritmo Natural do PIB <i>per capita</i> .	PIB_PC		

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere à dimensão social, o desenvolvimento passa a considerar outros aspectos que não apenas o econômico. Desse modo, esta dimensão foi avaliada a partir de metodologias que contemplam aspectos sociais do desenvolvimento, desenvolvidas à luz de indicadores renomados como o IDH. O Quadro 10 apresenta os indicadores utilizados para medir o desenvolvimento na dimensão social.

Quadro 10 - Medidas de Desenvolvimento: Dimensão Social.

Dimensão	Variável	Código	Fonte de Coleta	Base Teórica
Social	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal.	IFDM	FIRJAN	Crisóstomo e Silva (2020); Fuzaro e Carniello (2020); Silva et al. (2020); Crisóstomo, Martins e Silva (2019); Silva e Crisóstomo (2019); Louzano et al. (2019); Mendes et al. (2018); Santos et al. (2018); Silva et al. (2015); Leite Filho e Fialho (2015); Sousa et al. (2013); Silva et al. (2013); Avelino, Bressan e Cunha (2013).
	Índice de Desenvolvimento Municipal – Geral.	IDM_GERAL	IPECE	Lima et al. (2021); Sousa, Sousa e Silva (2021); Reis e Djau (2014); Fontenele, Moura e Leocádio (2011).
	Índice de Desenvolvimento Municipal – Social.	IDM_SOCIAL		

Fonte: Elaboração própria.

Com base no Quadro 10, observa-se que foram utilizados três indicadores para avaliar a dimensão social: o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM); o Índice de Desenvolvimento Municipal de forma geral (IDM_GERAL) e apenas na dimensão social (IDM_SOCIAL). O IFDM é um indicador multidimensional que contempla três áreas consagradas do desenvolvimento humano: educação; saúde; e emprego e renda (FIRJAN, 2018). De forma semelhante, o IDM avalia o desenvolvimento numa perspectiva multidimensional, considerando os seguintes aspectos: fisiográficos, fundiários e agrícolas; demográficos e econômicos; de infraestrutura de apoio; e sociais (IPECE, 2018). Todos os indicadores variam entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior é o desempenho do município.

Em relação à disponibilidade dos dados, destaca-se que o IFDM conta com dados para todo o período de análise. Por outro lado, o IDM tem uma limitação, uma vez que, até 2016, a divulgação do indicador era bianual, isto é, há disponibilidade dos dados apenas para quatro anos da análise (2010, 2012, 2014 e 2016). Este é um fator limitante, mas que não inviabiliza as análises que se pretende realizar. No Quadro 11, são apresentados os indicadores referentes à dimensão ambiental do desenvolvimento.

Quadro 11 - Medidas de Desenvolvimento: Dimensão Ambiental.

Dimensão	Variável	Código	Fonte de Coleta	Base Teórica
Ambiental	Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente.	IQM	SEMA-CE	Maia et al. (2020); Lima e Macêdo (2019); Nogueira, Monteiro e Mazza (2013); Holanda (2011).
	Índice Municipal de Alerta.	IMA	IPECE	Medeiros, Gomes e Albuquerque (2014).

Fonte: Elaboração própria.

Com base no Quadro 11, observa-se que a dimensão ambiental foi mensurada a partir de dois indicadores: Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente (IQM); e Índice Municipal de Alerta (IMA). O IQM é calculado com base no gerenciamento de resíduos sólidos dos municípios (CEARÁ, 2021). O IMA tem a finalidade de identificar a vulnerabilidade dos municípios em relação às adversidades climáticas (IPECE, 2020). Destaca-se que o IQM varia entre 0 a 1, sendo que quanto mais próximo a 1, melhor o desempenho do município. O IMA também varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior a vulnerabilidade do município, portanto, pior é o desempenho do município. Assim, entende-se que ambos os indicadores constituem medidas que estão alinhadas ao desenvolvimento sob uma perspectiva ambiental.

3.4.3 Variáveis de Perfil do Gestor

Em relação às variáveis relacionadas ao perfil do gestor, foram considerados aspectos apresentados pela TAE no que se refere às características observáveis do gestor (HAMBRICK; MASON, 1984). Além disso, as variáveis foram escolhidas à luz de outros estudos desenvolvidos no setor público (ANESSI-PESSINA; SICILIA, 2020; ESTEVE ET AL., 2012; FERREIRA; CARVALHO, 2019). No Quadro 12, são apresentadas as variáveis relacionadas ao perfil do gestor.

Quadro 12 - Variáveis relacionadas ao perfil do gestor público.

Característica	Variável	Código	Fonte de Coleta	Base Teórica
Gênero	Variável do tipo <i>dummy</i> , em que assume valor de 1 para gênero feminino e 0 para gênero masculino.	GEN	TSE	Anessi-Pessina e Sicilia (2020); Esteve et al. (2012)
Idade	Idade do gestor no ano observado.	IDADE	TSE	Anessi-Pessina e Sicilia (2020); Ferreira e Carvalho (2019); Esteve et al. (2012)
Status Socioeconômico	Logaritmo natural do patrimônio declarado pelo gestor público.	SSE	TSE	Ferreira e Carvalho (2019)
Experiência (Reeleição)	Variável do tipo <i>dummy</i> , em que assume valor de 1 para gestores reeleitos e 0 para gestores não reeleitos. Para tanto, foi consultada a aba “eleições anteriores” e foi atribuído o valor 1 para aqueles gestores que haviam sido eleitos também na eleição municipal anterior ao período consultado.	EXP_RE	TSE	Anessi-Pessina e Sicilia (2020); Ferreira e Carvalho (2019); Esteve et al. (2012)
Experiência (Legislativo)	Variável do tipo <i>dummy</i> , em que assume valor de 1 para gestores com experiência algum mandato no legislativo e 0 caso contrário. Para tanto, foi consultada a aba “eleições anteriores” e foi atribuído o valor 1 para aqueles gestores que haviam sido eleitos para algum cargo do legislativo municipal, estadual ou federal.	EXP_LEG	TSE	Anessi-Pessina e Sicilia (2020); Ferreira e Carvalho (2019); Esteve et al. (2012)
Escolaridade	Anos de estudo do gestor.	ESCOL	TSE	Anessi-Pessina e Sicilia (2020); Ferreira e Carvalho (2019); Esteve et al. (2012)
Orientação Política	Variável que vai de 0 a 10 e indica a orientação ideológica do partido do gestor, sendo que: quanto mais próximo de 10, mais orientado à direita; e quanto mais próximo de 0 mais orientado à esquerda.	O_POL	TSE	Tarouco e Madeira (2015); Bolognesi, Ribeiro e Codato (2021)

Fonte: Elaboração própria.

A primeira variável diz respeito ao gênero do gestor e se trata de uma variável binária (*dummy*), em que assume valor de 1 para o gênero feminino e 0 para o gênero masculino. A variável idade representa a idade do gestor no ano observado. O *status* socioeconômico é calculado com base no patrimônio declarado pelo gestor junto ao TSE, assim, será utilizado o logaritmo natural do valor do patrimônio do gestor.

A experiência do gestor foi representada por duas variáveis: reeleição e experiência no legislativo. No caso da reeleição, foi consultada a aba “eleições anteriores” e foi atribuído o

valor de 1 para os gestores que haviam sido eleitos também na eleição municipal anterior ao período consultado e 0 caso contrário. No caso da experiência no legislativo, foi consultada a aba “eleições anteriores” e foi atribuído o valor 1 para os gestores que haviam sido eleitos anteriormente para algum cargo do legislativo municipal, estadual ou federal e 0 caso contrário.

A escolaridade foi medida pelos anos de estudo do gestor. Para tanto, elaborou-se uma variável categórica em que foi atribuído um quantitativo que representa os anos de estudo em cada categoria, da seguinte forma: lê e escreve (1 ano de estudo); ensino fundamental incompleto (5 anos de estudo); ensino fundamental completo (9 anos de estudo); ensino médio incompleto (10 anos de estudo); ensino médio completo (12 anos de estudo); ensino superior incompleto (14 anos de estudo); ensino superior completo (16 anos de estudo). A orientação política é uma variável que vai de 0 a 10 e indica a orientação ideológica do partido do gestor, sendo que: quanto mais próximo de 10, mais orientado à direita; e quanto mais próximo de 0 mais orientado à esquerda.

3.5 Procedimentos da Análise

Os procedimentos de análise empregados neste estudo compreendem análise descritiva e regressão linear múltipla. Os modelos de regressão foram estimados pelos métodos de Mínimos Quadrados Ordinário (*Ordinary Least Squares* – OLS) e Mínimos Quadrados Generalizados Viáveis (*Feasible Generalized Least Squares* – FGLS) com dados em painel. A análise descritiva foi conduzida a fim de explorar os dados, proporcionando uma visão geral sobre as variáveis estudadas, tais como média, valores mínimos, valores máximos e medidas de dispersão.

Para testar as hipóteses da pesquisa, foram estimados modelos econométricos. Primeiramente, foram estimados modelos em que o desenvolvimento, nas dimensões econômica (PIB e PIB_PC), social (IFDM, IDM_GERAL e IDM_SOCIAL) e ambiental (IQM e IMA), era a variável dependente, enquanto as variáveis independentes eram: governança pública (GOV_P), gênero (GEN), idade (IDADE), *status* socioeconômico (SSE), reeleição (EXP_RE) experiência no legislativo (EXP_LEG), escolaridade (ESCOL) e orientação política (O_POL). Os modelos são apresentados a seguir:

Dimensão Econômica:

$$PIB = \beta_0 + \beta_1 GOV_P + \beta_2 GEN + \beta_3 IDADE + \beta_4 SSE + \beta_5 EXP_RE + \beta_6 EXP_LEG + \beta_7 ESCOL + \beta_8 POL + \varepsilon \quad [2]$$

$$PIB_PC = \beta_0 + \beta_1 GOV_P + \beta_2 GEN + \beta_3 IDADE + \beta_4 SSE + \beta_5 EXP_RE + \beta_6 EXP_LEG + \beta_7 ESCOL + \beta_8 POL + \varepsilon \quad [3]$$

Dimensão Social:

$$IFDM = \beta_0 + \beta_1 GOV_P + \beta_2 GEN + \beta_3 IDADE + \beta_4 SSE + \beta_5 EXP_RE + \beta_6 EXP_LEG + \beta_7 ESCOL + \beta_8 POL + \varepsilon \quad [4]$$

$$IDM_GERAL = \beta_0 + \beta_1 GOV_P + \beta_2 GEN + \beta_3 IDADE + \beta_4 SSE + \beta_5 EXP_RE + \beta_6 EXP_LEG + \beta_7 ESCOL + \beta_8 POL + \varepsilon \quad [5]$$

$$IDM_SOCIAL = \beta_0 + \beta_1 GOV_P + \beta_2 GEN + \beta_3 IDADE + \beta_4 SSE + \beta_5 EXP_RE + \beta_6 EXP_LEG + \beta_7 ESCOL + \beta_8 POL + \varepsilon \quad [6]$$

Dimensão Ambiental:

$$IQM = \beta_0 + \beta_1 GOV_P + \beta_2 GEN + \beta_3 IDADE + \beta_4 SSE + \beta_5 EXP_RE + \beta_6 EXP_LEG + \beta_7 ESCOL + \beta_8 POL + \varepsilon \quad [7]$$

$$IMA = \beta_0 + \beta_1 GOV_P + \beta_2 GEN + \beta_3 IDADE + \beta_4 SSE + \beta_5 EXP_RE + \beta_6 EXP_LEG + \beta_7 ESCOL + \beta_8 POL + \varepsilon \quad [8]$$

Por meio dos modelos acima, foi possível verificar a influência da governança pública sobre o desenvolvimento (H1) e a influência do perfil do gestor sobre o desenvolvimento (H2b, H3b, H4b, H5b, H6b e H7b). A fim de verificar a influência do perfil do gestor sobre a governança pública (H2a, H3a, H4a, H5a, H6a e H7a), foram estimados modelos em que a variável dependente corresponde à governança pública (GOV_P), enquanto as variáveis

independentes eram: gênero (GEN), idade (IDADE), *status* socioeconômico (SSE), reeleição (EXP_RE) experiência no legislativo (EXP_LEG), escolaridade (ESCOL) e orientação política (O_POL). Os modelos são apresentados a seguir:

Governança Pública:

$$GOV_P = \beta_0 + \beta_1 GEN + \beta_2 IDADE + \beta_3 SSE + \beta_4 EXP_RE + \beta_5 EXP_LEG + \beta_6 ESCOL + \beta_7 O_POL + \varepsilon \quad [9]$$

4 RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados os resultados preliminares da pesquisa. A princípio, apresenta-se uma análise descritiva das variáveis de governança pública, desenvolvimento e perfil do gestor.

4.1 Análise Descritiva da Governança Pública

A fim de mensurar a governança pública, foram considerados os elementos estratégicos e de gestão no campo da governança pública. Desse modo, foram analisados aspectos relacionados à *accountability*, eficiência e legalidade. Foram analisados os 184 municípios cearenses, no período compreende os anos de 2009 a 2016, resultando em aproximadamente 1.472 observações.

A *accountability* foi mensurada por meio do nível de prestação de contas do gestor junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE). Desse modo, trata-se de uma variável que vai de 0 a 1, em que 1 indica que o gestor cumpriu 100% da prestação de contas dentro do prazo estabelecido pelo TCE naquele ano.

A eficiência foi calculada pela média ponderada da eficiência da aplicação dos recursos públicos em três dimensões: educação, saúde, e emprego e renda. O indicador de eficiência de cada dimensão foi calculado por meio do método de Análise Envoltória de Dados (*Data Envelopment Analysis – DEA*). Desse modo, a variável eficiência também se trata de um indicador que vai de 0 a 1, em que quanto mais próximo de 1, mais eficiente é o município no que se refere à aplicação dos recursos públicos.

A legalidade foi aproximada pelo Índice FIRJAN de Gestão Fiscal, que é composto pela agregação de cinco dimensões: receita própria; gasto com pessoal; investimentos; liquidez; e custo da dívida. Este indicador foi desenvolvido à luz de mecanismos legais do a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), portanto, reflete aspectos relacionados à legalidade dos atos gerenciais no setor público. Trata-se de uma variável que vai de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, melhor é a gestão municipal nesse quesito. A Tabela 1 apresenta a estatística descritiva das variáveis e os valores de média, mínimo, máximo e desvio padrão.

Tabela 1 - Análise descritiva da governança pública e suas dimensões.

Variável	N	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão	Coef. Variação
<i>Accountability</i>	1.472	0,844	0,000	1,000	0,188	0,213
Eficiência	1.373	0,930	0,653	1,000	0,039	0,042
Legalidade	1.439	0,426	0,063	0,912	0,134	0,315
Governança Pública	1.351	0,734	0,336	0,966	0,080	0,109

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se, com base na Tabela 1, que, em média, os municípios apresentam alto nível de *accountability*. Os resultados sugerem que há uma alta aderência dos municípios no que se refere à prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Por outro lado, o valor mínimo revela que em algum exercício um ou mais municípios deixaram de prestar contas junto ao tribunal de contas. Destaca-se que, no Brasil, os tribunais de contas cumprem um papel importante no controle e fiscalização das ações governamentais (FERNANDES; TEIXEIRA, 2020; NÓBREGA; ARAÚJO, 2019). Os mecanismos de controle, por sua vez, contribuem para o avanço da *accountability* na gestão pública (NÓBREGA; ARAÚJO, 2019).

No que se refere à eficiência, em média, os municípios apresentaram índices elevados de eficiência na aplicação dos recursos públicos. Discute-se que a alta eficiência dos municípios cearenses pode estar associada ao grau de dependência dos municípios em relação aos repasses governamentais, o que pode gerar maior *enforcement* no que se refere à adequada aplicação dos recursos em áreas como a saúde e a educação (CRISÓSTOMO; SILVA, 2020; SILVA; CRISÓSTOMO, 2019). O baixo desvio padrão indica homogeneidade dessa variável, o que reforça a ideia de que, de forma geral, os municípios parecem operar em um grau de eficiência semelhante.

No que tange à legalidade, a média revela que, em linhas gerais, os municípios enfrentam dificuldade no que se refere ao cumprimento das normas fiscais. Outros estudos (BERNARDO; LIMA; FARINHA, 2019; MEDEIROS; OLIVEIRA; CAMINHA, 2019) revelam que os municípios de outros estados brasileiros também enfrentam dificuldades no que se refere a este quesito. Além disso, os valores mínimos e máximos apresentam um *gap* elevado, indicando que, enquanto alguns municípios parecem estar uma situação crítica, outros chegam a cumprir quase que integralmente a legislação fiscal. Essas diferenças podem estar associadas a aspectos como o porte e a localização do município (LEITE FILHO; COLARES; ANDRADE, 2015).

Em relação ao indicador de governança pública, formado pelas dimensões *accountability*, eficiência e legalidade, observou-se uma média de 0,734, sugerindo que, de modo geral, os municípios cearenses apresentam um nível de governança pública elevado. Em estudo recente, Aquino et al. (2021), ao analisar a governança pública dos municípios brasileiros, identificaram uma média geral de 0,708, portanto, semelhante ao valor aqui observado. Ainda, os autores observaram que a média de governança pública dos municípios da Região Nordeste (0,671) é inferior à média geral (0,708). No entanto, nesta pesquisa, observa-se que a média dos municípios cearenses é superior aos valores observados no estudo de Aquino et al (2021).

4.2 Análise Descritiva do Desenvolvimento

A fim de analisar o desenvolvimento, foram consideradas três dimensões: econômica, social e ambiental. Em relação à dimensão econômica, utilizou-se o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Interno Bruto *per capita* (PIB_PC) como medidas de desenvolvimento, uma vez que refletem a capacidade econômica do município. O PIB é o resultado da soma de todos os bens e serviços finais produzidos pelo município (IBGE, 2021).

No que se refere à dimensão social, foram considerados três indicadores: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice de Desenvolvimento Municipal de forma geral (IDM_GERAL) e na dimensão social (IDM_SOCIAL). O primeiro avalia o desenvolvimento com base em três áreas: educação; saúde; e emprego e renda. O segundo considera os seguintes aspectos: fisiográficos, fundiários e agrícolas; demográficos e econômicos; de infraestrutura de apoio; e sociais. E o terceiro considera apenas os aspectos sociais do IDM.

No que se refere à dimensão ambiental, utilizou-se o Índice de Qualidade do Meio Ambiente (IQM), que é elaborado com base no gerenciamento de resíduos sólidos dos municípios, e o Índice Municipal de Alerta (IMA), que busca identificar a vulnerabilidade dos municípios em relação às adversidades climáticas. A Tabela 1 apresenta a estatística descritiva das variáveis e os valores de média, mínimo, máximo e desvio padrão.

Tabela 2 - Análise descritiva das variáveis de desenvolvimento.

Variável	N	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão	Coef. Variação
D. Eco. – PIB*	1.472	568.849,41	18.992,70	60.141.145,20	3.601.153,96	6,331
D. Eco. – PIB_PC	1.472	7.064,86	1.671,86	59.097,86	4.736,07	0,670
D. Soc. – IFDM	1.471	0,630	0,420	0,886	0,065	0,103
D. Soc. – IDM_GERAL	736	0,253	0,064	0,767	0,106	0,419
D. Soc. – IDM_SOCIAL	736	0,352	0,000	1,000	0,160	0,329
D. Amb. – IQM	1.472	0,275	0,000	1,000	0,187	0,680
D. Amb. – IMA	1.472	0,649	0,210	0,860	0,097	0,149

Nota: *Os valores do PIB são apresentados em uma escala de R\$/1.000

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à dimensão econômica, os dados evidenciados na Tabela 2 sugerem alta heterogeneidade no que se refere ao PIB e PIB_PC dos municípios. Este aspecto pode estar relacionado às diferenças em relação ao porte dos municípios, que impacta diretamente na sua capacidade de geração de riqueza. Destaca-se que, embora PIB e PIB_PC representem o desempenho econômico de determinado local, este é um elemento ainda limitado no que se refere à avaliação do desenvolvimento sob a perspectiva do bem-estar social (MASSARDI; ABRANTES, 2015).

No que se refere à dimensão social, os indicadores IFDM, IDM_GERAL e IDM_SOCIAL apresentaram menor dispersão em relação à média, evidenciando homogeneidade dos dados, estando em consonância com estudos anteriores (CRISÓSTOMO; SILVA, 2020; LEITE FILHO; FIALHO, 2015). Desse modo, os municípios analisados parecem ter níveis de desenvolvimento semelhantes. Ao comparar os indicadores, observa-se que os indicadores IDM_GERAL e IDM_SOCIAL apresentaram médias inferiores ao IFDM. Embora ambos os indicadores avaliem aspectos sociais, os elementos contemplados no IFDM parecem estar em um nível mais elevado do que os elementos presentes no IDM_GERAL e IDM_SOCIAL.

No que tange à dimensão ambiental, observa-se que o IQM apresenta média baixa (0,275), sugerindo que, de forma geral, os municípios passam por dificuldades no que se refere ao gerenciamento de resíduos sólidos. O IMA, por sua vez, apresentou média elevada (0,649), evidenciando alto nível de vulnerabilidade em relação às questões climáticas e reforçando as dificuldades enfrentadas pelos municípios no que se refere aos problemas ambientais. Argumenta-se que a análise de indicadores dessa natureza ajuda a prever situações futuras e pode contribuir para o planejamento de estratégias com foco na sustentabilidade (FRAINER et al., 2017).

4.3 Análise Descritiva do Perfil do Gestor

A fim de analisar o perfil do gestor, foram coletados dados referentes ao gênero, idade, *status* socioeconômico (patrimônio), experiência (reeleição e mandato no legislativo), escolaridade e orientação política. O gênero consiste em uma variável binária, em que 1 corresponde ao gênero feminino e 0 ao gênero masculino. A idade é uma variável contínua. O patrimônio é o valor em reais dos bens declarados pelo gestor junto ao TSE. A experiência foi medida de duas formas: (i) por meio de uma variável binária, em que 1 representa que o gestor foi reeleito, portanto, já havia cumprido outro mandato como prefeito e 0 caso contrário; (ii) por meio de uma variável binária, em que 1 indica que o gestor já havia cumprido mandato no legislativo e 0 caso contrário.

A escolaridade consiste em uma variável categórica em que foi atribuído um quantitativo que representa os anos de estudo em cada categoria, da seguinte forma: lê e escreve (1 ano de estudo); ensino fundamental incompleto (5 anos de estudo); ensino fundamental completo (9 anos de estudo); ensino médio incompleto (10 anos de estudo); ensino médio completo (12 anos de estudo); ensino superior incompleto (14 anos de estudo); ensino superior completo (16 anos de estudo). Por fim, a orientação política foi medida a partir do partido político do gestor, com base no estudo de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2021), em que é atribuído um escore de 0 a 10 para cada partido, de modo que: quanto mais próximo de 10, mais orientado a direita o gestor é; e quanto mais próximo de 0, mais orientado à esquerda. Na Tabela 3, apresenta-se a análise descritiva das variáveis idade, *status* socioeconômico (patrimônio) e orientação política.

Tabela 3 - Análise descritiva das variáveis idade, *status* socioeconômico (patrimônio) e orientação política.

Variável	N	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão	Coef. Variação
Idade	1.472	49,5	22	90	10,5	0,212
Status Socioeconômico	1.472	546.292,35	0	17.495.823,99	1.401.866,61	2,566
Orientação Política	1.472	5,97	1,92	8,57	1,88	0,315

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base na Tabela 3, verifica-se que a idade média dos gestores é de 49,5 anos e o *status* socioeconômico (patrimônio) médio ultrapassa o valor de meio milhão de reais

(R\$546.292,35). Em relação à orientação política, a média é de 5,97, indicando uma inclinação à direita. A descrição das demais características dos gestores (i.e., gênero, reeleição, exp. no legislativo e escolaridade) são apresentadas na Tabela 4 por meio de frequências.

Tabela 4 - Frequências das variáveis gênero, reeleição, exp. no legislativo e escolaridade.

Variável	Classificação	N	Frequência
Gênero	Masculino	1.260	85,6%
	Feminino	212	14,4%
	Total	1.472	100,0%
Reeleição	Sim	496	33,7%
	Não	976	66,3%
	Total	1.472	100,0%
Experiência no Legislativo	Sim	228	15,5%
	Não	1244	84,5%
	Total	1.472	100,0%
Escolaridade	Lê e escreve	20	1,4%
	Ensino Fundamental Incompleto	72	4,9%
	Ensino Fundamental Completo	88	6,0%
	Ensino Médio Incompleto	60	4,1%
	Ensino Médio Completo	384	26,1%
	Ensino Superior Incompleto	100	6,8%
	Ensino Superior Completo	748	50,8%
	Total	1472	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base na Tabela 4, verifica-se que apenas 14,4% dos gestores são do gênero feminino, 33,7% foram reeleitos, 15,5% já ocuparam cargo no legislativo e 50,8% possuem escolaridade de nível superior. O perfil identificado neste estudo está alinhado com o encontrado por Dufloth et al. (2019). Ao analisar o perfil dos prefeitos eleitos no Brasil entre os anos de 2000 e 2016, os autores identificaram um avanço no que diz respeito à inclusão feminina do campo político, mas, entre 2012 e 2016, a representação feminina ainda era de aproximadamente 11%. Quanto à escolaridade, os autores verificaram que, entre 2012 e 2016, aproximadamente 50% dos prefeitos eleitos possuíam ensino superior.

4.4 Influência da Governança Pública e do Perfil do Gestor no Desenvolvimento

A fim de verificar a influência da governança pública e do perfil do gestor no desenvolvimento em governos locais, foram estimados modelos de regressão pelos métodos de mínimos quadrados generalizados viáveis (*Feasible Generalized Least Squares – FGLS*) e mínimos quadrados ordinários (*Ordinary Least Squares – OLS*). Nos modelos, a variável

dependente foi o desenvolvimento em suas diferentes dimensões: econômica, social e ambiental. A seguir, os resultados são apresentados de acordo com a dimensão avaliada.

4.4.1 Modelos: Dimensão Econômica

Inicialmente, verificou-se a influência da governança pública e do perfil do gestor sobre o desenvolvimento econômico. Na Tabela 5, os modelos 1, 2 e 3 contam com o PIB como variável dependente. Já nos modelos 4, 5 e 6, a variável dependente foi o PIB *per capita* (PIB_PC). Os resultados dos modelos são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 - Modelos governança pública, perfil do gestor e desenvolvimento (econômico).

Painel A: Estimado por <i>Feasible Generalized Least Squares</i> (FGLS)						
Variáveis Independentes	Variável Dependente = PIB			Variável Dependente = PIB_PC		
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
GOV_P	1,192*** (0,171)		1,078*** (0,164)	0,596*** (0,067)		0,579*** (0,065)
GEN		-0,023 (0,036)	-0,025 (0,037)		0,011 (0,014)	0,012 (0,015)
IDADE		0,579*** (0,143)	0,567*** (0,147)		0,246*** (0,057)	0,241*** (0,058)
SSE		0,021** (0,009)	0,023** (0,009)		0,002 (0,003)	0,004 (0,004)
EXP_RE		-0,065** (0,027)	-0,076*** (0,028)		-0,047*** (0,011)	-0,056*** (0,011)
EXP_LEG		0,301*** (0,035)	0,315*** (0,037)		0,097*** (0,014)	0,086*** (0,015)
ESCOL		0,405*** (0,071)	0,334*** (0,074)		0,131*** (0,028)	0,107*** (0,029)
O_POL		-0,024*** (0,007)	-0,029*** (0,007)		-0,011*** (0,003)	-0,011*** (0,003)
CONS	7,319*** (0,126)	6,772*** (0,253)	6,120*** (0,292)	3,358*** (0,049)	3,288*** (0,101)	2,900*** (0,116)
X ²	48,56***	152,26***	203,62***	79,30***	127,60***	200,46***
Observações	1345	1472	1345	1345	1472	1345
Municípios	181	184	181	181	184	181
Mínimo de Períodos	4	8	4	4	8	4
Máximo de Períodos	8	8	8	8	8	8
Painel B: Estimado por <i>Ordinary Least Squares</i> (OLS)						
Variáveis Independentes	Variável Dependente = PIB			Variável Dependente = PIB_PC		
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
GOV_P	1,192*** (0,207)		1,078*** (0,194)	0,596*** (0,079)		0,579*** (0,077)
GEN		-0,023 (0,040)	-0,025 (0,042)		0,011 (0,013)	0,012 (0,013)
IDADE		0,579*** (0,134)	0,567*** (0,134)		0,246*** (0,058)	0,241*** (0,060)
SSE		0,021*** (0,007)	0,023*** (0,007)		0,002 (0,003)	0,004 (0,003)
EXP_RE		-0,065** (0,028)	-0,076** (0,030)		-0,047*** (0,011)	-0,056*** (0,011)
EXP_LEG		0,301*** (0,045)	0,315*** (0,049)		0,097*** (0,015)	0,086*** (0,016)
ESCOL		0,405*** (0,076)	0,334*** (0,074)		0,131*** (0,027)	0,107*** (0,027)
O_POL		-0,024*** (0,007)	-0,029*** (0,008)		-0,011*** (0,003)	-0,011*** (0,003)
CONS	7,319*** (0,151)	6,772*** (0,249)	6,120*** (0,281)	3,358*** (0,057)	3,288*** (0,106)	2,900*** (0,120)
F	33,04***	15,40***	18,32***	56,89***	18,41***	22,71***
R ²	0,0348	0,0937	0,1315	0,0557	0,0798	0,1297
Observações	1345	1472	1345	1345	1472	1345

Nota: PIB = Produto Interno Bruto; PIB_PC = PIB *per capita*; GOV_P = Governança Pública; GEN = Gênero (Feminino); IDADE = Idade; SSE = *Status* Socioeconômico; EXP_RE = Reeleição; EXP_LEG = Experiência no Legislativo; ESCOL = Escolaridade; O_POL = Orientação Política.

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos resultados exibidos na Tabela 5, verificou-se que a governança pública influencia positivamente o desenvolvimento econômico, sugerindo que maiores níveis de governança pública impactam positivamente nos valores de PIB e PIB *per capita*. Além disso, as variáveis idade, *status* socioeconômico (patrimônio), experiência no legislativo e escolaridade influenciaram positivamente o desenvolvimento econômico medido pelo PIB. Por outro lado, quando mensurado pela variável PIB *per capita*, o desenvolvimento econômico é influenciado positivamente apenas pela idade, experiência no legislativo e escolaridade.

Assim, de forma geral, compreende-se que municípios com gestores mais velhos, com maior *status* socioeconômico (patrimônio), com experiência no legislativo e com maior escolaridade tendem a potencializar o desenvolvimento econômico. Ainda, verificou-se que a reeleição e a orientação política influenciam negativamente o desenvolvimento econômico, levando à compreensão de a presença de gestores reeleitos e com orientação política mais à direita impacta negativamente nos valores de PIB e PIB *per capita*.

4.4.2 Modelos: Dimensão Social

Posteriormente, verificou-se a influência da governança pública e do perfil do gestor sobre o desenvolvimento social. Na Tabela 6, os modelos 1, 2 e 3 têm o IFDM como variável dependente. Nos modelos 4, 5 e 6, a variável dependente foi o IDM geral (IDM_GERAL). Já nos modelos 7, 8 e 9, a variável dependente foi o IDM social (IDM_SOCIAL). Os resultados dos modelos são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 - Modelos governança pública, perfil do gestor e desenvolvimento (social).

Variáveis Independentes	Painel A: Estimado por <i>Feasible Generalized Least Squares</i> (FGLS)											
	Variável Dependente = IFDM			Variável Dependente = IDM_GERAL			Variável Dependente = IDM_SOCIAL			Variável Dependente = IDM_SOCIAL		
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6	Modelo 7	Modelo 8	Modelo 9	Modelo 7	Modelo 8	Modelo 9
GOV_P	0,207*** (0,022)		0,195*** (0,022)	0,276*** (0,059)		0,254*** (0,059)	0,165** (0,084)		0,132 (0,082)			0,132 (0,082)
GEN		0,008 (0,005)	0,008* (0,005)		0,012 (0,011)	0,006 (0,013)		0,038** (0,017)		0,035* (0,018)		0,035* (0,018)
IDADE		0,035* (0,019)	0,032* (0,020)		0,139*** (0,044)	0,098* (0,054)		0,283*** (0,066)		0,245*** (0,075)		0,245*** (0,075)
SSE		0,002** (0,001)	0,003** (0,001)		0,003 (0,003)	0,002 (0,004)		0,005 (0,004)		0,006 (0,005)		0,006 (0,005)
EXP_RE		0,000 (0,004)	-0,003 (0,004)		-0,003 (0,008)	0,000 (0,010)		-0,009 (0,012)		-0,013 (0,014)		-0,013 (0,014)
EXP_LEG		0,028*** (0,005)	0,026*** (0,005)		0,044*** (0,011)	0,040*** (0,013)		0,072*** (0,016)		0,072*** (0,018)		0,072*** (0,018)
ESCOL		0,021** (0,010)	0,012 (0,010)		0,058*** (0,022)	0,072*** (0,028)		0,120*** (0,032)		0,127*** (0,038)		0,127*** (0,038)
O_POL		-0,001 (0,001)	-0,002** (0,001)		-0,007*** (0,002)	-0,007*** (0,003)		-0,012*** (0,003)		-0,009** (0,004)		-0,009** (0,004)
CONS	0,479*** (0,016)	0,537*** (0,034)	0,413*** (0,039)	0,061 (0,044)	-0,025 (0,079)	-0,147 (0,106)	0,241*** (0,063)	-0,225* (0,118)	0,280* (0,148)			0,280* (0,148)
X ²	89,26***	50,47***	138,36***	21,63***	47,99***	50,54***	3,87**	69,39***	49,46***			49,46***
Observações	1344	1471	1344	524	736	524	524	736	524			524
Municípios	181	184	181	131	184	131	131	184	131			131
Mínimo de Períodos	4	7	4	4	4	4	4	4	4			4
Máximo de Períodos	8	8	8	4	4	4	4	4	4			4
Variáveis Independentes	Painel B: Estimado por <i>Ordinary Least Squares</i> (OLS)											
	Variável Dependente = IFDM			Variável Dependente = IDM_GERAL			Variável Dependente = IDM_SOCIAL			Variável Dependente = IDM_SOCIAL		
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6	Modelo 7	Modelo 8	Modelo 9	Modelo 7	Modelo 8	Modelo 9
GOV_P	0,207*** (0,026)		0,195*** (0,025)	0,276*** (0,081)		0,254*** (0,080)	0,165* (0,091)		0,132 (0,085)			0,132 (0,085)
GEN		0,008* (0,004)	0,008* (0,004)		0,012 (0,012)	0,006 (0,014)		0,038** (0,015)		0,035** (0,018)		0,035** (0,018)
IDADE		0,035* (0,020)	0,032* (0,020)		0,139*** (0,045)	0,098* (0,056)		0,283*** (0,067)		0,245*** (0,077)		0,245*** (0,077)
SSE		0,002*** (0,001)	0,003*** (0,001)		0,003 (0,002)	0,002 (0,003)		0,005 (0,003)		0,006 (0,004)		0,006 (0,004)

Com base nos dados apresentados na Tabela 6, verificou-se que, assim como no desenvolvimento econômico, a governança pública demonstrou um efeito positivo sobre o desenvolvimento social na maioria dos modelos. Este resultado indica que um maior nível de governança é capaz de gerar mais desenvolvimento social nos governos locais.

De forma específica, ao analisar o desenvolvimento social por meio da variável IFDM, verificou-se que as variáveis gênero, idade, *status* socioeconômico (patrimônio), experiência no legislativo e escolaridade influenciam positivamente o desenvolvimento. Por outro lado, a orientação política apresentou efeito negativo. Ao analisar o desenvolvimento social por meio da variável IDM geral, apenas as variáveis idade, experiência no legislativo e escolaridade apresentaram efeito positivo sobre o desenvolvimento, enquanto a orientação política apresentou efeito negativo. Por fim, ao analisar o desenvolvimento social por meio da variável IDM social, observou-se que as variáveis gênero, idade, experiência no legislativo e escolaridade influenciam positivamente o desenvolvimento. Ainda, a orientação política (à direta) apresentou efeito negativo sobre o desenvolvimento social.

De forma geral, os resultados sugerem que características como gênero, idade, *status* socioeconômico (patrimônio), experiência no legislativo, escolaridade e orientação política são elementos relevantes para explicar o desenvolvimento social. Desse modo, constata-se que gestores do gênero feminino, mais velhos, com maior patrimônio, com experiência no legislativo, com maior escolaridade e com orientação política mais à esquerda tendem a alcançar resultados superiores de desenvolvimento no que se refere à dimensão social.

4.4.3 Modelos: Dimensão Ambiental

Posteriormente, verificou-se a influência da governança pública e do perfil do gestor sobre o desenvolvimento ambiental. Na Tabela 7, os modelos 1, 2 e 3 contam com o IQM como variável dependente. Já nos modelos 4, 5 e 6, a variável dependente foi o IMA. Os resultados dos modelos são apresentados na Tabela 7.

Tabela 7 - Modelos governança pública, perfil do gestor e desenvolvimento (ambiental).

Painel A: Estimado por Feasible Generalized Least Squares (FGLS)						
Variáveis Independentes	Variável Dependente = IQM			Variável Dependente = IMA		
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
GOV_P	0,326*** 0,064		0,281*** 0,063	-0,187*** 0,033		-0,203*** 0,033
GEN		0,012 0,014	0,009 0,015		-0,009 0,007	-0,012 0,008
IDADE		0,153*** 0,055	0,154*** 0,057		-0,006 0,029	0,002 0,030
SSE		0,003 0,003	0,003 0,004		0,001 0,002	0,000 0,002
EXP_RE		0,013 0,010	0,013 0,011		0,010* 0,005	0,012** 0,006
EXP_LEG		0,097*** 0,013	0,095*** 0,014		0,015** 0,007	0,015** 0,007
ESCOL		0,089*** 0,027	0,083*** 0,029		0,047*** 0,015	0,066*** 0,015
O_POL		-0,008*** 0,003	-0,010*** 0,003		0,005*** 0,001	0,006*** 0,001
CONS	0,040 0,048	-0,066 0,098	-0,252** 0,113	0,785*** 0,025	0,569*** 0,052	0,680*** 0,059
X ²	25,52***	80,82***	101,77***	31,49***	27,18***	71,71***
Observações	1345	1472	1345	1345	1472	1345
Municípios	181	184	181	181	184	181
Mínimo de Períodos	4	8	4	4	8	4
Máximo de Períodos	8	8	8	8	8	8

Painel B: Estimado por Ordinary Least Squares (OLS)						
Variáveis Independentes	Variável Dependente = IQM			Variável Dependente = IMA		
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
GOV_P	0,326*** (0,066)		0,281*** (0,064)	-0,187*** (0,033)		-0,203*** (0,035)
GEN		0,012 (0,014)	0,009 (0,015)		-0,009 (0,008)	-0,012 (0,008)
IDADE		0,153*** (0,056)	0,154*** (0,057)		-0,006 (0,030)	0,002 (0,031)
SSE		0,003 (0,003)	0,003 (0,004)		0,001 (0,002)	0,000 (0,002)
EXP_RE		0,013 (0,011)	0,013 (0,011)		0,010* (0,005)	0,012** (0,006)
EXP_LEG		0,097*** (0,016)	0,095*** (0,018)		0,015** (0,007)	0,015** (0,008)
ESCOL		0,089*** (0,026)	0,083*** (0,026)		0,047*** (0,017)	0,066*** (0,016)
O_POL		-0,008*** (0,003)	-0,010*** (0,003)		0,005*** (0,001)	0,006*** (0,001)
CONS	0,040 (0,048)	-0,066 (0,097)	-0,252** (0,110)	0,785*** (0,024)	0,569*** (0,054)	0,680*** (0,063)
F	24,25***	9,46***	11,21***	31,76***	3,60***	8,60***
R ²	0,0186	0,0520	0,0703	0,0229	0,0181	0,0506
Observações	1345	1472	1345	1345	1472	1345

Nota: IQM = Índice de Qualidade do Meio Ambiente; IMA = Índice Municipal de Alerta; GOV_P = Governança Pública; GEN = Gênero (Feminino); IDADE = Idade; SSE = Status Socioeconômico; EXP_RE = Reeleição; EXP_LEG = Experiência no Legislativo; ESCOL = Escolaridade; O_POL = Orientação Política.

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme evidenciado na Tabela 7, a governança pública influencia positivamente o IQM e negativamente o IMA. Ressalta-se que o IQM é um indicador Ambiental referente à gestão de resíduos sólidos dos municípios, enquanto o IMA tem a finalidade de identificar a vulnerabilidade dos municípios em relação às adversidades climáticas. Desse modo, o IQM é um indicador que quanto maior, melhor o desenvolvimento ambiental; já o IMA é um indicador que quanto maior, pior o desenvolvimento ambiental. Portanto, é esperado que o segundo apresente resultados inversos em relação ao primeiro. Assim, com base nos resultados, constata-se que um maior o nível de governança potencializa o desenvolvimento na dimensão ambiental.

No que se refere ao perfil do gestor, verifica-se que idade, a experiência no legislativo e a escolaridade apresentaram efeito positivo sobre o IQM, enquanto a orientação política demonstrou ter um efeito negativo. Assim, sugere-se que a presença de gestores com maior idade, com experiência no legislativo, com maior escolaridade e com orientação política mais à esquerda é favorável ao desenvolvimento ambiental.

No que se refere ao IMA, observa-se que as variáveis reeleição, experiência no legislativo, escolaridade e orientação política apresentaram efeito positivo sobre o indicador, levando à compreensão de que esses fatores tendem a agravar a vulnerabilidade dos municípios em relação às adversidades climáticas. Assim, discute-se que a reeleição pode ser considerada um fator negativo para o desenvolvimento ambiental, assim como foi evidenciado para as demais dimensões (econômica e social). Contudo, a experiência no legislativo e a escolaridade também demonstraram ser fatores prejudiciais ao desenvolvimento ambiental, o que contradiz os resultados encontrados nos modelos 1, 2 e 3. Do ponto de vista da orientação política, o resultado está alinhado aos obtidos nos modelos 1, 2 e 3, uma vez que uma orientação mais à esquerda parece ser mais favorável ao desenvolvimento ambiental.

4.5 Influência do Perfil do Gestor na Governança Pública

A fim de verificar a influência do perfil do gestor na governança pública, foram estimados modelos de regressão pelos métodos de mínimos quadrados generalizados viáveis (*Feasible Generalized Least Squares – FGLS*) e mínimos quadrados ordinários (*Ordinary Least Squares – OLS*). Na Tabela 8, os resultados são apresentados.

Tabela 8 - Modelo perfil do gestor e governança pública.

Painel A: Estimado por <i>Feasible Generalized Least Squares</i> (FGLS)	
Variáveis Independentes	Variável Dependente = GOV_P
	Modelo 1
GEN	0,007 (0,006)
IDADE	-0,057** (0,024)
SSE	0,003* (0,002)
EXP_RE	0,012** (0,005)
EXP_LEG	0,021*** (0,006)
ESCOL	0,023* (0,012)
O_POL	0,001 (0,001)
CONS	0,777*** (0,044)
X ²	29,78***
Observações	1345
Municípios	181
Mínimo de Períodos	4
Máximo de Períodos	8
Painel B: Estimado por <i>Ordinary Least Squares</i> (OLS)	
Variáveis Independentes	Variável Dependente = GOV_P
	Modelo 1
GEN	0,007 (0,006)
IDADE	-0,057** (0,028)
SSE	0,003** (0,001)
EXP_RE	0,012** (0,005)
EXP_LEG	0,021*** (0,007)
ESCOL	0,023 (0,017)
O_POL	0,001 (0,001)
CONS	0,777*** (0,054)
F	3,60***
R ²	0,0217
Observações	1345

Nota: GOV_P = Governança Pública; GEN = Gênero (Feminino); IDADE = Idade; SSE = *Status* Socioeconômico; EXP_RE = Reeleição; EXP_LEG = Experiência no Legislativo; ESCOL = Escolaridade; O_POL = Orientação Política.

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos resultados apresentados na Tabela 8, verifica-se que a idade influencia negativamente a governança pública. Desse modo, sugere-se que gestores mais jovens tendem a melhorar os níveis de governança pública. Por outro lado, as variáveis *status* socioeconômico

(patrimônio), reeleição, experiência no legislativo e escolaridade demonstraram ter influência positiva sobre a governança pública, levando à compreensão de que a presença de gestores com *status* socioeconômico mais elevado, com mais experiência (reeleição e legislativo) e maior escolaridade potencializa o nível de governança pública.

4.6 Síntese e Discussão dos Resultados

Com base nos modelos estimados, elaborou-se um quadro síntese sobre os resultados da pesquisa. Nele, apresentam-se os constructos envolvidos nas relações, a hipótese testada, o resultado encontrado e a conclusão em relação à hipótese proposta. Posteriormente, os resultados são discutidos, considerando o que é proposto pela literatura.

Quadro 13 - Síntese dos resultados da pesquisa.

Construtos Envolvidos	Hipótese	Resultado Encontrado	Conclusão
Governança Pública e Desenvolvimento	Hipótese 1: a governança pública influencia positivamente o desenvolvimento em governos locais.	A governança pública influencia positivamente o desenvolvimento em governos locais.	Hipótese não rejeitada
Gênero, Desenvolvimento e Governança Pública	Hipótese 2a: o gênero do gestor influencia a governança pública, de modo que os municípios governados por mulheres tendem a apresentar melhor governança pública.	Não foi evidenciada influência do gênero sobre a governança pública.	Hipótese rejeitada
	Hipótese 2b: o gênero do gestor influencia o desenvolvimento, de modo que os municípios governados por mulheres tendem a apresentar maior desenvolvimento.	O gênero (feminino) do gestor influencia positivamente o desenvolvimento, mas apenas na dimensão social.	Hipótese não rejeitada
Idade, Desenvolvimento e Governança Pública	Hipótese 3a: a idade do gestor influencia a governança pública, de modo que os municípios governados por gestores mais jovens e mais velhos tendem a apresentar resultados de governança pública diferentes.	A idade do gestor influencia negativamente a governança pública.	Hipótese não rejeitada
	Hipótese 3b: a idade do gestor está associada ao desenvolvimento, de modo que os municípios governados por gestores mais jovens e mais velhos tendem a apresentar resultados de desenvolvimento diferentes.	A idade do gestor influencia positivamente o desenvolvimento em governos locais.	Hipótese não rejeitada
<i>Status</i> Socioeconômico, Desenvolvimento e Governança Pública	Hipótese 4a: o <i>status</i> socioeconômico do gestor influencia a governança pública, de modo que municípios governados por gestores com diferentes <i>status</i> socioeconômicos apresentam resultados de governança pública diferentes.	O <i>status</i> socioeconômico (patrimônio) do gestor influencia positivamente a governança pública.	Hipótese não rejeitada
	Hipótese 4b: o <i>status</i> socioeconômico do gestor influencia o desenvolvimento, de modo que municípios governados por gestores com diferentes <i>status</i> socioeconômicos apresentam resultados de desenvolvimento diferentes.	O <i>status</i> socioeconômico (patrimônio) do gestor influencia positivamente o desenvolvimento em governos locais.	Hipótese não rejeitada
Experiência, Desenvolvimento e Governança Pública	Hipótese 5a: a experiência do gestor público influencia a governança pública, de modo que os municípios governados por gestores que já exerceram outro cargo eletivo tendem a apresentar melhor governança pública.	A experiência do gestor (tanto a reeleição como experiência no legislativo) influencia positivamente a governança pública.	Hipótese não rejeitada

	Hipótese 5b: a experiência do gestor público influencia o desenvolvimento, de modo que os municípios governados por gestores que já exerceram outro cargo eletivo tendem a apresentar maior desenvolvimento.	(i) A reeleição influencia negativamente o desenvolvimento nas dimensões econômica e ambiental; (ii) a experiência no legislativo influencia positivamente o desenvolvimento nas dimensões econômica e social; e (iii) a experiência no legislativo apresentou-se inconsistente nos modelos de desenvolvimento ambiental.	Hipótese não rejeitada
Escolaridade, Desenvolvimento e Governança Pública	Hipótese 6a: o nível de escolaridade do gestor influencia a governança pública, de modo que os municípios governados por gestores com maior nível de escolaridade tendem a apresentar melhor governança pública.	O nível de escolaridade do gestor influencia positivamente a governança pública.	Hipótese não rejeitada
	Hipótese 6b: o nível de escolaridade do gestor influencia o desenvolvimento, de modo que os municípios governados por gestores com maior nível de escolaridade tendem a apresentar maior desenvolvimento.	O nível de escolaridade do gestor influencia positivamente o desenvolvimento (econômico e social)	Hipótese não rejeitada
Orientação Política, Desenvolvimento e Governança Pública	Hipótese 7a: a orientação política do gestor influencia a governança pública, de modo que os municípios governados por gestores de partidos de esquerda apresentam resultados diferentes dos municípios governados por gestores de direita.	Não foi evidenciada influência da orientação política sobre a governança pública.	Hipótese rejeitada
	Hipótese 7b: a orientação política do gestor influencia o desenvolvimento, de modo que os municípios governados por gestores de partidos de esquerda apresentam resultados diferentes dos municípios governados por gestores de direita.	A orientação política do gestor à direita influencia negativamente o desenvolvimento.	Hipótese não rejeitada

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação à primeira hipótese da pesquisa (H1), verificou-se que a governança pública influencia positivamente o desenvolvimento em governos locais, em todas as suas dimensões: econômica, social e ambiental. No que refere à dimensão econômica, parece haver um consenso na literatura de que melhorias na governança impactam positivamente no desenvolvimento econômico (NOJA et al., 2019; TARVERDI; SAHA; CAMPBELL, 2019). A literatura aponta que as instituições exercem influência direta sobre o desempenho econômico e outras medidas de desenvolvimento, de modo que a governança desempenha um papel importante para explicar os níveis de desenvolvimento econômico e social (GANI, 2011; GAYGISIZ, 2013).

Os achados desta pesquisa reforçam a lógica de que instituições com melhores indicadores de governança tendem a ter um melhor desempenho econômico. Desse modo, discute-se que municípios com melhores indicadores de *accountability*, eficiência e legalidade tendem a apresentar resultados econômicos melhores. Portanto, ao priorizar a governança pública, os gestores locais podem alcançar melhor desenvolvimento econômico, trazendo benefícios à sociedade e à economia local, uma vez que estudos anteriores (HELLIWELL et al., 2018; SILVA; CRISÓSTOMO, 2019) sugerem que um melhor desempenho econômico pode ser convertido em ganhos de ordem social.

Do ponto de vista social, estudos anteriores (HELLIWELL et al., 2018; NOJA et al., 2019; SILVA; CRISÓSTOMO, 2019; OTT, 2011) sinalizam uma relação positiva entre indicadores que compõem a governança pública e aspectos sociais e qualidade de vida dos cidadãos. Argumenta-se que o principal objetivo do governo deve ser o progresso e o desenvolvimento da sociedade (GONZÁLEZ; CÁRCABA; VENTURA, 2016). Portanto, os resultados da pesquisa corroboram a lógica de que os mecanismos de governança pública são capazes de ampliar o nível de bem-estar da sociedade, melhorando indicadores sociais que contemplam aspectos como educação, saúde, infraestrutura, entre outros.

Do ponto de vista ambiental, destaca-se que o poder público passou a ocupar um lugar de destaque na implementação de metas e estratégias com foco no desenvolvimento sustentável (OMER; NOGUCHI, 2020), principalmente em economias emergentes (ANWAR et al., 2020), como é o caso do Brasil. Os entes governamentais são fundamentais no processo de implementação e fiscalização dos objetivos para o desenvolvimento sustentável (OMER; NOGUCHI, 2020) e os governos locais cumprem um papel importante na busca pelo desenvolvimento (ATISA; ZEMRANI; WEISS, 2021).

Nesse contexto, considerando os achados da pesquisa e o que é evidenciado na literatura, argumenta-se que a governança pública em nível municipal demonstra ser um fator fundamental para que haja desenvolvimento sustentável (i.e., econômico, social e ambiental). Além disso, discute-se que a boa governança depende em grande parte dos gestores públicos regionais e de suas habilidades gerenciais, estando ela também associada ao desenvolvimento sustentável (RASZKOWSKI; BARTNICZAK, 2018). Desse modo, os achados da pesquisa reforçam a ideia de que as escolhas gerenciais e a implementação de mecanismos de governança pública por parte dos gestores são primordiais para que o município alcance um maior desenvolvimento.

No que se refere à segunda hipótese da pesquisa (H2), não foi evidenciada influência do gênero sobre a governança pública. Contudo, verificou-se que o gênero (feminino) do gestor influencia o desenvolvimento, mas apenas na dimensão social. Embora a literatura sugira que homens e mulheres divergem na maneira como gerenciam organizações públicas (ESTEVE et al., 2012; MEIER; O'TOOLE; GOERDEL, 2006) e que a presença de mulheres na gestão em governos locais influencia positivamente os sistemas de controle interno (GRAS-GIL; MORENO-ENGUIX; HENÁNDEZ-FERNÁNDEZ, 2020), este estudo não evidenciou qualquer influência do gênero sobre a governança pública (H2a). Além disso, discute-se que as mulheres tendem a ser menos propensas a se envolver em comportamento antiético (ANESSI-PESSINA; SICILIA, 2020), o que poderia ser um fator positivo para a adoção de melhores práticas de governança pública, como o cumprimento mais rígido da legislação e do processo de *accountability*.

Do ponto de vista do desempenho, discute-se que a presença de mulheres na alta gestão representa uma fonte de capital humano valioso com potencial de criação de valor e melhoria do desempenho organizacional (MORENO-GOMEZ; LAFUENTE; VAILLANT, 2018). Contudo, não foi verificada relação entre o gênero e o desenvolvimento nas dimensões econômica e ambiental. Por outro lado, a literatura sugere que as mulheres são mais orientadas a questões socioambientais, enquanto homens são mais focados no desempenho econômico (JIANG; AKBAR, 2018). Alinhado a isto, discute-se que, ao ocuparem cargos de gestão, mulheres parecem ter maior envolvimento em questões sociais (ISSA; FANG, 2019). Nesse contexto, os resultados deste estudo demonstram que o gênero (feminino) influencia positivamente o desenvolvimento social (H2b), reforçando a ideia de que as mulheres estariam mais focadas em questões dessa natureza. Assim, a inserção de mulheres em cargos políticos e em equipes de governo pode ser um fator positivo para o desenvolvimento social em governos locais.

Em relação à terceira hipótese (H3) da pesquisa, evidenciou-se que a idade do gestor influencia negativamente a governança pública. Por outro lado, a idade do gestor influencia positivamente o desenvolvimento em governos locais. De acordo com a TAE, a idade do gestor pode estar associada à forma como ele lida com questões gerenciais (HAMBRICK; MASON, 1984). A literatura aponta que a idade é uma característica que pode representar diferentes traços e níveis de desenvolvimento cognitivo do gestor (NASEEM et al., 2020), estando associada a tendências como receptividade à mudança, vontade de adotar novas ideias, busca por novidades, tomada de risco, flexibilidade, entre outros (ACAR, 2015).

Discute-se que gestores mais velhos tendem a ser mais conservadores e resistentes às mudanças (HAMBRICK; MASON, 1984). Por outro lado, gestores mais jovens parecem estar mais abertos a implementar novas ideias (ANESSI-PESSINA; SICILIA, 2020). Embora a inovação não esteja associada apenas a questões tecnológicas e digitais, vale ressaltar que a governança pública tem se utilizado cada vez mais das tecnologias da informação e comunicação para fornecer à sociedade uma gestão mais eficaz, eficiente e transparente, contribuindo no processo de *accountability* e tomada de decisão (GIL-GARCIA; DAWES; PARDO, 2017). No contexto brasileiro, o acesso à informação e uso de recursos digitais parecem cumprir um papel relevante na governança pública municipal (CAMILO; MANENTI; YAMAGUCHI, 2018), estando o uso de tecnologias associado à governança pública (LEE; LIO, 2014).

Contudo, argumenta-se que os indivíduos mais velhos parecem ser mais resistentes ao uso de tecnologias no contexto dos serviços públicos (SHARMA, 2015), sugerindo que a idade pode, de fato, ser um fator que influencia a implementação de mecanismos de governança pública, principalmente quando se demanda conhecimentos tecnológicos. Desse modo, o resultado encontrado neste estudo pode estar associado à habilidade de gestores mais jovens em integrar artificios tecnológicos no seu processo de tomada de decisão, contribuindo para uma gestão mais eficiente, uma melhor prestação de contas e o adequado cumprimento da legislação.

Além disso, no âmbito do setor público, gestores mais jovens, além de implementar soluções mais inovadoras, parecem estar preocupados com o desenvolvimento de sua carreira e focados na construção da sua imagem como gestor (ESTEVE et al., 2012), levando-os a priorizar os elementos de governança pública, como forma de demonstrar competência e aptidão para o cargo. Portanto, considerando que gestores mais jovens estão em uma etapa de construção da sua imagem como gestor público perante a opinião pública, é razoável que busquem demonstrar suas habilidades gerenciais por meio da adoção de práticas de governança que priorizem aspectos como a eficiência, *accountability* e legalidade, uma vez que isso contribuiria não apenas para sua imagem, mas também para sua permanência no cargo ou em outros cargos eletivos, reforçando a relação encontrada entre idade e governança pública (H3a).

Do ponto de vista da influência da idade do gestor sobre o desenvolvimento (H3b), observou-se uma influência positiva, isto é, gestores mais velhos tendem a apresentar resultados superiores de desenvolvimento, reforçando a hipótese de que gestores mais jovens e mais velhos apresentam resultados distintos. Embora gestores mais velhos sejam mais resistentes à mudança e à implementação de novas ideias (ACAR, 2015; ANESSI-PESSINA; SICILIA, 2020;

HAMBRICK; MASON, 1984), a idade carrega consigo uma bagagem de experiências e vivências que podem ser relevantes para o resultado organizacional, principalmente no contexto do setor público.

No que se refere à quarta hipótese (H4), verificou-se que o *status* socioeconômico (patrimônio) do gestor influencia positivamente a governança pública (H4a) e o desenvolvimento (H4b). A literatura sugere que, enquanto gestores de origem menos favorecida tendem a investir em estratégias mais diversificadas (HAMBRICK; MASON, 1984), gestores com status socioeconômico elevado contam com uma rede externa mais poderosa (SHIPILOV; DANIS, 2006). Nesse contexto, é possível que, ao estarem inseridos em um grupo socioeconômico mais favorecido, os gestores públicos tenham acesso a agentes políticos mais experientes que possam contribuir na orientação, planejamento e implementação de práticas de governança pública. De forma semelhante, é possível que esses gestores contem com uma maior rede de contatos e parcerias que podem contribuir para o desenvolvimento local.

No que concerne à quinta hipótese da pesquisa (H5), verificou-se que a experiência do gestor (tanto a reeleição como experiência no legislativo) influencia positivamente a governança pública (H5a). Por outro lado, ao analisar a influência da experiência do gestor sobre o desenvolvimento (H5b), os resultados foram heterogêneos, de modo que: (i) a reeleição influencia negativamente o desenvolvimento nas dimensões econômica e ambiental; (ii) a experiência no legislativo influencia positivamente o desenvolvimento nas dimensões econômica e social; e (iii) a experiência no legislativo apresentou-se inconsistente nos modelos de desenvolvimento ambiental.

De acordo com a TAE, a experiência é um fator que afeta as escolhas estratégicas do gestor (HAMBRICK; MASON, 1984). Discute-se que as experiências anteriores proporcionam ao gestor uma fonte adicional de conhecimento (DONATELLA; TAGESSON, 2021), proporcionando um leque mais diversificado de vivências e um histórico de decisões mais robusto, o que contribui para que o profissional tome decisões mais assertivas no futuro (FERREIRA et al., 2021). Desse modo, gestores mais experientes estão potencialmente em uma posição mais favorável a tomar decisões sábias, além de saber lidar com problemas de forma mais adequada e tempestiva (AL-MATARI et al., 2020). Considerando os resultados deste estudo, sugere-se que as vantagens obtidas em experiências anteriores parecem estar também associadas às decisões relacionadas à governança pública, haja vista a influência positiva das variáveis reeleição e experiência no legislativo.

No que se refere ao desenvolvimento, observou-se que a reeleição parece ser um fator negativo para o desenvolvimento nas dimensões econômica e ambiental. A literatura aponta que a possibilidade de reeleição gera um efeito nos eleitores de avaliar o desempenho do gestor de forma retrospectiva, podendo premiar os gestores que obtiveram bom desempenho, ou punir aqueles com desempenho ruim (CAVALCANTE, 2015; BRAMBOR; CENEVIVA, 2012). Portanto, quando há possibilidade de reeleição, é provável que os gestores públicos se empenhem em apresentar um melhor desempenho, visando o prêmio da reeleição. Contudo, os gestores já reeleitos não contam com a possibilidade de assumir um novo mandato, podendo, assim, agir de forma menos orientada aos resultados, prejudicando o desenvolvimento do município.

Além disso, os resultados sugerem que a experiência no legislativo apresentou influência positiva sobre o desenvolvimento econômico e social. Discute-se que o papel dos representantes do legislativo municipal é fiscalizar o poder executivo, bem como elaborar e aprovar leis que atendam às demandas da sociedade (CAMPAGNONI et al., 2016; RAUPP; PINHO, 2012). Desse modo, espera-se que os gestores públicos que possuem experiência no legislativo tenham vivenciado uma maior proximidade com os cidadãos, de modo a conseguir identificar de forma mais clara as demandas sociais. Assim, ao desempenhar sua função no alto escalão do executivo, é esperado que os gestores com experiência no legislativo priorizem aspectos econômicos e sociais que impactam diretamente na qualidade de vida da sociedade.

Em relação à sexta hipótese (H6), evidenciou-se que o nível de escolaridade do gestor influencia positivamente a governança pública (H6a) e o desenvolvimento econômico e social (H6b). De acordo com a TAE, o nível educacional de um gestor é capaz de revelar sobre seus conhecimentos e habilidades, podendo estar associado a aspectos como sua capacidade de inovação (HAMBRICK; MASON, 1984). Ainda, argumenta-se que gestores altamente qualificados possuem maior capacidade de lidar com problemas organizacionais (AL-MATARI et al., 2020), uma vez que a formação educacional afeta o modelo mental de um gestor em termos de reconhecimento e resolução de problemas (CHEN; KANG; BUTLER, 2019; WANG et al., 2015). No contexto investigado, compreende-se que gestores com maior escolaridade tendem a desempenhar seu papel de forma mais robusta, apresentando melhores estratégias de governança pública, o que resulta em uma gestão mais eficiente, com melhor prestação de contas e com maior grau de conformidade legal.

Ademais, argumenta-se que um alto nível de educação contribui para que os gestores tomem a melhores decisões, resultando em um melhor desempenho organizacional (SAIDU,

2019). Além disso, espera-se que um nível de conhecimento mais elevado conduza os gestores a adotarem estratégias mais efetivas e a uma gestão mais eficiente e inovadora (ACAR, 2015). Ainda, o nível educacional está relacionado à maior capacidade de processamento da informação e à capacidade de distinguir várias situações (TULUNG; RAMDANI, 2016). Desse modo, o nível educacional do gestor pode influenciar positivamente a qualidade das suas decisões, conduzindo-o a um melhor desempenho (FUJIANI, 2018). De acordo com os resultados da pesquisa, o nível de escolaridade demonstrou ser um fator determinante para o bom desempenho também no setor público, uma vez que apresentou um efeito positivo sobre o desenvolvimento econômico e social.

Em relação à sétima hipótese da pesquisa (H7), não foi evidenciada influência da orientação política sobre a governança pública (H7a). No entanto, observou-se que orientação política do gestor (à direita) influencia negativamente o desenvolvimento (H7b). Destaca-se que a orientação política é uma característica nova a ser investigada no contexto da TAE. Considerando que este estudo buscou aplicar a TAE em um contexto pouco investigado, que é o setor público, a orientação política emergiu como um fator relevante, uma vez que carrega consigo uma série de informações sobre crenças, valores e inclinações do gestor.

Discute-se que a orientação política está associada a questões voltadas ao bem-estar social, englobando áreas como saúde, educação, seguridade social, entre outras (IMBEAU; PÉTRY; LAMARI, 2001). Ainda, argumenta-se que as preferências políticas dos partidos são capazes de prever aspectos como os gastos sociais dos governos, ou mesmo os resultados macroeconômicos (TAROUCO; MADEIRA, 2013). Argumenta-se que uma orientação política mais à direita costuma ser caracterizada por crenças mais conservadoras, enquanto a orientação à esquerda está geralmente associada a uma mente mais aberta e à busca pela igualdade social e econômica (ASPELUND; LINDEMAN; VERKASALO, 2013). Além disso, os governos de esquerda são favoráveis a uma maior intervenção estatal, maior redistribuição de renda e implementação de políticas fiscais e monetárias expansionistas, ao passo que os governos de direita pregam o livre mercado e são menos favoráveis à intervenção estatal (POTRAFKE, 2012).

Desse modo, ao analisar o desenvolvimento, que compreende aspectos voltados ao bem-estar econômico, social e ambiental, é esperado que governos mais orientados à esquerda estejam mais orientados a questões socioeconômicas e ambientais, uma vez que uma de suas principais crenças é a busca pela igualdade e justiça social. No contexto brasileiro, com a ascensão dos governos de esquerda, os investimentos em políticas sociais foram ampliados,

resultando em um maior desenvolvimento (SILVA et al., 2019), o que está alinhado com os achados desta pesquisa. Além disso, no Brasil, a agenda política dos governos de esquerda passou a priorizar aspectos de ordem social, como a erradicação da pobreza e o acesso à educação, saúde e moradia (FAÉ; GOULART; ABDALA, 2016; SILVA et al. 2019).

Do ponto de vista do desenvolvimento econômico, em estudo realizado em Gana, verificou-se que a implementação de políticas neoliberais parece ter gerado crescimento econômico, porém, não teve efeitos significativos no desenvolvimento (AYELAZUNO, 2014). Já em estudo realizado com países da OCDE, evidenciou-se que o crescimento anual do PIB nos dois primeiros anos de um período legislativo foi superior sob um governo de esquerda (POTRAFKE, 2012). Em estudo desenvolvido no Canadá, verificou-se uma associação positiva entre governos de esquerda e crescimento econômico (FERRIS; VOIA, 2011). Desse modo, os achados desta pesquisa corroboram resultados anteriores, reforçando a ideia de que governos de esquerda parecem ser mais orientados ao desenvolvimento, inclusive na dimensão econômica.

No que se refere ao desenvolvimento ambiental, a literatura aponta que os partidos políticos cumprem um papel relevante na formulação de políticas ambientais (BOSSUYT; SAVINI, 2018). Estudo anterior se dedicou a investigar a relação entre uma orientação política mais conservadora e questões voltadas a aspectos climáticos e ambientais, sugerindo que, embora haja diferenças entre países, partidos de extrema-direita tendem a ser mais resistentes a algumas questões, tais como: ciência climática, políticas de descarbonização e políticas favoráveis à energia renovável e eficiência energética (HESS; RENNER, 2019). Alinhado a isto, argumenta-se que partidos populistas de direita são geralmente mais desfavoráveis às políticas de mudança climática do que os partidos populistas de esquerda (FRAUNE; KNOTT, 2018). Desse modo, esta pesquisa demonstra que essa lógica parece estar presente também no âmbito dos governos locais, uma vez que a orientação política mais à direita se mostrou como um fator negativo para o desenvolvimento sob a perspectiva ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria dos Altos Escalões sustenta que as características dos gestores impactam em suas decisões estratégicas e, conseqüentemente, no desempenho das organizações. Ao transpor essa teoria ao setor público, compreende-se que as características dos gestores públicos podem influenciar aspectos como a governança pública, que compõem a estratégia governamental, e o desenvolvimento, que pode ser considerada uma medida de desempenho no setor público. Além disso, a Teoria da Agência sugere que os mecanismos de governança contribuem para reduzir os conflitos de interesse entre o agente e o principal. No âmbito do setor público, os mecanismos de governança podem colaborar para que os gestores públicos (agente) atuem em consonância com os interesses dos cidadãos (principal), utilizando a máquina pública para gerar mais desenvolvimento e uma melhor qualidade de vida à sociedade. Nesse contexto, defende-se a tese de que o perfil do gestor público pode ser determinante para que a economia avance de forma sustentável e gere mais desenvolvimento, sendo a governança pública uma aliada nesse processo, uma vez que mecanismos de governança eficazes podem reduzir conflitos de interesse e mitigar distorções entre o que o cidadão espera do governo e suas reais ações. Por meio desta pesquisa, foi possível corroborar a tese de que o perfil do gestor está associado à governança pública e ao desenvolvimento em governos locais.

Dentre os principais achados da pesquisa, verificou-se que a governança pública influencia positivamente o desenvolvimento, reforçando a ideia de que melhores níveis de governança pública contribuem para um melhor desenvolvimento em governos locais. Desse modo, a fim de ampliar o bem-estar da sociedade e promover maiores níveis de desenvolvimento, os gestores públicos devem buscar meios de melhorar os mecanismos de governança pública, principalmente no que se refere à *accountability*, à eficiência na aplicação dos recursos públicos e ao cumprimento das normas legais. A *accountability* contribui para que a sociedade possa exercer um maior controle social sobre as ações governamentais, o que pode gerar uma maior pressão sobre os gestores, levando-os a atuarem com mais zelo e de forma mais responsável, priorizando o interesse coletivo. Além disso, ao alocar os recursos públicos de forma mais eficiente, os governantes contribuem para ampliar o acesso da população a serviços e bens públicos fundamentais para garantir a dignidade humana, ofertando aos cidadãos a possibilidade de ter mais acesso à educação, uma maior cobertura de saúde e mais empregos, refletindo diretamente no desenvolvimento. Em relação à legalidade, o cumprimento das normas e a atuação de forma mais ética reduz os riscos de corrupção e distorção dos atos gerenciais, sendo um fator positivo para o desenvolvimento.

Do ponto de vista do perfil do gestor, os resultados indicam que o desenvolvimento é influenciado pelas características gênero, idade, *status* socioeconômico, experiência, escolaridade e orientação política. Os resultados sugerem que gestores do gênero feminino, com mais idade, com maior *status* socioeconômico, com maior nível educacional e orientados à esquerda parecem potencializar o desenvolvimento. No que se refere à experiência, vale ressaltar que, enquanto a experiência no legislativo apresentou efeito positivo, a experiência da reeleição influencia negativamente o desenvolvimento. Este achado leva à reflexão sobre as consequências da reeleição no contexto dos governos locais, uma vez que premiar os gestores com um segundo mandato parece trazer prejuízos aos cidadãos. Ainda em relação ao perfil do gestor, observou-se que a governança pública é influenciada pelas características idade, *status* socioeconômico, experiência e escolaridade. Nesse caso, observou-se que gestores com menor idade parecem incrementar o nível de governança pública. Desse modo, considerando que mais idade parece ser favorável ao desenvolvimento e desfavorável à governança pública, pode-se dizer que há um dilema no que se refere a esta característica do gestor público. Assim, este achado abre o leque para investigações a fim de compreender como a idade pode, de fato, contribuir para o melhor desempenho no setor público, em especial em governos locais. Além disso, gestores com maior *status* socioeconômico, mais experientes e com maior nível educacional tendem a fomentar a governança pública, sendo estes atributos positivos para a gestão pública de forma geral.

Do ponto de vista teórico, esta tese apresenta a consistência e a aplicabilidade da Teoria dos Altos Escalões no setor público. Embora a teoria não seja nova no campo das ciências administrativas, ela tem sido pouco explorada no setor público. No entanto, os achados desta pesquisa corroboram a lógica de que, no setor público, assim como em empresas privadas, o perfil do gestor pode ser determinante para a estratégia organizacional e para o desempenho. Além disso, com a inserção da orientação política, foi possível ampliar o escopo da teoria, trazendo um componente do perfil do gestor relevante para o contexto governamental. A orientação política se mostrou um elemento consistente para predizer o desenvolvimento, podendo ser uma medida que carrega traços pessoais como valores, crenças e inclinações dos gestores.

Do ponto de vista gerencial, o estudo contribui para que os gestores públicos possam refletir sobre a importância da governança pública para se alcançar um maior desenvolvimento. Além disso, ao identificar características que possam ser favoráveis à governança e ao desenvolvimento, os gestores podem tê-las como base na seleção e definição de suas equipes

de governo, priorizando algumas dessas características como forma de potencialmente melhorar sua gestão, ou mesmo como forma de compensar a ausência de alguma delas em seu próprio perfil. Desse modo, seria razoável que um gestor público com menor nível educacional nomeasse pessoas mais escolarizadas para assumir suas pastas de governo, por exemplo. Ou ainda, considerando os achados sobre a idade, poderia ser uma boa estratégia incluir indivíduos mais jovens em sua equipe para contribuir em atividades relacionadas à governança pública.

Como contribuições sociais, destaca-se que os cidadãos podem tomar os achados da pesquisa como base para ponderar a escolha de seus governantes. Além disso, ao levantar a discussão sobre o efeito negativo da reeleição no desenvolvimento, é possível que os eleitores se tornem mais críticos no que se refere a manutenção de políticos no poder por longos períodos. Ainda, destaca-se como contribuição o fato de que a pesquisa analisou o desenvolvimento numa perspectiva multidimensional, levando em consideração aspectos econômicos, sociais e ambientais, podendo ampliar o debate popular sobre a importância da sustentabilidade para o bem-estar social e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Para pesquisas futuras, sugere-se a investigação das características da equipe do alto escalão, e não apenas as características do gestor do executivo. Além disso, recomenda-se a realização de pesquisas do tipo *survey*, com aplicação de questionários com escalas, a fim de medir constructos psicológicos como valores pessoais e crenças. Além disso, pesquisas de natureza qualitativa poderiam contribuir para desvendar peculiaridades e presença de determinados elementos no contexto dos altos escalões no setor público, auxiliando na consolidação e ampliação da teoria. Menciona-se que não foi possível avançar no período temporal, tendo em vista a indisponibilidade de alguns dados para um mandato mais atual (2017-2020), o que se configura uma limitação da pesquisa. Por fim, os dados do perfil do gestor foram coletados juntos ao *website* do TSE, refletindo, portanto, as características e informações registradas no ano da eleição, não levando em consideração possíveis mudanças no decorrer do mandato.

REFERÊNCIAS

- ABHAYAWANSA, S.; ADAMS, C. A.; NEESHAM, C. Accountability and governance in pursuit of Sustainable Development Goals: conceptualising how governments create value. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, ahead of print, 2021.
- ACAR, F. P. The effects of top management team composition on SME export performance: an upper echelons perspective. **Central European Journal of Operations Research**, v. 24, n. 4, p. 833-852, 2016.
- AL-MATARI, E. M.; AL-AHDAL, W. M.; FARHAN, N. H.; SENAN, N. A. M.; TABASH, M. I. Determinants of characteristics of top executive management effect on firm performance in the financial sector: Panel data approach. **Contaduría y Administración**, v. 65, n. 4, p. 1-24, 2020.
- AL-NASER, M. H. Public governance and economic growth: conceptual framework. **International Journal of Business Ethics and Governance**, v. 2, n. 2, p. 1-14, 2019.
- ALIŃSKA, A.; FILIPIAK, B. Z.; KOSZTOWNIAK, A. The Importance of the public sector in sustainable development in Poland. **Sustainability**, v. 10, n. 9, art. 3278, 2018.
- ALMQUIST, R.; GROSSI, G.; HELDEN, G. J.; REICHARD, C. Public sector governance and accountability. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 24, p. 479-487, 2013.
- ALQOOTI, A. A. Public governance in the public sector: literature review. **International Journal of Business Ethics and Governance**, v. 3, n. 3, p. 14-25, 2020.
- ANESSI-PESSINA, E.; SICILIA, M. Do top managers' individual characteristics affect accounting manipulation in the public sector?. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 30, n. 3, p. 465-484, 2020.
- ANWAR, M.; KHATTAK, M. S.; POPP, J.; MEYER, D. F.; MÁTÉ, D. The nexus of government incentives and sustainable development goals: Is the management of resources the solution to non-profit organisations? **Technological and Economic Development of Economy**, v. 26, n. 6, p. 1284-1310, 2020.
- AQUINO, C. V. M. G.; SILVA, C. R. M.; VASCONCELOS, L. R. S.; CASTELO, J. L. Governança pública dos municípios brasileiros. **Gestão & Regionalidade**, v. 37, n. 110, p. 203-220, 2021.
- ASHTA, A. Public Governance considerations in Taxation of Human Capital: Efficiency, Equity and Justice. **Equity and Justice (December 1, 2006)**, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1003133>>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- ASPELUND, A.; LINDEMAN, M.; VERKASALO, M. Political conservatism and left-right orientation in 28 eastern and western European countries. **Political Psychology**, v. 34, n. 3, p. 409-417, 2013.
- ATISA, G.; ZEMRANI, A.; WEISS, M. Decentralized governments: local empowerment and sustainable development challenges in Africa 2021. **Environment, Development and Sustainability**, v. 23, p. 3349-3367, 2021.

- AVELINO, B. C.; BRESSAN, V. G. F.; CUNHA, J. V. A. Estudo sobre os fatores contábeis que influenciam o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nas capitais brasileiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 7, n. 3, p. 274-290, 2013.
- AYELAZUNO, J. A. Neoliberalism and growth without development in Ghana: A case for state-led industrialization. **Journal of Asian and African Studies**, v. 49, n. 1, p. 80-99, 2014.
- BANKER, R. D.; CHARNES, A.; COOPER, W. W. Some models for estimating technical and scale inefficiencies in data envelopment analysis. **Management Science**, v. 3, n. 9, p. 1078-1092, 1984.
- BARTOLUZZIO, A. I. S. S.; ANJOS, L. C. M. Ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 24, n. 2, p. 167-180, 2020.
- BENEDICTO, S. C.; GUIMARÃES JR.; E. S.; PEREIRA, J. R.; ANDRADE, G. H. N. Governança corporativa: uma análise da aplicabilidade dos seus conceitos na administração pública. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 15, p. 286-300, 2013.
- BERNARDO, L. V. M.; LIMA, J. F.; FARINHA, M. J. U. S. Gestão fiscal e a transparência eletrônica em Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 6, n. 1, p. 137-160, 2018.
- BEUREN, I. M.; MOURA, G. D.; KLOEPPPEL, N. R. Práticas de governança eletrônica e eficiência na utilização das receitas: uma análise nos estados brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 2, p. 421-441, 2013.
- BINGHAM, L. B.; NABATCHI, T.; O'LEARY, R. The new governance: Practices and processes for stakeholder and citizen participation in the work of government. **Public Administration Review**, v. 65, n. 5, p. 547-558, 2005.
- BLANCHET, L. A.; MARIN, T. P. M. A corrupção como violação de direitos humanos e a necessária efetividade da Lei nº 12.846/13. **A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, v. 18, n. 71, p. 268-294, 2018.
- BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, E.; CODATO, A. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. **SciELO Preprints**, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2552>> Acesso em: 22 nov. 2021.
- BOSSUYT, D. M.; SAVINI, F. Urban sustainability and political parties: Eco-development in Stockholm and Amsterdam. **Environment and Planning C: Politics and Space**, v. 36, n. 6, p. 1006-1026, 2018.
- BRAGA, G. B.; FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, B. B. A Eficiência da atenção primária à saúde: avaliando discrepâncias. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 2, p. 100-107, 2015.
- BRAGA, M. S. S.; VEIGA, L. F.; MIRÍADE, A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 123-142, 2009.
- BRAMBOR, T.; CENEVIVA, R. Reeleição e continuísmo nos municípios brasileiros. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 93, p. 9-21, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18. abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9203.htm>. Acesso em: 16. abr. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 18. abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm>. Acesso em: 16. abr. 2022.

BUTA, B. O.; TEIXEIRA, M. A. C. Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. **Organizações & Sociedade**, v. 27, p. 370-395, 2020.

CABEZA-GARCÍA, L.; FERNÁNDEZ-GAGO, R.; NIETO, M. Do board gender diversity and director typology impact CSR reporting?. **European Management Review**, v. 15, n. 4, p. 559-575, 2018.

CAMILO, S. P. O.; MANENTI, R. V. A.; YAMAGUCHI, C. K. Práticas de governança pública municipal: análise informacional dos sítios eletrônicos em portais de transparência. **Revista de Ciências da Administração**, v. 20, edição especial, p. 8-23, 2018.

CAMPAGNONI, M.; CARVALHO, R. D.; LYRIO, M. V. L.; LUNKES, R. J.; ROSA, F. S. Transparência no poder legislativo municipal: uma análise dos portais eletrônicos das câmaras de vereadores das capitais brasileiras. **Revista Gestão Organizacional**, v. 9, n. 1, p. 21-42, 2016.

CARPENTER, M. A.; GELETKANYCZ, M. A.; SANDERS, W. G. Upper echelons research revisited: antecedents, elements, and consequences of top management team composition. **Journal of Management**, v. 30, n. 6, p.749-778, 2004.

CAVALCANTE, P. Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. **Opinião Pública**, v. 21, n. 1, p. 87-104, 2015.

CEARÁ. **Lei Complementar n.º 180, de 18 de julho de 2018**. Dispõe sobre o Programa de Governança Interfederativa do Estado do Ceará, denominado “Ceará um Só”. 2018b. Disponível em: <<https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/trabalho-administracao-e-servico-publico/item/6468-lei-complementar-n-180-de-18-07-18-d-o-19-07-18>>. Acesso em: 16. abr. 2022.

CEARÁ. **Lei n.º 16.717, de 21 de dezembro de 2018**. Institui o Programa de Integridade do Poder Executivo do Estado do Ceará. 2018a. Disponível em: <<https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/trabalho->

administracao-e-servico-publico/item/6534-lei-n-16-717-de-21-12-18-d-o-26-12-18>. Acesso em: 16. abr. 2022.

CEARÁ. **Plano Estratégico de Desenvolvimento de Longo Prazo do Estado do Ceará | Produto 5.1 Plano de Governança e Gestão Multi-Institucional do Ceará 2050 | Produto 5.1.1 Modelo de Governança e Gestão | Relatório Final**. 2019. Disponível em: <<https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/07/5.1-Modelo-de-Governanca-e-Gestao.pdf>> Acesso em: 12 abr. 2022.

CEARÁ. **Plataforma de Desenvolvimento Ceará 2050**. 2022. Disponível em: <<https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/ceara-2050/apresentacao/>> Acesso em: 12 abr. 2022.

CEARÁ. Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará. **Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente – IQM**. 2021. Disponível em: <<https://www.sema.ce.gov.br/indice-municipal-de-qualidade-do-meio-ambiente-iqm-2/>> Acesso em: 22 jul. 2021.

CHARNES, A.; COOPER, W.; RODHERS, E. Measuring the efficiency of decision making units. **European Journal of Operational Research**, v. 2, n. 6, p. 429-444, 1978.

CHEN, W.; KANG, M.; BUTLER, B. How does top management team composition matter for continual growth? Reinvestigating Penrose's growth theory through the lens of upper echelons theory. **Management Decision**, v. 57, n. 1, p. 41-70, 2019.

CHOI, N. Analyzing local government capacity and performance: implications for sustainable development. **Sustainability**, v. 13, n. 7, art. 3862, 2021.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CORREIO, M. N. O. P.; CORREIO, O. V. O. Práticas de governança pública adotadas pela administração pública federal brasileira. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 11, n. 2, p. 215-231, 2019.

COSTA, C. C. M.; FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J.; ABRANTES, L. A. Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 5, p. 1319-1347, 2015.

CRISÓSTOMO, V. L.; MARTINS, S. S.; SILVA, C. R. M. Desempenho da educação e desenvolvimento socioeconômico no Ceará. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 4, p. 1-16, 2019.

CRISÓSTOMO, V. L.; SILVA, C. R. M. Relação entre eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico: um estudo nos municípios cearenses. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 124-141, 2020.

DECANCQ, K.; LUGO, M. A. Setting weights in multidimensional indices of well-being and deprivation. **Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI)**, Working Paper n. 18, 2009. Disponível em: <<https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp18.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2021.

DIEL, E. H.; DIEL, F. J.; SCHULZ, S. J.; CHIARELLO, T. C.; ROSA, F. S. Desempenho de municípios brasileiros em relação à estratégia de investimento público em educação. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 26, p. 79-107, 2014.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 39.736, de 28 de março de 2019**. Dispõe sobre a Política de Governança Pública e *Compliance* no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal. 2019. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/5961832d2d6948a38fd8168088a7ed5b/Decreto_39736_28_03_2019.html>. Acesso em: 16. abr. 2022.

DONATELLA, P.; TAGESSON, T. CFO characteristics and opportunistic accounting choice in public sector organizations. **Journal of Management and Governance**, v. 25, n. 2, p. 509-534, 2021.

DUFLOTH, S. C.; HORTA, C. J. G.; SILVA, M. M.; COSTA, M. L. M.; ROCHA, M. S. Atributos e chances de sucesso eleitoral de prefeitos no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 1, p. 214-234, 2019.

ESTEVE, M.; BOYNE, G.; SIERRA, V.; YSA, T. Organizational collaboration in the public sector: Do chief executives make a difference?. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 23, n. 4, p. 927-952, 2013.

FAÉ, R.; GOULART, S.; ABDALA, P. R. Z. Estratégia nacional de desenvolvimento nos governos Lula e Dilma: transformação neoliberal. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 10, n. 1, p. 1-18, 2016.

FALANGA, R.; FERRÃO, J. The evaluation of citizen participation in policymaking: Insights from Portugal. **Evaluation and Program Planning**, v. 84, art. 101895, 2021.

FERNANDES, G. A. A.; TEIXEIRA, M. A. C. *Accountability* ou prestação de contas, CGU ou tribunais de contas: o exame de diferentes visões sobre a atuação dos órgãos de controle nos municípios brasileiros. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 17, n. 3, p. 456-482, 2020.

FERNANDES, I. F. A. L.; FERNANDES, G. A. A. L. A importância do crescimento econômico local na escolha do chefe do Executivo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 4, p. 653-688, 2017.

FERREIRA, M. A.; CARVALHO, H. L. M. Teoria dos Escalões Superiores: uma análise dos chefes da administração pública estadual. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA ANPAD, 8., 2019, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ANPAD, 2019.

FERREIRA, M. A.; LEAL, E. A.; FERREIRA, A. M. D. S. C.; FERREIRA, L. V. Perfil do *controller* e suas escolhas estratégicas: uma análise sobre *controllers* brasileiros e portugueses. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 15, e186510, 2021.

FERRIS, J. S.; VOIA, M. C. Does the expectation or realization of a federal election precipitate Canadian output growth?. **Canadian Journal of Economics**, v. 44, n. 1, p. 107-132, 2011.

FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: metodologia**. 2018. Disponível em:

<<https://www.firjan.com.br/data/files/E8/06/F0/D5/58E1B610E6543AA6A8A809C2/Metodologia%20IFDM%20-%20Final.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2021.

FIRJAN. **Índice Firjan Gestão Fiscal - Edição 2017: metodologia**. 2017. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/data/files/E2/82/21/A0/9AF3E5107210A3E5A8A809C2/Anexo%20Metodológico%20IFGF%202017.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2021.

FIRJAN. **Índice Firjan Gestão Fiscal - Edição 2019: metodologia**. 2019. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/data/files/88/94/7D/5D/33F0F61053918AE6A8A809C2/IFGF-2019_anexo-metodologico3.pdf> Acesso em: 22 jul. 2021.

FONTENELE, R. E. S.; MOURA, H. J.; LEOCADIO, Á. L. Capital humano, empreendedorismo e desenvolvimento: evidências empíricas nos municípios do Ceará. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 5, p. 182-208, 2011.

FOX, R. L.; SCHUHMANN, R. A. Gender and local government: A comparison of women and men city managers. **Public Administration Review**, v. 59, n. 3, p. 231-242, 1999.

FRAINER, D. M.; SOUZA, C. C. D.; REIS, J. F.; CASTELÃO, R. A. Uma aplicação do Índice de Desenvolvimento Sustentável aos municípios do estado de Mato Grosso do Sul. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, n. 2, p. 145-156, 2017.

FRAUNE, C.; KNOTT, M. Sustainable energy transformations in an age of populism, post-truth politics, and local resistance. **Energy Research & Social Science**, v. 43, p. 1-7, 2018.

FRENSCH, R. Public governance as the source of quality and variety gains from transition. **Journal of Comparative Economics**, v. 32, n. 3, p. 388-408, 2004.

FREY, K. Development, Good Governance, and Local Democracy. **Brazilian Political Science Review**, v. 2, n. 2, p. 39-73, 2008.

FUJIANI, L. Top management characteristics and company performance: An empirical analysis on public companies listed in the Indonesian stock exchange. **European Research Studies Journal**, v. 21, n. 2, p. 62-76, 2018.

FUNG, A. Putting the public back into governance: The challenges of citizen participation and its future. **Public Administration Review**, v. 75, n. 4, p. 513-522, 2015.

FUZARO, P. A.; CARNIELLO, M. F. Estudo comparativo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal na região metropolitana do Vale do Paraíba-SP. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 75-100, 2020.

GAIESKI, R. J.; GRANDO, T.; MARTINS, V. Q.; CORRÊA, S.; BRUNOZI JUNIOR, A. C. O efeito da arrecadação tributária e do PIB no índice de desenvolvimento socioeconômico (IDESE) dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Estudo & Debate**, v. 24, n. 3, p.188-207, 2017.

GANI, A. Governance and growth in developing countries. **Journal of Economic Issues**, v. 45, n. 1, p. 19-39, 2011.

GAYGIZIS, E. How are cultural dimensions and governance quality related to socioeconomic development? **The Journal of Socio-Economics**, v. 47, p. 170-179, 2013.

- GIL-GARCIA, J. R.; DAWES, S. S.; PARDO, T. A. Digital government and public management research: finding the crossroads. **Public Management Review**, v. 20, n. 5, p. 633-646, 2018.
- GONÇALVES JÚNIOR, E.; MIRANDA, M. F. O. *Compliance* no setor público e a realidade dos programas para pequenas prefeituras. **Revista Reflexão e Crítica do Direito**, v. 7, n. 1, p. 45-57, 2019.
- GONÇALVES, M. A.; SANTOS, L. M.; DIAS, A. T.; FERREIRA, M. A. M. Uma análise da mudança de produtividade da alocação de recursos públicos na atenção básica da saúde em municípios da região sudeste brasileira. **Revista de Ciências da Administração**, v. 14, n. 34, p. 60-74, 2012.
- GONZÁLEZ, E.; CÁRCABA, A.; VENTURA, J. Weight constrained DEA measurement of the quality of life in Spanish municipalities in 2011. **Social Indicators Research**, v. 128, n. 1, p. 1-26, 2016.
- GRAS-GIL, E.; MORENO-ENGUIX, M. D. R.; HENÁNDEZ-FERNÁNDEZ, J. Gender and internal control systems in Spanish local governments. **Gender in Management: An International Journal**, v. 35, n. 5, p. 463-480, 2020.
- GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2a ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- GRINDLE, M. S. Good governance, R.I.P.: A critique and an alternative. **Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions**, v. 30, n. 1, p. 17-22, 2017.
- GUERRERO-GÓMEZ, T.; NAVARRO-GALERA, A.; ORTIZ-RODRÍGUEZ, D. Promoting online transparency to help achieve the sustainable development goals: an empirical study of local governments in Latin America. **Sustainability**, v. 13, n. 4, art. 1837, 2021.
- HAMBRICK, D. C. Upper echelons theory: an update. **The Academy of Management Review**, v. 32, n. 2, p. 334-343, 2007
- HAMBRICK, D. C.; MASON, P. A. Upper echelons: The organization as a reflection of its top managers. **The Academy of Management Review**, v. 9, n. 2, p. 193-206, 1984.
- HELLIWELL, J. F.; HUANG, H.; GROVER, S.; WANG, S. Empirical linkages between good governance and national well-being. **Journal of Comparative Economics**, v. 46, n. 4, p. 1332-1346, 2018.
- HESS, D. J.; RENNER, M. Conservative political parties and energy transitions in Europe: Opposition to climate mitigation policies. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 104, p. 419-428, 2019.
- HOLANDA, M. C. Indicadores de resultados definindo a distribuição do ICMS - a experiência do Ceará. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 2, p. 106-115, 2020.
- HWANG, J.; AKDEDE, S. H. The influence of governance on public sector efficiency: a cross-country analysis. **The Social Science Journal**, v. 48, p. 735-738, 2011.

IFAC. **International framework: Good governance in the public sector**. 2014. Disponível em: <<https://www.ifac.org/system/files/publications/files/International-Framework-Good-Governance-in-the-Public-Sector-IFAC-CIPFA.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

IMBEAU, L. M.; PÉTRY, F.; LAMARI, M. Left-right party ideology and government policies: A meta-analysis. **European Journal of Political Research**, v. 40, n. 1, p. 1-29, 2001.

IBGE. **O que é o PIB**. 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>> Acesso em: 22 nov. 2021.

IPECE. **Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM): Ceará – 2018**. 2018. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/12/IDM_2018.pdf> Acesso em: 22 jul. 2021.

IPECE. **Índice Municipal de Alerta (IMA): um instrumento para orientações preventivas sobre adversidades climáticas – Estado do Ceará**. 2020. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/08/IMA__2020.pdf> Acesso em: 22 jul. 2021.

ISSA, A.; FANG, H. The impact of board gender diversity on corporate social responsibility in the Arab Gulf states. **Gender in Management: An International Journal**, v. 34, n. 7, p. 577-605, 2019.

JANOWSKI, T. Implementing sustainable development goals with digital government – aspiration-capacity gap. **Government Information Quarterly**, v. 33, n. 4, p. 603-613, 2016.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

JIANG, X.; AKBAR, A. Does increased representation of female executives improve corporate environmental investment? Evidence from China. **Sustainability**, v. 10, n. 12, art. 4750, 2018.

KASSINIS, G.; PANAYIOTOU, A.; DIMOU, A.; KATSIFARAKI, G. Gender and environmental sustainability: A longitudinal analysis. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 23, n. 6, p. 399-412, 2016.

KAUFMANN, D.; KRAAY, A.; MASTRUZZI, M. Governance matters VII: aggregate and individual governance indicators, 1996–2007. **World Bank Policy Research Working Paper**, nº. 4654, World Bank, Washington, D.C., EUA, 2008.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 3, p. 479-499, 2006.

KLUGMAN, J.; RODRÍGUEZ, F.; CHOI, H-J. The HDI 2010: new controversies, old critiques. **The Journal of Economic Inequality**, v. 9, n. 2, p. 249-288, 2011.

- KOOIMAN, J. Exploring the concept of governability. **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, v. 10, n. 2, p. 171-190, 2008.
- LAMPROPOULOU, M.; OIKONOMOU, G. Theoretical models of public administration and patterns of state reform in Greece. **International Review of Administrative Sciences**, v. 84, n. 1, p. 101-121, 2018.
- LEE, M.; LIO, M. The impact of information and communication technology on public governance and corruption in China. **Information Development**, v. 32, n. 2, p. 127-141, 2016.
- LEITE FILHO, G. A.; COLARES, A. F. V.; ANDRADE, I. C. F. Transparência da gestão fiscal pública: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado de Minas Gerais. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 26, n. 2, p. 114-136, 2015.
- LEITE FILHO, G. A.; FIALHO, T. M. M. Relação entre indicadores de gestão pública e de desenvolvimento dos municípios brasileiros. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, n. 67, p. 277-295, 2015.
- LIMA, M. T. V.; SILVA, M. I.; OLIVEIRA, C. W.; FIRMINO, P. R. A.; SOUZA, J. S. Índice de desenvolvimento regional sustentável aplicado aos municípios da região metropolitana do Cariri. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 1, p. 166-179, 2021.
- LOUZANO, J. P. O.; ABRANTES, L. A.; FERREIRA, M. A. M.; ZUCCOLOTTO, R. Causalidade de Granger do índice de desenvolvimento socioeconômico na gestão fiscal dos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 3, p. 610-627, 2019.
- LUDIN, K. R. M.; MOHAMED, Z. M.; MOHD-SALEH, N. The association between CEO characteristics, internal audit quality and risk-management implementation in the public sector. **Risk Management**, v. 19, n. 4, p. 281-300, 2017.
- MACÊDO, F. F. R. R.; KLOEPPPEL, N. R.; RODRIGUES JR., M. M.; SCARPIN, J. E. Análise da eficiência dos recursos públicos direcionados à educação: estudo nos municípios do Estado do Paraná. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 2, p. 54-62, 2015.
- MAIA, C. V. A.; ARAÚJO, R. C. P.; FEITOSA, A. K.; LAVOR, A. A. A.; SILVA, A. C. A.; DIAS, A. F.; SOUSA, A. F. Predição para o índice de qualidade ambiental de municípios cearenses consorciados. **Nature and Conservation**, v. 13, n. 4, p. 93-103, 2020.
- MALBON, E.; CAREY, G.; REEDERS, D. Mixed accountability within new public governance: The case of a personalized welfare scheme in early implementation. **Social Policy & Administration**, v. 53, n. 1, p. 156-169, 2019.
- MANDELI, K. N. New public governance in Saudi cities: An empirical assessment of the quality of the municipal system in Jeddah. **Habitat International**, v. 51, p. 114-123, 2016.
- MARCELO, M. V. L.; MACÊDO, F. F. R. R. Influência do ICMS ecológico na sustentabilidade ambiental do estado do Ceará. **Revista Controle**, v. 17, n. 2, p. 177-205, 2019.

- MARINO, P. B. L. P.; SOARES, R. A.; DE LUCA, M. M. M.; VASCONCELOS, A. C. Indicadores de governança mundial e sua relação com os indicadores socioeconômicos dos países do BRICS. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 5, p. 721-744, 2016.
- MARTÍNEZ-CÓRDOBA, P. J.; AMOR-ESTEBAN, V.; BENITO, B.; GARCÍA-SÁNCHEZ, I. M. The commitment of spanish local governments to sustainable development goal 11 from a multivariate perspective. **Sustainability**, v. 13, n. 3, art. 1222, 2021.
- MARTINS, G. A. Abordagens metodológicas em pesquisas na área de administração. **Revista de Administração**, v. 32, n. 3, p. 5-12, 1997.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. N. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.
- MASSARDI, W. O.; ABRANTES, L. A. Esforço fiscal, dependência do FPM e desenvolvimento socioeconômico: um estudo aplicado aos municípios de Minas Gerais. **REGE - Revista de Gestão**, v. 22, n. 3, p. 295-313, 2015.
- MATEI, A.; DRUMASU, C. Corporate governance and public sector entities. **Procedia – Economics and Finance**, v. 26, p. 2015 495-504, 2015.
- MATIAS-PEREIRA, J. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 109-134, 2010.
- McKEON, N. Transforming global governance in the post-2015 era: towards an equitable and sustainable world. **Globalizations**, v. 14, n. 4, p. 487-503, 2017.
- MEDEIROS, A. L.; OLIVEIRA, N. M.; CAMINHA, F. S. Gestão fiscal dos municípios do Tocantins: o que mostra o índice Firjan?. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 7, n. 2, p. 79-108, 2019.
- MEDEIROS, C. N.; GOMES, D. D. M.; ALBUQUERQUE, E. L. S. Análise do monitoramento do Índice Municipal de Alerta (IMA) no Estado do Ceará: avanços e desafios dos municípios no período de 2004 a 2010. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 18, n. 2, p.816-825, 2014.
- MEIER, K. J.; O'TOOLE JR., L. J.; GOERDEL, H. T. Management activity and program performance: Gender as management capital. **Public Administration Review**, v. 66, n. 1, p. 24-36, 2006.
- MENDES, W. A.; FERREIRA, M. A. M.; ABRANTES, L. A.; FARIA, E. R. A influência da capacidade econômica e da formação de receitas públicas no desenvolvimento humano. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 5, p. 918-934, 2018.
- MONTEIRO, R. L. C.; PEREIRA, V.; COSTA, H. G. A multicriteria approach to the Human Development Index classification. **Social Indicators Research**, v. 136, n. 2, p. 417-438, 2017.
- MORENO-GÓMEZ, J.; LAFUENTE, E.; VAILLANT, Y. Gender diversity in the board, women's leadership and business performance. **Gender in Management**, v. 33, n. 2, p. 104-122, 2018.

MOTTA, P. R. M. O estado da arte da gestão pública. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 1, p. 82-9. 2013.

NASEEM, M. A.; LIN, J.; REHMAN, R.; AHMAD, M. I.; ALI, R. Does capital structure mediate the link between CEO characteristics and firm performance?. **Management Decision**, v. 58, n. 1, p. 164-181, 2020.

NATOLI, R.; ZUHAIR, S. Measuring progress: A comparison of the GDP, HDI, GS and the RIE. **Social Indicators Research**, v. 103, n. 1, p. 33-56, 2011.

NEDUZIAK, L. C. R.; CORREIA, F. M. Alocação dos gastos públicos e crescimento econômico: um estudo em painel para os estados brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 4, p. 616-632, 2017.

NÓBREGA, M. B.; ARAÚJO, R. L. F. *Accountability* em pareceres prévios do Tribunal de Contas da Paraíba: um estudo empírico com base nos municípios de Campina Grande e João Pessoa-PB. **HOLOS**, v. 5, ant. e7240, 2019.

NOGUEIRA, C. A. G.; MONTEIRO, M. A. P.; MAZZA, A. C. A. Uma análise da consistência do ICMS ecológico do Ceará enquanto mecanismo de incentivos e redistribuição de recursos financeiros. **Revista Ciências Administrativas**, v. 19, n. 2, p. 446-475, 2013.

NOJA, G. G.; CRISTEA, M.; SIRGHI, N.; HATEGAN, C. D.; D'ANSEMI, P. Promoting good public governance and environmental support for sustainable economic development. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 16, n. 24, art. 4940, 2019.

OCDE. **Public Governance**. 2019. Disponível em: <<http://www.oecd.org/governance/>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

OLIVEIRA, A. G.; PISA, B. J. IGovP: índice de avaliação da governança pública – instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 5, p. 1263-1290, 2015.

OMER, M. A. B.; NOGUCHI, T. A conceptual framework for understanding the contribution of building materials in the achievement of Sustainable Development Goals (SDGs). **Sustainable Cities and Society**, v. 52, art. 101869, 2020.

ONU. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 03 jul. 2021.

OSBORNE, S. P. The New Public Governance? **Public Management Review**, v. 8, n. 3, p. 377-387, 2006.

OSEI-KOJO, A. E-government and public service quality in Ghana. **Journal of Public Affairs**, v. 17, n. 3, e1620, 2017.

OTT, J. C. Good governance and happiness in nations: technical quality precedes democracy and quality beats size. **Journal of Happiness Studies**, v. 11, n. 3, p. 353-368, 2010.

OTT, J. C. Government and happiness in 130 nations: good governance fosters higher level and more equality of happiness. **Social Indicators Research**, v. 102, n. 1, p. 3-22, 2011.

POTRAFKE, N. Political cycles and economic performance in OECD countries: empirical evidence from 1951-2006. **Public Choice**, v. 150, n. 1, p. 155-179, 2012.

RAJKUMAR, A. S.; SWAROOP, V. Public spending and outcomes: does governance matter? **Journal of Development Economics**, v. 86, n. 1, p. 96-111, 2008.

RASZKOWSKI, A.; BARTNICZAK, B. Towards sustainable regional development: economy, society, environment, good governance based on the example of Polish regions. **Transformations in Business & Economics**, v. 17, n. 2, p. 225-245, 2018.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. Ensaio teórico sobre a presença do patrimonialismo no Poder Legislativo local. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 4, n. 3, p. 269-292, 2012.

REGUERA-ALVARADO, N.; DE FUENTES, P.; LAFFARGA, J. Does board gender diversity influence financial performance? Evidence from Spain. **Journal of Business Ethics**, v. 141, n. 2, p. 337-350, 2017.

REIS, J. N. P.; DJAU, M. A. Núcleos de desenvolvimento setoriais da agricultura no estado do Ceará. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, n. 18, p. 197-221, 2014.

RODRÍGUEZ-POSE, A.; PALAVICINI-CORONA, E. I. Does local economic development really work? Assessing LED across Mexican municipalities. **Geoforum**, v. 44, p. 303-315, 2013.

ROEMER, J. E. Economic development as opportunity equalization. **The World Bank Economic Review**, v. 28, n. 2, p. 189-209, 2013.

SAIDU, S. CEO characteristics and firm performance: focus on origin, education and ownership. **Journal of Global Entrepreneurship Research**, v. 9, n. 1, p. 1-15, 2019.

SANTIAGO, R. Ideologia explica tudo? O embate no legislativo brasileiro em matérias de política externa. **Carta Internacional**, v. 13, n. 2, p. 223-258, 2018.

SANTOS, N. B.; FARIA, A. M. M.; DALLEMOLE, D.; MANSO, J. R. P. Desenvolvimento e crescimento econômico das macrorregiões de Mato Grosso nos anos 2005 e 2013. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, n. 3, p. 169-182, 2017.

SANTOS, Y. D.; BARBOSA, J. A. A. G. S.; DINIZ, J. A.; LIMA, S. C. Endividamento público e desenvolvimento humano nos grandes municípios brasileiros. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 23, n. 76, p. 356-375, 2018.

SARKER, A. E. The new mode of public governance and public accountability in developing countries: An analysis with particular reference to Bangladesh. **International Journal of Public Administration**, v. 32, n. 13, p. 1101-1123, 2009.

SCARPIN, J. E.; MACEDO, F. F. R. R.; STAROSKY FILHO, L.; RODRIGUES JÚNIOR, M. M. Análise da eficiência dos recursos públicos direcionados à educação: estudo nos

municípios do estado de Santa Catarina. **Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios**, v. 3, n. 6, p. 27-48 2012.

SCHULZ, S. J.; GOLLO, V.; ROSA, F. S.; SCARPIN, J. E. Ranking das unidades federativas brasileiras frente ao seu desempenho na gestão de recursos da saúde. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, v. 3, n. 2, p. 75-86, 2014.

SCHWARTZ, K. The New Public Management: the future for reforms in the African water supply and sanitation sector? **Utilities Policy**, v. 16, n. 1, p. 49-58, 2008.

SCUPOLA, A.; ZANFEI, A. Governance and innovation in public sector services: the case of the digital library. **Government Information Quarterly**, v. 33, n. 2, p. 237-249, 2016.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 2, p. 347-69, 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHARMA, S. K. Adoption of e-government services: The role of service quality dimensions and demographic variables. **Transforming Government: People, Process and Policy**, v. 9, n. 2, p. 207-222, 2015.

SHIPILOV, A.; DANIS, W. TMG social capital, strategic choice and firm performance. **European Management Journal**, v. 24, n.1, p. 16-27, 2006.

SHOME, S.; TONDON, S. Balancing human development with economic growth: a study of ASEAN 5. **Annals of the University of Petroșani, Economics**, v. 10, n. 1, p. 335-348, 2010.

SILVA, C. R. M.; ALVES, R. M. P.; DE LUCA, M. M. M.; VASCONCELOS, A. C. Eficiência da alocação de recursos públicos nas unidades da federação nos governos Lula e Dilma. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 24, n. 78, art. 73696, 2019.

SILVA, C. R. M.; CRISÓSTOMO, V. L. Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. **Revista de Administração Pública**, v. 53, p. 791-801, 2019.

SILVA, L. L.; SILVEIRA, S. F. R.; COSTA, T. M. T.; FARONI, W.; FERREIRA, M. A. M. A influência do desempenho tributário e gestão fiscal no Índice Firjan de Desenvolvimento (IFDM) dos municípios de Minas Gerais. **Revista de Ciências Humanas**, v. 13, n. 1, p. 199-219, 2013.

SILVA, M. C.; SOUZA, F. J. V.; MARTINS, J. D. M.; CAMARA, R. P. B. Fatores explicativos da gestão fiscal em municípios brasileiros. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 17, n. 42, p. 26-37, 2020.

SILVA, R. R. C. C.; DE MATTIA, C. Ciência administrativa e gestão pública: uma crítica à primazia do privado em relação ao público. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 4, p. 1054-1065, 2016.

SOUSA, D. **Epistemologia das Ciências Sociais**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

- SOUSA, N. L.; SOUSA, M. H. L.; SILVA, M. G. C. Análise da equidade na distribuição do financiamento federal à Atenção Primária à Saúde entre os municípios do Ceará. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 10, n. 1, p. 76-92, 2021.
- SOUSA, P. F. B.; LIMA, A. O.; NASCIMENTO, C. P. S.; PETER, M. G. A.; MACHADO, M. V. V.; GOMES, A. O. Desenvolvimento municipal e cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal: uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v.1, n. 1, p. 58-70. 2013.
- SOUZA, F. J. V.; BARROS, C. C. Eficiência na alocação de recursos públicos destinados a assistência hospitalar nos estados brasileiros. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n. 1, p. 71-89, 2013.
- STEFFEK, J. Public accountability and the public sphere of international governance. **Ethics & International Affairs**, v. 24, n. 1, p. 45-67, 2010.
- STEWART, F. The human development approach: An overview. **Oxford Development Studies**, v. 47, n. 2, p. 135-153, 2019.
- SU, T. D.; BUI, T. M. H. Government size, public governance and private investment: The case of Vietnamese provinces. **Economic Systems**, v. 41, n. 4, p. 651-666, 2017.
- SUKMADILAGA, C.; PRATAMA, A.; MULYANI, S. Good governance implementation in public sector: exploratory analysis of government financial statements disclosures across ASEAN countries. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 211, p. 513-518, 2015.
- TAROUCO, G. S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, p. 149-165, 2013.
- TARVERDI, Y.; SAHA, S. CAMPBELL, N. Governance, democracy and development. **Economic Analysis and Policy**, v. 63, p. 220-233, 2019.
- TCU. **Governança Pública**. 2021. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/governanca-no-setor-publico/>>. Acesso em: 26 jul. 2021.
- TCU. **Referencial Básico de Governança Pública Organizacional**: para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU. 2020. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-de-governanca/>>. Acesso em: 26 jul. 2021.
- TROMPIERI-NETO, N.; LOPES, D. A. F.; BARBOSA, M. P.; HOLANDA, M. C. Determinantes da eficiência dos gastos públicos municipais em educação e saúde: o caso do Ceará. In: CARVALHO, E. B. S.; HOLANDA, M. C.; BARBOSA, M. P. (Orgs.). **Economia do Ceará em Debate**, Fortaleza: IPECE, p. 57-72, 2008.
- TULUNG, J. E.; RAMDANI, D. The influence of top management team characteristics on BPD performance. **International Research Journal of Business Studies**, v. 8, n. 3, p. 155-166, 2016.
- UDDIN, M. J.; JOYA, L. A. Development through good governance: lessons for developing countries. **Asian Affairs**, v. 29, n. 3, p. 1-28, 2007.

- UN. **Human Development Index (HDI)**. 2021. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/human-development-index-hdi>>. Acesso em: 03 jul. 2021.
- VARELA, P. S.; MARTINS, G. A.; FÁVERO, L. L. Desempenho dos municípios paulistas: uma avaliação de eficiência da atenção básica à saúde. **Revista de Administração da USP**, v. 47, n. 4, p. 624-637, 2012.
- VARELA, P. S.; PACHECO, R. S. V. M. Federalismo e gastos em saúde: competição e cooperação nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 23, n. 59, p. 116-127, 2012.
- VASYLIEVA, T.; LYULYOV, O.; BILAN, Y.; STREIMIKIENE, D. Sustainable economic development and greenhouse gas emissions: The dynamic impact of renewable energy consumption, GDP, and corruption. **Energies**, v. 12, n. 17, art. 3289, 2019.
- VIEIRA, J. B.; BARRETO, R. T. S. **Governança, gestão de riscos e integridade**. Brasília: ENAP, 2019.
- WANG, G.; HOLMES JR, R. M.; OH, I. S.; ZHU, W. Do CEOs matter to firm strategic actions and firm performance? A meta-analytic investigation based on upper echelons theory. **Personnel Psychology**, v. 69, n. 4, p. 775-862, 2016.
- WENNSTRÖM, J. A left/right convergence on the new public management? The unintended power of diverse ideas. **Critical Review**, v. 28, n. 3-4, p. 380-403, 2016.
- YAPA, P. W. S. In whose interest? An examination of public sector governance in Brunei Darussalam. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 25, n. 8, p. 803-818, 2014.
- YONG, G.; WENHAO, C. Developing a city governance index: based on surveys in five major Chinese cities. **Social Indicators Research**, v. 109, n. 2, p. 305-316, 2012.